

EDISON d'ÁVILA

**O PÚBLICO E O PRIVADO NA FUNDAÇÃO
DO ENSINO SUPERIOR EM ITAJAÍ**

**UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA
FLORIANÓPOLIS**

1995

EDISON d'ÁVILA

**O PÚBLICO E O PRIVADO NA FUNDAÇÃO
DO ENSINO SUPERIOR EM ITAJAÍ**

Dissertação apresentada como exigência parcial
para obtenção do grau de Mestre em História à
Banca Examinadora da Universidade Federal de
Santa Catarina, sob orientação do Professor
Doutor Valberto Dirksen.

**UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA
FLORIANÓPOLIS**

1995

**O PÚBLICO E O PRIVADO NA FUNDAÇÃO
DO ENSINO SUPERIOR EM ITAJAÍ**

EDISON D'ÁVILA

Esta dissertação foi julgada e aprovada em sua forma final para obtenção
do título de MESTRE EM HISTÓRIA DO BRASIL

BANCA EXAMINADORA:

Valberto Dirksen

Prof. Dr. Valberto Dirksen - Orientador

F. Pires

Prof. Dr. Fernando Dias de Ávila Pires

Sandra P. Leite de Camargo Gudes

PROF^A. DR^A. SANDRA P. LEITE DE CAMARGO GUDES

AGRADECIMENTOS

A Márcia, minha mulher, pelo incentivo e constante estímulo para enfrentar esta caminhada; compreendendo e desculpando tantas ausências e omissões;

À equipe do Arquivo e Museu Histórico de Itajaí, companheiros do trabalho em favor da preservação da memória histórica de nossa terra, pela contribuição valiosa na busca de dados;

À UNIVERSIDADE DO VALE DO ITAJAÍ/UNIVALI, pelo apoio necessário à realização do curso;

Ao Departamento de História/Curso de Pós-Graduação, do Centro de Filosofia e Ciências Humanas, da UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA e seus professores, pela dedicação durante o curso;

Ao Professor VALBERTO DIRKSEN, pela orientação segura e competente e pela contribuição da crítica sempre lúcida de todas as idéias apresentadas.

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	09
01 - ORIGENS DO ENSINO SUPERIOR PÚBLICO E PRIVADO NO BRASIL E EM SANTA CATARINA	13
1.1 - Breve Histórico do Ensino Superior Público e Privado no Brasil	14
1.2 - Primórdios do ensino catarinense e a fundação da Faculdade de Direito em Santa Catarina	17
1.3 - A criação da UFSC: consolidação do ensino superior público no Estado	20
1.4 - Governo Celso Ramos (1961/1966) e a UDESC: ensino superior público estadual	23
02 - CONDICIONALISMOS HISTÓRICO-ECONÔMICOS E SÓCIO-CULTURais DO MOVIMENTO PRÓ-FACULDADES	26
2.1 - História e Economia itajaienses	27
2.2 - Origem da gente de Itajaí e o caráter social	32
2.3 - Banco INCO, Igreja e Maçonaria: o jogo do poder na cidade política	37
2.4 - A Educação dos itajaienses no começo dos anos 60	43
2.5 - O movimento cultural da cidade nos anos 50 e 60: promotores e promoções	47
03 - FUNDAÇÃO DO ENSINO SUPERIOR EM ITAJAÍ: PÚBLICO E PRIVADO - CUMPLICIDADES E DESAVENÇAS	53
3.1 - “Itajaí precisa de uma faculdade” - primórdios do movimento pró-ensino superior	54
3.2 - Fundação e fundadores do ensino superior: SIES - Sociedade Itajaiense de Ensino Superior - mantenedora privada	59
3.3 - Oficialização - autarquia municipal: poder público como mantenedor	64
3.4 - Prefeitura Municipal versus SIES: o conflito entre o público e o privado	68
04 - REGIME FUNDACIONAL: PRÁTICA DE ENSINO PRIVADO COM REPRESENTAÇÃO DE ENSINO PÚBLICO	74
4.1 - Regime autárquico transitório: resistências à manutenção das faculdades públicas e gratuitas	75

4.2 - Desobrigação do poder público com o financiamento do ensino superior regionalizado.....	79
4.3 - Opção pelo regime fundacional: autores e razões	82
4.4 - Implicações do modelo fundacional na caracterização do ensino superior da FEPEVI	86
CONCLUSÃO	89
FONTES	91
BIBLIOGRAFIA	93

d'ÁVILA, Edison. O público e o privado na fundação do ensino superior em Itajaí (1962/1970).

Florianópolis: UFSC. 1995. 100 f./

Dissertação de Mestrado em História 17/8/1995.

Orientador: Valberto Dirksen

Narrativa e análise da fundação do [ensino superior] na cidade de Itajaí, buscando compreender a estrutura da realidade social e o que levou os fundadores a implantar uma proposta de educação superior [pública] de direito, mas de fato ensino [privado]. Busca desvelar o que há por trás da decantada eficiência do [regime fundacional] e demonstra o descompromisso do poder público com a oferta do ensino de 3º grau e o jogo de interesses de diferentes grupos, existentes no interior da sociedade

d'ÁVILA, Edison State and private interactions within college level foundation in Itajaí (1962/1970).

Florianópolis: UFSC. 1995. 100 f./

Master Dissertation in History. 17/8/1995.

Supervisor: Valberto Dirksen

Narration and analysis of the foundation of [college level] in Itajaí, SC, searching for comprehension of the social reality structure and the reasons why foudators set up a public college proposal according to [state] education but, in fact, a [private] kind of one. Trying to uncover the reasons for the decanted (foundational regime) efficiency, and demostrating the non-commitment of the public area towards the university institution and the interets of differents groups inside that society.

INTRODUÇÃO

Há exatos 30 anos eram postos a funcionar em Itajaí os primeiros cursos superiores de Filosofia e Direito do interior de Santa Catarina. Foram estes dois primeiros cursos superiores os núcleos da atual UNIVERSIDADE DO VALE DO ITAJAÍ - UNIVALI. O intento desta pesquisa foi estudar a proposta daqueles que fundaram e dirigiram o ensino superior itajaiense, no período de 1962 a 1970, isto é, desde quando foi fundada a entidade privada mantenedora das duas primeiras faculdades até a criação, pelo Município, da fundação educacional, mantenedora atual do ensino superior.

Quis-se, ainda, compreender a estrutura da realidade em que o ensino superior foi fundado e, muito em especial, o que levou os fundadores a implantar uma proposta de educação superior pública de direito, pois tendo oficialmente o Município como entidade mantenedora, mas de fato ensino privado, porque assim gerido. Pode-se dizer uma representação de ensino público, com prática de ensino privado. Sem dúvida, a situação legal criada instaurou o conflito jurídico que explodiria em 1968 com a demanda público versus privado.

No decorrer do presente trabalho, utilizam-se como sinônimas as designações “ensino superior” e “ensino universitário”, mesmo com o risco de incidir numa impropriedade técnica. É que na linguagem cotidiana não se faz muita diferenciação das ditas denominações; inclusive, usadas indistintamente em diversos textos consultados nesta pesquisa.

Para a concepção da problemática, os conceitos de “público” e “privado” foram entendidos segundo o que explica Sérgio Adorno:

“O espaço público é conceituado como o lugar onde devem prevalecer os interesses coletivos que configuram algo que se poderia imprecisamente nomear de ‘bem comum’. Daí a identidade entre público, poder político e Estado. Em contrapartida, o espaço privado é conceituado como o lugar da diferença e da desigualdade, onde devem prevalecer, por conseguinte, os interesses particulares.”¹

Fica, pois, aqui entendido que o ensino superior público é “o segmento constituído pelas instituições educacionais criadas e mantidas pelos poderes públicos (federal, estadual e municipal)”; enquanto o privado “corresponde aos estabelecimentos mantidos pela iniciativa privada, formado basicamente pelas escolas confessionais e pelas empresas educacionais”²

¹ ADORNO, Sérgio. Educação e patrimonialismo. In: Cadernos CEDES 25. O Público e o privado na educação brasileira contemporânea. São Paulo, CEDES/Papirus, 1991, p. 10.

² MARTINS, Carlos Benedito. O Público e o privado na educação superior brasileira nos anos 60. In: Cadernos CEDES 25. O Público e o privado na educação superior contemporânea. São Paulo, CEDES/Papirus, 1991, p. 65.

Este estudo integrou a narrativa dos acontecimentos e a análise interpretativa de como a proposta de criação do ensino superior foi gerada, a causa de certos fatos e a estrutura da realidade em que eles se manifestaram. Busca-se compreender essa problemática, conhecendo de onde emanaram os interesses que moveram pessoas e instituições, bem como o poder público, a participar de tal proposta. A descrição pura e simples do que ocorreu, embora pudesse desvelar aspectos fenomênicos importantes da questão, foi enriquecida com uma apropriação mais completa de como foram produzidas certas atitudes e ações em relação à fundação do ensino superior. Foi preciso ater-se à crise socioestrutural por que passava a sociedade brasileira naquele período, estabelecendo algumas relações entre a sociedade nacional, o ensino superior e a realidade itajaiense; interessando sobremaneira o modo como esses fatos se ligaram, sua interação e seus pontos de ruptura. Assim, por ser também uma interpretação, este estudo é uma reconstrução, pois tal é próprio da história.

E a história da fundação do ensino superior que deu origem à atual UNIVERSIDADE DO VALE DO ITAJAÍ ainda não foi suficientemente pesquisada, principalmente as razões da sua implantação através de uma sociedade civil de direito privado, bem como as razões e os objetivos desta criação da iniciativa privada ter ido buscar a oficialização do poder público municipal. Também cabia pesquisar porque, depois de haver criado a autarquia municipal, o poder público optou pelo regime fundacional para gerir o ensino superior itajaiense, mesclando uma prática de ensino privado com uma representação de escola pública. Enfim, buscou-se desvelar o que há por trás da decantada eficiência didático-administrativa do regime fundacional e se não estão escondidos um notável descompromisso do poder público com a oferta do ensino superior e um jogo de interesses de diferentes grupos, que existem no seio da sociedade de classe em que se vive.

A escolha deste tema de pesquisa se prendeu a dois critérios: o critério da relevância, que segundo **Ciro Flamarion Cardoso**³ tem também dois aspectos - o da relevância social e o da relevância científica, e o critério da viabilidade. A relevância social do tema está em que ele, após pesquisado e explicado, permite compreender os compromissos e descompromissos do grupo fundador e do poder público com a educação superior pública. A relevância científica existe porque se buscou o conhecimento histórico para a compreensão do tipo de ensino superior que o regime fundacional de Itajaí e, por extensão, de Santa Catarina, afinal oportuniza ao catarinense. E o critério da viabilidade na escolha do tema levou rigorosamente em consideração as capacidades reais do pesquisador, aluno que foi da primeira turma da faculdade de Filosofia e atual professor da UNIVALI; portanto, com acesso privilegiado às fontes de pesquisa. Devem-se considerar as vantagens e desvantagens desta situação própria.

³ CARDOSO, **Ciro Flamarion**. Uma introdução à história. São Paulo, Brasiliense, 1981.

Esta pesquisa tem por objeto identificar o modo como em Itajaí, na década de 1960, uma determinada realidade social foi construída - o ensino superior - e como tal construção foi compreendida.

A compreensão da realidade social se fez pelo entendimento dos esquemas intelectuais (discursos, artigos de jornal, textos legais, etc.), os quais acabaram por produzir as figuras, isto é, as representações do mundo social. No caso em estudo nesta pesquisa, foi a figura do ensino superior público municipal. Segundo ensina Chartier⁴, as representações não são um campo neutro, elas produzem estratégias e práticas para impor e legitimar interesses. Por isso, as lutas de representações têm tanta importância como as lutas econômicas para compreender um determinado mundo social.

Pode-se dizer que este estudo tem uma prática de micro-história, pois que é baseado essencialmente numa escala de observação reduzida - a fundação do ensino superior em Itajaí, no período de 1962 a 1970 - e numa pesquisa de documentos disponíveis sobre o tema. E, conforme Giovanni Levi:

“Para a microhistória, a redução da escala é um procedimento analítico, que pode ser aplicado em qualquer lugar, independentemente das dimensões do objeto analisado”⁵

Embora centrados num microcosmo - Itajaí - os fenômenos que foram descritos e compreendidos ao longo do estudo, por força da alteração da escala de observação, adquiriram significados completamente novos. De modo que é possível utilizar os resultados da pesquisa para a compreensão do macrocosmo catarinense e nacional. Além do que, retornando a Giovanni Levi:

“O princípio unificador de toda pesquisa micro-histórica é a crença em que a observação microscópica revelará fatores previamente não observados”⁶

Pode-se afirmar que a decisão de fazer novos tipos de perguntas sobre a fundação do ensino superior itajaiense, com o objetivo de definir o objeto desta pesquisa, exigiu que se buscassem novos tipos de fontes para completar os documentos oficiais até então utilizados por estudiosos anteriores⁷. Por isso, trabalhou-se com fontes escritas e orais. Com a contraposição da história oral à escrita, pôde-se construir um procedimento científico muito rico, pois muito elucidador.

⁴ CHARTIER, Roger. A História cultural: entre práticas e representações. Lisboa, Difel, 1990. p. 27.

⁵ LEVI, Giovanni. Sobre a micro-história. In: A Escrita da história: novas perspectivas. São Paulo, UNESP, 1992, p. 137.

⁶ LEVI, Giovanni. Op. cit. p. 139.

⁷ REIS, José Roberto. O Processo de criação de uma universidade no Brasil: o caso UNIVALI - Universidade do Vale do Itajaí. Florianópolis, dissertação (M) UFSC, 1990.

SANTOS, Sydney S. dos. O ensino superior de Itajaí no contexto histórico: algumas considerações. Cadernos das Faculdades. Itajaí, 1 (1), 1992, p. 28.

Por fim, cabe citar o pensamento do professor Evaldo Vieira, o qual norteou a escolha do tema desta dissertação de mestrado em História:

“Colocar-se como historiador somente para trabalhar com as chamadas ‘partes nobres’ da história, abandonando por exemplo o estudo da educação e da cultura, representa acima de tudo o desconhecimento da totalidade histórica, a relação entre partes e todo.”

CAPÍTULO I

ORIGENS DO ENSINO SUPERIOR PÚBLICO E PRIVADO NO BRASIL E EM SANTA CATARINA

1 - ORIGENS DO ENSINO SUPERIOR PÚBLICO E PRIVADO NO BRASIL E EM SANTA CATARINA

1.1 - Breve Histórico do Ensino Superior Público e Privado no Brasil

Portugal, por três séculos, manteve atitude discriminadora, negando a fundação de cursos superiores no Brasil. Inclusive, em 1675, o governo colonial vetara a simples equiparação do Colégio da Bahia, dirigido pelos padres jesuítas, à Universidade de Évora, em Portugal¹. Com esta atitude, a metrópole transformou sua colônia americana numa exceção em toda a América Latina, onde a Espanha, até às primeiras décadas do século XIX, já espalhara vinte e seis ou vinte e sete universidades².

Por isso, durante todo esse tempo, aos brasileiros desejosos e possuidores de recursos materiais para “se encaminharem às carreiras profanas das profissões liberais (direito e medicina), a única saída continuava sendo o estudo na Metrópole”³. A negativa portuguesa não era devida aos custos financeiros de manutenção de cursos superiores públicos no Brasil. Mesmo a iniciativa privada teve sua oferta de criação e manutenção de uma “Universidade Literária” na Bahia recusada pelo Príncipe Regente, quando lá chegara com a família real⁴.

A Coroa, por temer que os centros universitários da Colônia se transformassem em pólos irradiadores do sentimento nativista que perturbasse o pacto colonial, entendia que devesse manter o rígido controle público sobre o ensino superior, afastando inclusive a iniciativa privada da área. A história, porém, comprova que tal proceder, se, por um lado, levou o Brasil a um atraso educacional, de outro, não impediu que as universidades portuguesas - reunindo os estudantes brasileiros, que de outra forma não se encontrariam - desempenhassem papel importante no alargamento dos horizontes da mocidade estudantil brasileira e provocassem o surgimento do sentimento nativista, “cujas primeiras manifestações surgem no século XVII e se intensificaram no século seguinte.”⁵

Quando, afinal, o Brasil pôde contar com suas primeiras escolas superiores, em 1808, o seu instituidor e mantenedor foi o poder público. D. João VI, rompendo o estatuto colonial, criou as escolas de Medicina, de Engenharia e Artes Militares e as Academias Militar e da

¹ ARANHA, Maria Lúcia de A. História da educação. São Paulo, Moderna, 1989. p. 32.

² TEIXEIRA, Anísio S. Educação no Brasil. São Paulo, Nacional, 1976. p. 244.

³ ARANHA, Maria Lúcia de A. Op. cit. p. 145.

⁴ TEIXEIRA, Anísio. S. Op. cit. p. 244.

⁵ ARANHA, Maria Lúcia de A. Op. cit. p. 154.

Marinha⁶. Atendeu ele com tal atitude às necessidades da realeza lusitana, que para aqui transmigrara, a qual não poderia viver numa colônia educacional e culturalmente atrasada, como era o Brasil à época da chegada da família real. Atendeu, também, às razões do Estado português, agora com a sede do seu governo instalado em solo brasileiro e que necessitava de profissionais para a segurança e a burocracia.

“Além da necessidade de educação para o povo e para a aristocracia da nação, havia urgência de se criar escolas para a formação de oficiais, de médicos e de engenheiros. Sem os diplomados para essas três profissões, nem ele, o rei, nem a corte, nem o Brasil, e nem o Reino Unido poderiam subsistir. Era, portanto, questão de vida ou morte. Por isso, nota característica de toda esta nova educação, plantada por D. João VI: se o rei se preocupava e plantava escolas não o era diretamente por amor à educação e nem tampouco por amor à educação brasileira; simplesmente era por interesse seu e por interesse do Estado; antes de mais nada, eram finalidade e preocupação desmesuradamente profissionalizantes e utilitárias. A finalidade, por conseguinte, da educação de D. João VI era de formar, não o homem, não o brasileiro, mas sim exclusivamente o profissional, sobretudo o profissional de que, então, mais urgentemente necessitava: o oficial, para defender a nação, a corte e o rei; o médico, para cuidar da saúde de todos e o engenheiro, sem o qual o exército não poderia andar e nem o rei nada fazer.”⁷

Ainda durante o período colonial, o poder público oficializou os cursos de Agricultura e de Química, em Salvador, nos anos de 1812 e 1817 respectivamente, e a Escola Real de Ciências, Artes e Ofícios, no Rio de Janeiro, depois, em 1820, denominada de Real Academia de Pintura, Escultura e Arquitetura Civil⁸. Com estas fundações, o governo colonial português centralizou o ensino superior público do Brasil nas capitanias da Bahia e do Rio de Janeiro, recusando frontalmente qualquer idéia de criação de universidades em Salvador e na cidade do Rio de Janeiro. Inaugurando-se no país o modelo de estabelecimentos públicos isolados para o ensino superior.

O Império, instaurado após a proclamação da Independência em 1822, nada mudou quanto ao modelo adotado nos tempos coloniais para o ensino superior brasileiro nem quanto à resistência do governo à idéia de criação de uma universidade no Brasil. Durante o Primeiro Império, a lei de 11 de agosto de 1827 criou os primeiros cursos jurídicos em Olinda e São Paulo e, em todo o Segundo Império, “apenas se instalou em 1875 a Escola de Minas, em Ouro Preto, criada trinta e cinco anos antes”⁹

⁶ VAHL, Teodoro Rogério. A privatização do ensino superior no Brasil: causas e conseqüências. Florianópolis, UFSC; Lunardelli, 1980. p. 32.

⁷ TOBIAS, José Antônio. História da educação brasileira. São Paulo, Editora Juriscredi, s.d. p. 155-6.

⁸ REIS, José Roberto. O processo de criação de uma universidade no Brasil: o caso UNIVALI. Florianópolis, dissertação (M) UFSC, 1990, p. 14.

⁹ TEIXEIRA, Anísio S. *Op. cit.* p.244.

As idéias de democratização e descentralização do poder, que estavam associadas à instauração da República no Brasil, pouco significaram em medidas práticas de modificação da inércia herdada do Império no tratamento do ensino universitário brasileiro. Perdurou a tradição brasileira de escolas superiores isoladas e aristocráticas, de tempo parcial, voltadas “à cultura superior nas profissões liberais”¹⁰. Coube ao Estado do Paraná a primazia de instituir a primeira Universidade brasileira, iniciativa particular de “um punhado de idealistas de Curitiba”, constituída pelos cursos de Direito, Engenharia, Odontologia, Farmácia e Comércio, e oficializada pela lei estadual nº 1.284, de 1912. No entanto, por causa do decreto federal nº 11.530, de 1915, que só permitiu a existência de cursos superiores nas cidades com mais de cem mil habitantes, e tendo Curitiba nessa época só sessenta mil almas, a Universidade do Paraná deixou de existir de direito. Mas continuou a existir de fato, sendo restaurada em 1946¹¹.

Em 1920, reuniram-se, no Rio de Janeiro, as Escolas de Direito, Medicina e Engenharia debaixo de uma administração universitária, com a denominação de Universidade do Rio de Janeiro, depois chamada de Universidade do Brasil, num regime de confederação de escolas superiores. As bases de uma universidade mais integrada seriam lançadas em 1934 e 1935 com a criação das Universidades do Distrito Federal e de São Paulo. Aliás, nas décadas de 1920 e 1930, expandiu-se o ensino superior público, sendo criadas duas universidades federais e três estaduais. “Eram federais a Universidade do Brasil, criada como já se viu em 1920, e a Universidade Rural do Brasil, de 1937, e estaduais a Universidade de Minas Gerais, criada em 1927 e as de Porto Alegre e São Paulo, criadas em 1935”¹².

Mas foi somente nas décadas de 1940 e 1950 que surgiram as primeiras escolas superiores privadas no Brasil. O ensino superior privado brasileiro foi criado pelo episcopado católico, que implantou as Pontifícias Universidades Católicas do Rio de Janeiro, de São Paulo e de Porto Alegre.

A década de 1960 se inicia com o país contando com dezenove universidades, das quais dez eram federais, três estaduais, cinco particulares católicas e uma particular leiga. Este quadro bem demonstra o quanto era significativa a participação do poder público na oferta do ensino superior no Brasil. Foram as pressões sociais da classe média brasileira por ensino superior e o gradual descompromisso dos governos militares pós-1964 com a educação pública que incentivaram a onda privatista do ensino de terceiro grau, cujo ápice se deu nos anos de 1970, o período mais autoritário do regime militar. Expandiram-se os estabelecimentos isolados de ensino superior, chegando a somar 663 em 1976, dos quais 71% eram escolas superiores privadas.

¹⁰ TEIXEIRA, Anísio S. Op. cit. p. 229.

¹¹ TOBIAS, José Antônio. Op. cit. p. 231.

¹² VAHL, Teodoro Rogério. Op. cit. p. 33.

A expansão desmesurada e desordenada da educação superior privada fez aparecer os empresários do ensino superior.

“ ‘oportunistas’ que passaram a tratar o ensino superior de forma empresarial. O ponto alto da atuação da iniciativa privada concentrou-se nos cursos de baixo custo operacional, chamados de ‘cursos de quadro e giz’ ”¹³

Por conta desta expansão sem medida, também os governos municipais se aventuraram na oferta do ensino superior, inaugurando, porém, uma proposta “sui generis” de ensino público, pago pelos usuários.

1.2 - Primórdios do ensino superior catarinense e a fundação da Faculdade de Direito de Santa Catarina

Até o ano de 1917, o Estado de Santa Catarina não dispunha de nenhum estabelecimento de estudos superiores, público ou privado. Nesse ano, alguns profissionais radicados em Florianópolis - advogados, médicos, farmacêuticos, cirurgiões-dentistas e engenheiros, dentre outros - capitaneados por José Artur Boiteux, interessados em transmitir conhecimentos profissionais superiores ao grande número de jovens egressos do nível secundário e que não tinham condições econômicas de estudar fora, decidiram fundar o Instituto Politécnico de Florianópolis. Foram oferecidos cursos de agrimensura, de farmácia, de odontologia e de comércio. Passados os anos, mesmo oficializado pelo governo estadual, no princípio da década de 30, o Instituto entrou em crise. Porque não se adaptou “convenientemente à reforma do ensino superior ocorrida em 1931 e mais a falta de recursos financeiros, via a população da Capital, no início de 1935, fechar as portas seu primeiro estabelecimento de ensino superior”. No entanto, do Instituto Politécnico, “pode-se afirmar que influenciou a criação da Faculdade de Direito em 1932, gerando o processo de outros cursos superiores que se seguiram...”¹⁴

Apesar da elogiada posição, no contexto nacional, que a educação pública catarinense vinha desfrutando desde a reforma do ensino, levada a efeito pelo Governador Vidal Ramos em 1911, o Estado de Santa Catarina não despertara para a necessidade do ensino superior. Nem o poder público, cujos compromissos com a educação fundamental e a formação do professor primário eram assumidos em concreto, consequência da reforma Vidal Ramos, nem a iniciativa privada, que contava no Estado com ótimos estabelecimentos de ensino, sensibilizavam-se para a fundação de escolas superiores. O Governo de Santa Catarina voltava-se primordialmente, desde 1911, para a educação primária e sua preocupação maior era a

¹³ _____ . Op. cit. p.60.

¹⁴ VIEIRA, Amazile de Holanda. Instituto Polytechnico no contexto sociocultural de Florianópolis. Florianópolis, A & P, 1986. ✕

nacionalização do ensino. Quanto ao ensino médio, a ação governamental se centrava na criação de Escolas Normais e na subvenção a algumas escolas particulares¹⁵.

A desintegração do Estado em regiões que se articulavam mais com as capitais do Rio Grande do Sul (Serra e Oeste) e do Paraná (Norte e Planalto Norte), do que com a capital de Santa Catarina, contribui bastante para a ausência de iniciativas públicas e privadas de fundação de cursos superiores. Por outro lado, o acanhamento e a falta de arrojo da classe política catarinense relegaram o estado ao completo abandono por parte do Governo Federal, quanto à criação aqui de cursos superiores federais. Na verdade, as elites políticas e econômicas de Santa Catarina consideravam mais cômodo enviar seus filhos às tradicionais escolas superiores de São Paulo e do Rio de Janeiro.

A crise do Instituto Politécnico, ameaçando tirar dos catarinenses a única oportunidade de cursar no estado o terceiro grau, com segurança contribuiu para lançar a proposta de se fundar em Florianópolis uma Faculdade de Direito. Durante reunião dos professores do Instituto, em 21 de dezembro de 1931, o professor José Artur Boiteux lançou a idéia, logo acatada¹⁶. Foram a demanda por mão-de-obra qualificada para gerir a economia em transformação e administrar o aparato técnico-burocrático estatal que crescia, observada em todo o Brasil e também em Santa Catarina, e o desmedido entusiasmo de Boiteux que o dispuseram a propor a fundação agora de uma faculdade na capital catarinense.

O professor José Artur Boiteux (1865 - 1934) era intelectual e homem público renomado. Fora deputado estadual, secretário de Estado, juiz de direito e desembargador. Mas, acima de tudo, era um incansável fundador de instituições culturais e educacionais em Santa Catarina. Já fundara o Instituto Histórico e Geográfico de Santa Catarina, em 1896, e a Academia Catarinense de Letras em 1920¹⁷. Todos os cronistas da época, ao se referirem a Boiteux, são unânimes em reconhecer o seu entusiasmo e idealismo sincero. Henrique da Silva Fontes, companheiro de inúmeros empreendimentos culturais, qualificou-o como homem de muitos sonhos, enquanto João David Ferreira Lima o chamou de idealista¹⁸.

Contou ele para tanto com a efetiva colaboração de dois outros bacharéis: Fontes e Américo Silveira Nunes. Os três lançaram um convite “aos bacharéis em Direito residentes na Capital do Estado”¹⁹, concitando-os a comparecerem à reunião de fundação da Faculdade, realizada em 11 de fevereiro de 1932, no Instituto Politécnico. A intenção de Boiteux e do

¹⁵ FIORI, Neide Almeida. Aspectos da evolução do ensino público: Ensino público e política de assimilação cultural do Estado de Santa Catarina nos períodos imperial e republicano. Florianópolis, Secretaria da Educação, 1975, p. 126.

¹⁶ FONTES, Henrique da Silva. A Faculdade de Direito de Santa Catarina e seus primeiros tempos. Rio de Janeiro, separata da Revista de Cultura, 1957. (264) p. 88.

¹⁷ PIAZZA, Walter F. Org. Dicionário político catarinense. Florianópolis, Assembléia Legislativa de S. Catarina, 1985.

¹⁸ LIMA, João David Ferreira. UFSC: Sonho e realidade. Florianópolis, UFSC, 1980. p. 22.

¹⁹ FONTES, Henrique da Silva. *Op. cit.* p. 87.

grupo de bacharéis fora fundar um curso de Direito, pois entendendo o ensino superior como destinado a ofertar cultura superior nas profissões liberais, consideravam “imprescindível e urgente o ensino de ciências jurídicas” em Santa Catarina.

O grupo fundador, posto que quase todo constituído por homens públicos, ocupantes de altos postos na administração de Santa Catarina - desembargadores, deputados, juizes de direito - no entanto, não cogitou naquele momento de exigir do Estado o ensino superior público. Pelo contrário, Henrique Fontes, eleito vice-diretor da nova faculdade, orgulhava-se de que a escola, até fins de 1933, vivesse “sem qualquer auxílio do Governo estadual e, mesmo nunca o solicitara”²⁰. Eram privatistas, porque criam ser possível somente à iniciativa privada agir com rapidez e eficácia no campo da educação superior no Estado. Consideravam uma faculdade um empreendimento complexo e dispendioso demais para que o Governo do Estado de Santa Catarina o assumisse!

No entanto, as “precárias condições econômicas, de verdadeira pobreza franciscana”²¹ em que vivia a nova faculdade, valendo-se de empréstimos e doações particulares, e a vizinhança com o poder público que tinham seus dirigentes e professores, logo arrefeceu o ânimo privatista. Já em 1934, a Faculdade de Direito teve que se valer de subvenções públicas estaduais para sobreviver. A busca de apoio financeiro do poder público à escola superior privada passou a ser uma preocupação de seus dirigentes. Aproveitando-se do período constituinte que o Estado vivenciava em 1935 e porque contavam com dois deputados ligados à Faculdade (Cid Campos, professor e Altamiro Lobo Guimarães, aluno) entre os constituintes, os dirigentes da Faculdade de Direito lograram a inclusão do artigo 129 na Constituição de Santa Catarina, que assim dispunha:

“Artigo 129 - Compete ao Estado custear o ensino normal e manter ou subvencionar o ginasial, o superior e o profissional de artes e ofícios”²².

Além do que, o acesso ao Governo do Estado mais ficou facilitado, quando Nereu de Oliveira Ramos, professor fundador da Faculdade, em 1º de maio de 1935, tornou-se Governador de Santa Catarina.

Mas o caráter privado da Faculdade de Direito de Santa Catarina não apenas criava problemas de ordem econômica à escola, criava-lhe também dificuldades para o necessário reconhecimento federal. As exigências da legislação para reconhecimento federal de uma faculdade privada eram tais que, não tendo como cumpri-las, os dirigentes optaram por estadualizar a Faculdade de Direito, o que foi efetivado pela lei nº 19, de 30 de novembro de 1935. Como subterfúgio legal, fundou-se afinal o ensino superior público em Santa Catarina.

²⁰ FONTES, Henrique da Silva. Op. cit. p. 93.

²¹ _____, Op. cit. p. 90.

²² SANTA CATARINA. Constituição do estado de Santa Catarina. Florianópolis, Imprensa Oficial, 1935. p. 32.

No entanto, ainda não se tinha consciência de que o ensino público, em todos os níveis, é um dever do Estado. A crença privatista ainda era forte e voltaria a se afirmar quando da fundação das Faculdades de Ciências Econômicas, em 1943; Farmácia e Odontologia, em 1948; Filosofia, Ciências e Letras, em 1951; Medicina, em 1956; e Serviço Social, em 1958, mantida pela Fundação Vidal Ramos. Todas organizadas como institutos livres de ensino superior privado. Resta ainda dizer que a Faculdade de Direito, a fim de se evitarem problemas funcionais a grande parte dos professores, decorrentes da Constituição do Estado Novo, foi desestadualizada pelo decreto-lei nº 120, de 9 de junho de 1938, tornando a se organizar como instituto livre particular, embora subvencionada pelo poder público. O ensino superior público somente tornaria a surgir em Santa Catarina com a federalização da Faculdade de Direito, pela lei nº 3.038, de 19 de dezembro de 1956 e se consolidaria definitivamente com a criação da Universidade de Santa Catarina em 1960.

1.3 - A criação da UFSC: consolidação do ensino superior público no Estado

A idéia de uma universidade catarinense passou a empolgar professores das faculdades em funcionamento, intelectuais e alguns segmentos da classe política de Santa Catarina a partir dos últimos anos da década de 1940. A prova está em que os deputados constituintes catarinenses, ao elaborarem a Constituição de 1947, fizeram constar do texto da carta duas referências explícitas à universidade. No título VII, que tratava da Educação, Cultura e Família, o artigo 180 dispunha:

“O Estado poderá criar ou subvencionar o ensino superior, ministrado quer em faculdades ou escolas independentes, quer em universidades”²³

Já no ato das disposições constitucionais transitórias, o artigo 24 determinava:

“O Estado promoverá estudos para a criação da Universidade de Santa Catarina”²⁴.

A universidade, que se instalasse na capital do estado, era vista como uma “aspiração de nossa gente”, no dizer do professor Henrique da Silva Fontes²⁵; “uma necessidade de expansão da cultura catarinense, através da sadia formação das futuras elites dirigentes... Também uma das soluções ideais para a garantia do progresso da nossa Capital, que, uma vez convertida em centro universitário, terá compensado, em grande parte, o desfavor de sua situação geográfica, no que se refere às perspectivas de ordem puramente econômica”, nas palavras do Governador Heriberto Hülse²⁶.

²³ SANTA CATARINA. Constituição do Estado, de 1947. Florianópolis, Imprensa Oficial, 1956, p. 24.

²⁴ _____. Op. cit. p. 32.

²⁵ FONTES, Henrique da Silva. Pensamentos, palavras e obras. Primeiro caderno da faculdade de filosofia. Florianópolis, ed. Autor, 1960. p. 25.

²⁶ FONTES, Henrique da Silva. Op. cit. p. 69.

Em verdade, a criação da universidade passou a ser questão inarredável das discussões de professores, intelectuais e políticos da Capital. Na campanha eleitoral para o Governo de Santa Catarina, em 1950, Irineu Bornhausen fez constar da sua plataforma de candidato o compromisso de criar a Universidade de Santa Catarina. Eleito e empossado governador, Irineu Bornhausen, em maio de 1953, convidou o professor Dr. Ernesto de Souza Campos, professor de Universidade de São Paulo e ex-ministro da Educação e Saúde, para discutir e decidir com autoridades governamentais e professores catarinenses a criação da universidade no estado²⁷. Preocupava o governo, já naquele instante, a definição do melhor local de construção da Cidade Universitária, que, por sugestão do professor paulista, acabou sendo o bairro da Trindade. A área escolhida foram as terras da antiga Fazenda Modelo “Assis Brasil”, pertencente ao Estado, que a reservou pela lei nº 1.170, de 26 de novembro de 1954, para situar a sede da futura universidade.

A preocupação com a criação da Universidade em Santa Catarina não era apenas do Executivo estadual; também o Poder Legislativo catarinense a tinha e buscava soluções. No mesmo ano da visita do professor Souza Campos, a Assembléia Legislativa encarregou o deputado Wilmar Dias de viajar aos Estados Unidos da América para observar e estudar a realidade universitária americana e propor sugestões para Santa Catarina, de que resultou um documento entregue ao Governador²⁸.

Enfim, em 29 de outubro de 1955, pela lei nº 1.362, numa iniciativa do Governador Irineu Bornhausen, o governo do Estado ficou autorizado a promover a criação da Universidade de Santa Catarina. No mês seguinte, um decreto do Governador nomeou o professor Henrique da Silva Fontes para se encarregar dos atos preparatórios de instalação da futura universidade²⁹. O ato de nomeação oficializou a assessoria informal que o professor vinha prestando desde o início do governo. Henrique da Silva Fontes (1885 - 1966), professor-fundador da Faculdade de Direito e da Faculdade Catarinense de Filosofia e desta primeiro diretor, verdadeiramente fora o vanguardeiro da proposta de criação da universidade. Empreendimento a que ele se dedicou com afinco e lhe mereceu o seguinte testemunho de outro grande intelectual e professor universitário, o historiador Oswaldo Rodrigues Cabral, em discurso de 1961:

“A obra tomou os maiores carinhos de V. Ex.^a, dentre tantos que lhe deve Santa Catarina, dentre os muitos e incontáveis que proporcionou V. Ex.^a à sua mocidade e entre todos que a cultura da nossa terra reconhece como dívida irredimível ao benemérito que é V. Ex.^a”³⁰.

²⁷ _____ . Op. cit. p. 69.

²⁸ _____ . Op. cit. p. 25.

²⁹ FONTES, Henrique da Silva. Pensamentos, palavras e obras: Segundo caderno: da Cidade Universitária. Florianópolis, ed. do Autor, 1962. p. 56.

³⁰ _____ . Op. cit. p. 68.

O professor Fontes era um intelectual católico, politicamente conservador e defensor aceso da iniciativa privada no campo da educação. Dizia mesmo que “os que desejam melhoramentos sociais não devem tudo esperar da ação do governo; devem ter coragem para iniciativas, sem se arrecear de canseiras, nem de sacrifícios, nem de incompreensões, nem de fracassos; e devem procurar a perfeição de obra encetada.”³¹ Nomeado encarregado dos estudos de criação da universidade, os conselhos do professor ao Governo e os esforços empreendidos foram no sentido de organizar a futura universidade como instituto livre, reunindo as faculdades particulares em funcionamento na Capital, mantido pelo poder público estadual. Para isso, o Governo do Estado, pela mesma lei nº 1.362, de 29 de outubro de 1955, também criou a Fundação Universidade de Santa Catarina para se incumbir desta manutenção.

A Fundação Universidade de Santa Catarina seria dirigida por um conselho composto de membros do magistério superior, representantes de outras áreas da atividade liberal e empresários da indústria e do comércio. A ela caberia o fornecimento dos recursos financeiros necessários ao funcionamento da universidade e a edificação da Cidade Universitária. Esses recursos financeiros seriam garantidos pelo Governo estadual, através de dotações orçamentárias próprias e de subvenção federal. Por fim, a Fundação nem chegou a funcionar, tendo se tornado desnecessária face à criação da UFSC. Mas, com recursos estaduais, em 5 de julho de 1959, começaram as obras de construção da futura Cidade Universitária, projetada para a Trindade, edificando-se o prédio da Faculdade de Filosofia, cuja inauguração solene se deu em 30 de janeiro de 1961.

Entrementes, a proposta do professor Henrique Fontes para uma universidade mantida pelo governo estadual começou a receber oposição de um grupo de professores da Faculdade de Direito, capitaneado por seu diretor, professor João David Ferreira Lima. O grupo dissidente descrevia da capacidade do Estado suportar financeiramente o ônus da manutenção da universidade e via mais vantagens na criação de uma universidade federal. Há que se considerar também rugos político-partidárias embutidas nessa dissidência, as quais perpassavam a discussão da universidade catarinense. Embora Fontes não fizesse do seu trabalho ocasião de proselitismo partidário, seus serviços eram prestados a um governo da UDN, que esperava dividendos políticos pelo empenho dos governos Irineu Bornhausen (1951 - 1956) e Jorge Lacerda/Heriberto Hülse (1958 - 1961) em favor da criação da Universidade em Santa Catarina. Por seu turno, o grupo do professor Ferreira Lima, articulado com o chefe político do PSD catarinense, Nereu Ramos, Senador da República, buscava a federalização, confiante no apoio do pessedista Juscelino Kubitschek de Oliveira, Presidente da República³². Inclusive, numa ação paralela, que inviabilizaria a estadualização proposta pelo professor Fontes, a Faculdade de Direito obteve em 1956 a sua federalização.

³¹ Primórdios e primícias da Faculdade Catarinense de Filosofia. Florianópolis. ed. do Autor, 1959, p. 12.

³² LIMA, João David Ferreira. Op. cit. p. 56.

No entanto, não apenas a oposição do grupo da Faculdade de Direito, mas também o parecer do Governador Heriberto Hülse favorável à federalização da universidade, levou o professor Fontes a desistir da sua proposta. Em carta de 20 de fevereiro de 1960 ao Governador, ele assim ponderava:

“Caso, porém, ache Vossa Excelência ser mais conveniente promover entendimentos com o Senhor Presidente da República para que a Universidade de Santa Catarina seja do padrão das que o Governo Federal mantém em grande número de Estado, parece-me também e peço vênias para o dizer, que Vossa Excelência pode tomar a iniciativa sem o menor constrangimento...”³³

Com a aquiescência do Governador, as ações pela criação da Universidade Federal de Santa Catarina passaram a ser conduzidas, então, pelo professor João David Ferreira Lima. Afinal, em dezembro de 1960, decreto federal criou a UFSC, solenemente instalada em 12 de março de 1962. De imediato, o Governo de Santa Catarina autorizou a doação à União das terras e do imóvel já construído na Cidade Universitária do bairro Trindade, para que fossem incorporados à Universidade. A instalação da Universidade Federal de Santa Catarina consolidou o ensino superior público no Estado e liberou o governo estadual para planejar e implementar, -no quadriênio seguinte, a proposta de ensino superior público interiorizado no Estado de Santa Catarina.

1.4 - Governo Celso Ramos (1961/1966) e a UDESC: ensino superior público estadual

Na campanha política para o Governo de Santa Catarina, em 1960, os candidatos Celso Ramos (PSD) e Irineu Bornhausen (UDN) assumiram compromissos com a implantação da universidade catarinense. Celso Ramos, anos depois, assim explicitou a compreensão que tinha do compromisso com a universidade:

“Na plataforma que adotei como candidato em maio de 1959, o primeiro item do programa era a Educação. Estava já ali o compromisso com a Universidade que veio a ser por nós designada como Universidade para o Desenvolvimento do Estado. Dizia então: ‘Todo o conjunto das obras que se enfeixaram em nosso programa depende, para boa e adequada educação, de homens capazes, de sólida formação. Na universidade formaremos estes homens. Somente ela nos poderá entregar, nas quantidades necessárias e na qualidade exigida, os cérebros que dinamizarão os serviços que haveremos de implantar’”³⁴

³³ FONTES, Henrique da Silva. Pensamentos, palavras e obras: Primeiro caderno da faculdade de filosofia. Florianópolis, ed. do Autor, 1960. p. 86.

³⁴ RAMOS, Celso. Nos 25 anos da UDESC. In: Universidade do Estado de Santa Catarina. Idealização e construção da história: UDESC 1965-1990. Florianópolis, UDESC, 1990. p. 9.

A plataforma do candidato Celso Ramos, depois Governador de Santa Catarina, além do que, assumia compromissos com uma ação governamental planejada em todas as áreas. Por isso, logo após empossado, o novo governo criou o gabinete de planejamento do Plano de Metas do Governo/PLAMEG, cujo responsável ficou sendo o professor Alcides Abreu. No gabinete de planejamento do PLAMEG, foram reunidos técnicos e professores jovens, competentes e arrojados. Aqueles que integravam a Assessoria de Educação do gabinete de planejamento buscavam a realização de um ensino comprometido com o desenvolvimento, bem na linha da renovação das estratégias educacionais, em voga na América Latina nos anos de 1960. Osvaldo Ferreira de Melo, à época consultor do PLAMEG, apontando as bases doutrinárias da ação daquele órgão no campo educacional, assim se expressou:

“Outro princípio largamente difundido pela UNESCO e pela CEPAL, órgãos da ONU, insistia em que a Educação é essencial ao desenvolvimento econômico e social e por isso deveria adaptar-se não só quantitativa mas qualitativamente à demanda desse período da transição. A correlação entre educação e desenvolvimento era, nos anos 60, o tema fundamental de encontros internacionais da Educação. Ressaltava-se que, para cumprir seu papel, a Educação deveria ser concebida como um processo integral de preparação para a vida e para o trabalho. Cabia portanto planificar a Educação para orientá-la à obtenção desses fins, quais sejam os ligados à preparação do capital social básico da nação”³⁵.

Vê-se, pois, que o Governo Celso Ramos, por seus técnicos e planejadores, comprometeu-se com um projeto educacional mais democratizado e desenvolvimentista. Foi por consequência da ênfase que queria dar à educação, na busca almejada do desenvolvimento social e econômico de Santa Catarina, que o Governo do Estado criou, a partir de 1963, sucessivamente o Conselho Estadual de Educação, a Faculdade de Educação e, finalmente, a Universidade para o Desenvolvimento do Estado de Santa Catarina/UNEDS. Os novos programas propostos pelo governo estadual para o desenvolvimento catarinense exigiam recursos humanos adequadamente preparados. Além da Universidade Federal, recentemente instalada em Florianópolis, inexistiam cursos superiores que garantissem, à época, formação de profissionais universitários no Estado.

O governo catarinense, portanto, viu-se obrigado a criar a sua própria agência formadora de recursos humanos de nível superior. Orientado pela compreensão de educação democratizada e que promovesse o desenvolvimento social e econômico de todo o Estado, o governo Celso Ramos optou por criar uma universidade pública estadual, interiorizada com “campi” em Florianópolis, Lages e Joinville. Antecipada pela Faculdade de Educação, posta a funcionar em 1964, a UNEDS foi criada em 20 de maio de 1965, através do decreto nº 2.802, do Governo do Estado.

³⁵ MELO, Osvaldo Ferreira de. UNEDS-25 anos de uma estratégia. In: Universidade do Estado de Santa Catarina. Idealização e construção da história. UNEDS 1965-1990. Florianópolis, UNEDS, 1990. p. 9.

O professor Alcides Abreu, de cujo cérebro prodigioso brotara a UDESC, no dizer da professora Zenilda Nunes Lins³⁶, testemunhou dessa maneira a decisão governamental de criar a universidade:

“Na primeira versão a UDESC - Universidade para o Desenvolvimento do Estado de Santa Catarina - foi cogitada como Universidade do Trabalho para Santa Catarina. Não era uma invenção de pedagogos. Foi uma concepção que respondia ao que o candidato ao Governo de Santa Catarina, Senhor Celso Ramos, colocava em sua plataforma em 1959. A proposta do Senhor Celso Ramos era de uma universidade inovadora, não repetitiva, competente para tratar recursos humanos como capital fundamental da sociedade. Por isso delegara ao Conselho Estadual respostas e caminhos para o desenvolvimento do Homem Catarinense.”³⁷

Assim comprometida com o desenvolvimento do homem de Santa Catarina, a UDESC se propunha agir em cinco áreas do progresso do Estado, segundo seus idealizadores:

“1. Execução de atividades de ensino e treinamento de recursos humanos; 2. Estudos e pesquisas para a política estadual de utilização e valorização de recursos humanos; 3. Planejamento do desenvolvimento de recursos humanos; 4. Coordenação dos órgãos públicos e privados (esses que recebessem recursos estaduais) ligados à formação de recursos humanos e da assistência técnica do sistema público de ensino superior.”³⁸

Mas, acima de tudo, a grande inovação e contribuição que a UDESC ofereceu à disseminação do ensino superior público em Santa Catarina foi a sua diversificação para atender às diferentes regiões do Estado: Educação, Administração e Gerência e Educação Física, em Florianópolis; Engenharia de Operações, em Joinville; Agronomia e Medicina Veterinária, em Lages. A inovadora proposta de regionalização do ensino superior, no entanto, foi tolhida já no seu nascedouro pela criação das fundações educacionais em todo o interior de Santa Catarina³⁹. Tais fundações educacionais, quase sempre criadas pelas municipalidades, passaram a ofertar ensino superior, cujo financiamento recaía única e exclusivamente sobre o alunado; proposta muito ao gosto dos governantes brasileiros pós-64, adeptos confessos do ensino público e pago.

³⁶ LINS, Zenilda Nunes. O caminho da UDESC. In: Universidade do Estado de Santa Catarina. Idealização e construção da história: UDESC 1965-1990. Florianópolis, UDESC, 1990. p. 41.

³⁷ ABREU, Alcides. Ainda é Tempo. In: Universidade do Estado de Santa Catarina. Idealização e construção da história: UDESC 1965-1990. Florianópolis, UDESC, 1990. p. 33.

³⁸ ABREU, Alcides. Op. cit. p. 34.

³⁹ WIGGERS, Júlio. Fundação UDESC. In: Universidade do Estado de Santa Catarina. Idealização e construção da história: UDESC 1965-1990. Florianópolis, UDESC, 1990. p. 13.

CAPÍTULO II

CONDICIONALISMOS HISTÓRICO-ECONÔMICOS E SOCIOCULTURAIS DO MOVIMENTO PRÓ-FACULDADES

2 - CONDICIONALISMOS HISTÓRICO-ECONÔMICOS E SOCIOCULTURAIS DO MOVIMENTO PRÓ-FACULDADES

2.1 - História e Economia itajaienses

As terras do litoral catarinense estavam compreendidas, até Laguna, no sul, dentro do território a leste da linha divisória do Tratado de Tordesilhas, pertencendo, portanto, a Portugal¹. Quando da divisão do Brasil colonial em capitânicas hereditárias, as terras do litoral de Santa Catarina ficaram incluídas na Capitania de Santana, doada por carta régia ao donatário Pero Lopes de Souza em 1534. A ocupação portuguesa e a colonização destas terras se deveram principalmente ao interesse da Coroa portuguesa na exploração de possíveis minas de ouro e à disputa com Espanha que entendia que as terras catarinenses lhe pertenciam.

Durante o século XVII, os paulistas de São Vicente fundaram os primeiros núcleos populacionais das costas catarinenses: Nossa Senhora da Graça do Rio de São Francisco Xavier do Sul (1658), Nossa Senhora do Desterro (1672) e Santo Antônio dos Anjos da Laguna (1684). Nesse século e no seguinte, diversas recomendações foram feitas ao governo colonial no sentido de se promover a colonização das terras do Vale do Itajaí, consideradas férteis e estratégicas para a fundação de colônias, como um dos acessos possíveis ao planalto de Lages. No entanto, tais recomendações não foram levadas em conta pela Metrópole portuguesa. Assim, a ocupação das terras do Itajaí pelo homem branco somente se daria pela iniciativa particular de João Dias de Arzão, companheiro do fundador de São Francisco do Sul, em 1658². João Dias de Arzão era paulista e sua família, há anos, procurava minas de ouro e doutros metais preciosos pelo interior do Brasil. Ele requereu uma sesmaria às margens do rio Itajaí-açu, em frente à foz do rio Itajaí-mirim e ali construiu uma fazenda. Não tinha ele, no entanto, a intenção de fundar uma povoação, nem empreendeu meios para tal. Seu maior interesse era a cata do ouro, no que não teve tanto sucesso.

Quando os primeiros homens brancos começaram a freqüentar as terras do Vale do Itajaí, os índios fizeram frente à sua ocupação. Esses índios eram os guaranis ou carijós, que moravam à beira-mar; e os botocudos, no interior do Vale. Os carijós, primitivos guaranis que moravam no litoral, foram aniquilados pelos predadores de índios, que os levavam para os mercados de escravos de São Vicente e São Paulo, no correr dos séculos XVI e XVII. Os botocudos, por sua vez, do grupo tapuia e hoje conhecidos por kaingangues, resistiram no

¹ VIANNA, Hélio. História do Brasil. São Paulo, Melhoramentos, 1980. p. 39.

² d'ÁVILA, Edison. Pequena história de Itajaí. Itajaí, Prefeitura Municipal, 1982. p. 17.

interior do Vale até o início do século XX, quando então foram aldeados na reserva Duque de Caxias, atual município de Victor Meirelles.

Ao correr de todo o século XVIII, a grande atividade econômica desenvolvida foi a extração de madeiras. Isto ocasionou uma afluência de moradores, muitos deles simples posseiros que foram se fixando por toda a região, embora muito esparsamente. A madeira era aqui desdobrada em tábuas nas serrarias manuais, geralmente tocadas pelos braços dos escravos e depois exportadas para Santos e Rio de Janeiro. Foi tão indiscriminada e depredadora a derrubada de madeiras que, no final do século, o governo português decretou ser privilégio real o corte das melhores espécies³. A riqueza da madeira disponível, a abundância da pesca e a fecundidade das terras motivaram verdadeira corrida às terras do Vale do Itajaí. Altos funcionários públicos e comerciantes abastados do Desterro requeriam sucessivas sesmarias, burlando a lei que lhes exigia benfeitorias de colonização e prejudicando o direito de posse de moradores antes estabelecidos, o que vai resultar em seguidas pendências judiciais. Assim, no final do século XVIII, as terras da foz do rio já estavam todas ocupadas⁴.

Foi o abandono oficial quanto a obras de colonização e ao mesmo tempo as vantagens econômicas da exploração das riquezas naturais que animaram o jovem carioca Antônio de Menezes Vasconcelos de Drummond, que estava em Santa Catarina como contador dos reais cortes de madeira, a solicitar apoio ao governo real para a fundação de uma colônia nas margens do rio Itajaí-mirim. Drummond era partidário da independência do Brasil e amigo do ministro de D. João VI, Tomás Antônio de Vilanova Portugal, e fora mandado a Santa Catarina para ser afastado das disputas políticas do Rio de Janeiro, então sede da Corte portuguesa⁵. Pelo Aviso Real de 5 de janeiro de 1830, o rei português autorizou Drummond a estabelecer uma colônia em duas sesmarias reais, a dez quilômetros da foz do rio Itajaí-açu, na região da hoje Itaipava. Com a ajuda de soldados dispensados de um batalhão da sede da Capitania de Santa Catarina, Drummond iniciou a derrubada das matas que permitisse começar as plantações e a construção de casas para os colonos. A planta da futura colônia fora levantada pelo coronel português Antônio José Rodrigues.

Estavam em andamento os trabalhos de implantação da nova colônia - que se chamaria "São Tomás de Vilanova", evidente homenagem ao ministro protetor - quando a situação política portuguesa exigiu que D. João VI e seus ministros voltassem a Portugal. Drummond então suspendeu os trabalhos, pois sabia que se acabara o apoio governamental e retornou ao

³ BALDIN, Nelma. A Intendência da Marinha de Santa Catarina e a questão da Cisplatina. Florianópolis, FCC, 1980. p. 31.

⁴ SILVA, José Ferreira da. Itajaí: A Fundação e o fundador. Blumenau em Cadernos. Blumenau. 8 (9/10): 158, jul. 1967.

⁵ d'ÁVILA, Edison. *Op. cit.* p. 23.

Rio de Janeiro. Sobre a sorte da sua colônia, é ele próprio que anos mais tarde vai afirmar: “não houve tempo nem meios de levar a cabo”⁶.

No começo do século XIX, os moradores da região viviam da agricultura, da pesca, da extração de madeiras e da construção de barcos, chamada à época de carpintaria de ribeira. Comerciam com vendedores de vários locais do litoral de Santa Catarina. Foi numa destas viagens de negócio que Agostinho Alves Ramos pela primeira vez passou por Itajaí. Agostinho Alves Ramos era português e sócio de uma casa comercial no Desterro⁷. Homem de muito tino comercial, inteligente e bastante culto, logo percebeu o bom ponto para o comércio. Principalmente se aí se desse início a uma povoação. Comprou então um lote de terra e construiu sua casa de morada e de comércio, estabelecendo-se na foz do rio com a mulher, Ana Maria Rita. Com vistas à fundação de uma póvoa, tratou logo de encabeçar requerimento ao bispo do Rio de Janeiro para a criação do Curato; o que foi conseguido em 31 de março de 1824. Com a criação do Curato do Santíssimo Sacramento do Itajaí, estava fundada a futura Vila e cidade de Itajaí. A pequenina capela e o cemitério, que lhe ficava aos fundos, começaram a ser rodeados de casas de outros moradores, cuja liderança maior era de Agostinho Alves Ramos, o fundador do pequeno curato. Em 1833, o curato foi transformado em freguesia.

A ação colonizadora de Alves Ramos não se limitou à fundação do Curato do Santíssimo Sacramento, ele foi o incentivador da fundação de colônias no interior do Vale. Graças aos seus préstimos, em 1835, fixaram-se colonos brasileiros e os primeiros alemães em Pocinho e Belchior, no hoje município de Gaspar. A colonização do Vale do Itajaí, a partir daí, avançou com a fundação da Colônia Belga por Charles van Lede em 1842 e, acima de tudo, com a fundação da colônia Blumenau em 1850 e da colônia Brusque em 1860.

Agostinho Alves Ramos não mais vivia, pois que falecera em 1853, quando um grupo de moradores destacados do distrito de Itajaí, então pertencente ao município de Porto Belo, encabeçou o movimento para a criação do município. A Resolução nº 464, de 04 de abril de 1859, da Assembléia Provincial de Santa Catarina, afinal criou o município do Santíssimo Sacramento de Itajaí, só instalado em 15 de junho de 1860, tendo por limites, ao norte, o rio Itapocu; ao sul, as vertentes do Morro do Boi; a leste, o mar; e a oeste, os limites da Vila de Lages.

Situada à foz do rio Itajaí-açu e dispondo de porto marítimo, a cidade logo se colocou como área propícia às atividades de comércio. A localização era apropriada também “à circulação de mercadorias oriundas do Vale e à distribuição regional de produtos importados.”⁸ Nos primeiros tempos, os negócios de exportação se destinavam ao mercado

⁶ d'ÁVILA, Edison. Op. cit. p. 109.

⁷ SILVA, José Ferreira da. Op. cit. p. 160.

⁸ MOREIRA, Sônia Miriam T. Casas comerciais de Itajaí: As atividades pioneiras no setor de exportação e importação (1900-1930). Florianópolis, mimeo, 1990. p. 3.

interno - Rio de Janeiro e Santos, como já vimos - tendo como produtos exportados a madeira, a farinha de mandioca e o peixe seco. A chegada dos colonos alemães e de outros países da Europa, a partir de 1850, sacudiu a economia de Itajaí, “por causa da capacidade das colônias de gerar excedentes agrícolas.”⁹ O porto, nas últimas décadas do século passado, assumiu importante papel nas exportações catarinenses, como exportador da produção de Blumenau e Brusque, em um período de grande expansão da navegação de cabotagem no Brasil.

A consolidação do porto, via exportação de madeiras e produtos coloniais agrícolas e têxteis, na segunda metade do século XIX, ocasionou a instalação na cidade de várias “casas de comércio”, de início do gênero “secos e molhados”, evoluindo a seguir para as atividades de exportação e importação. Em grande parte, tais casas de comércio tiveram como fundadores ex-colonos alemães ou teuto-brasileiros, cabendo destacar Nicolau Malburg, Guilherme Asseburg, Marcos Konder e João Bauer, cujos negócios, por fim, transformaram-se em poderosos grupos econômicos da cidade, acumuladores de capital e poder.

No período que vai do final do século XIX até a 1ª Guerra Mundial, à semelhança de Santa Catarina, o município vivenciou o começo de sua industrialização. Foram, no entanto, pequenos estabelecimentos industriais; tanto assim que, em 1907, havia apenas uma empresa industrial colocada entre as quatorze principais indústrias do Estado: a Fábrica de Caixas de Gotlieb Reif, com capital de 120 contos de réis e 70 operários¹⁰. O ramo industrial nunca seria mesmo significativo. Já naquele ano de 1907, segundo a mesma fonte, enquanto em Itajaí existiam 9 estabelecimentos industriais, significando tão somente 4,5 % da produção industrial catarinense, em Joinville existiam 43; em Blumenau, 38; em Florianópolis, 19 e em Brusque, 11.

Foi a madeira que, a partir dos últimos anos da década de 1930, alterou o perfil das exportações do porto, beneficiando-o sobremaneira como maior porto exportador do produto no Brasil. Para isso, muito contribuiu a melhoria das estradas, que permitiam o acesso ao planalto de Lages e seus pinheirais. Definitivamente, o comércio de madeira alavancou o progresso do município nas décadas de 1940, 1950 (a década de ouro) e 1960, incentivou as atividades industriais e proporcionou o surgimento de variadas empresas de prestação de serviços. A mais destacada foi o Banco Indústria e Comércio de Santa Catarina S/A - o INCO, que veio a ser o grande impulsionador da economia itajaiense por trinta e três anos e de que trataremos mais adiante.

A década de 1950 foi a que demonstrou o maior crescimento econômico da cidade. Todos viam e registravam com satisfação este progresso. O “Jornal do Povo” publicou no começo de 1959 este comentário do seu articulista:

⁹ CUNHA, Idaulo José. Evolução econômico-industrial de Santa Catarina. Florianópolis, FCC, 1982. p. 59.

¹⁰ CUNHA, Idaulo José. *Op. cit.* p. 94.

“Itajaí é, inegavelmente, uma cidade que cresce. O seu progresso está mais do que nunca evidenciado. Hajam vista as inúmeras e novas construções que vimos tendo... Vivemos uma fase progressista não resta dúvida. O nosso porto tem aumentado de forma acentuada, o seu movimento de exportação, principalmente para o exterior... Nada nos deterá. Vamos para a frente, confiantes no futuro promissor de nossa terra. É Itajaí que cresce e que se firma.”¹¹

Assim, no início da década de 1960, em que se fundou o ensino superior na cidade, vivia-se um progresso que não era fictício, mas por demais dependente das atividades portuárias que, por sua vez, dependiam basicamente da madeira, um produto cujas fontes produtoras iam ficando distantes do porto e se extinguíam com rapidez. Em razão disso, os analistas à época alertavam para o declínio do setor industrial, ainda que ressaltando a recente instalação de indústrias como a Companhia Catarinense de Cimento Portland e a Companhia de Cigarros Souza Cruz, e cobravam maiores incentivos à agricultura, sugerindo a diversificação segura da economia itajaiense:

“Mas há necessidade de que a indústria seja ampliada. Como há necessidade de aumentarmos a produção agrícola. A estabilidade econômica de um município se assenta nesta última. Precisamos produzir mais. E as nossas terras são ótimas, tanto para o arroz, como para milho, feijão, mandioca, etc. Aumentando o nosso parque industrial e, sobretudo, a lavoura, Itajaí ficará com uma situação firme, podendo todos confiar no seu futuro.”¹²

As análises, não raro, avançavam até à conjuntura nacional, concluindo com reflexões como esta:

“São fatores inevitáveis, provindos de um país que progride de forma acelerada. São problemas complexos, de difíceis soluções. Todavia, Itajaí sente, mais que ninguém, nestas horas, a transição desse desequilíbrio.”¹³

A arguta observação do “Jornal do Povo” antevia a necessidade de se diversificar a economia do município, para que o seu progresso fosse consolidado. A dependência excessiva do porto tornava precária a euforia econômica vivida, em vista das mudanças já apontadas no cenário nacional: opção pelo rodoviarismo, declínio da navegação de cabotagem, esgotamento dos mananciais catarinenses de madeira.

¹¹ JORNAL DO POVO. Itajaí, 1 fev 1959. p. 1

¹² JORNAL DO POVO. Itajaí, 1 fev 1959. p. 1

¹³ JORNAL DO POVO. Itajaí, 27 set 1959. p. 1

2.2 - Origem da gente de Itajaí e o caráter social

Foi gente de Desterro, São Francisco do Sul, Armação de Itapocorói, São Miguel da Terra Firme - majoritariamente vicentista e açoriana - que formou o primeiro grupo populacional de Itajaí, quando de sua fundação. A historiadora Maria Bernardete Ramos Flôres assim se refere às populações que povoaram originalmente a cidade:

“Estava assim fundado Itajaí por uma população luso-brasileira, descendente de açorianos, de vicentistas e outros, não se podendo afirmar, qual o grupo que tenha dominado na área. Nos referidos documentos de concessões de sesmarias consta que os requerentes moravam em Desterro. Sendo que Desterro recebeu afluxo de toda sorte de gente, dos mais variados pontos do Brasil, torna-se difícil saber-se qual o grupo que estava deslocando-se para Itajaí.”¹⁴

Devido à excelente localização geográfica, junto à foz do rio Itajaí-açu e dispendo de bom porto, a localidade, desde os primeiros tempos de seu povoamento, recebeu moradores de outros pontos da Província de Santa Catarina e do Brasil, bem como, já alguns elementos estrangeiros. Esta contribuição estrangeira mais cresceria com a fundação das primeiras colônias no interior do Vale, em meados do século XIX, com seus numerosos contingentes de alemães, italianos e poloneses.

“Itajaí constituiu um porto receptor de imigrantes que ao chegarem permaneciam num armazém próprio para pouso provisório dos colonos, na Barra do Rio, aguardando condução para seguir seus destinos. Alguns destes colonos imigrantes, talvez, ao invés de adentrarem o Vale, ficaram em Itajaí. Ou, quem sabe, tenham voltado depois. O certo é que foram encontrados com boa frequência os alemães e os italianos.”¹⁵

A parcela de imigrantes estrangeiros no conjunto da população, no entanto, “é bastante reduzida, sendo muito variados os países de origem e não se pode dizer que algum destes grupos tenha marcado a cultura itajaiense.”¹⁶ Na verdade, os maiores contingentes populacionais que chegaram, segundo dados da pesquisa da já citada historiadora, foram aqueles que vieram da vizinhança. Formando-se como que um “núcleo que absorveu grande parte da população da redondeza. As pessoas vinham naturalmente à procura de uma região que lhes oferecesse melhores condições de vida. E Itajaí lhes prometia esta oportunidade, já que o porto absorvia grande quantidade de mão de obra.”¹⁷ De sorte que, esta gente “constitui

¹⁴ FLÔRES, Maria Bernardete Ramos. História demográfica de Itajaí: uma população em transição: 1866/1930. Florianópolis, UFSC, dissertação (M), 1979. p. 53.

¹⁵ _____. Op. cit. p. 78.

¹⁶ _____. Op. cit. p. 78.

¹⁷ FLÔRES, Maria Bernardete Ramos. Op. cit. p. 78.

uma mescla de etnias. Fundiram-se povos das mais diversas origens para dar forma harmoniosa ao povo que hoje se encontra.”¹⁸

Cem anos após a emancipação do município, em 1959, o jornalista e escritor Silveira Júnior escreveria uma perspicaz análise da história do povo itajaiense. Suas considerações expressam muito bem a compreensão que na cidade se tem de Itajai e dos itajaienses, no contexto das comunidades teuto-brasileiras de Santa Catarina:

“O alemão que se fixou em Blumenau ou Joinville já sabia manejar o arado, já conhecia, pelos seus antepassados através de séculos de civilização, o amanho ordenado da terra e o exercício de profissões liberais. Mas os nossos provinham de troncos que fizeram da imigração uma aventura meio romântica, meio interesseira, meio criminoso. O português que se deslocou para a América não era a flor da lusitanidade. Pelo contrário, era o chefe de mato, preador de bugres e escravizador de negros. Ao contacto com a natureza agreste e hostil, achou mais fácil adaptar-se aos hábitos dos aborígenes do que submeter estes aos seus costumes civilizados. E temos então um português meio bugre, meio latino, que recita Camões, coabita nas senzalas e se delicia a comer peixe assado com pirão de farinha de mandioca.

Compreende-se por aí (em que pese a opinião contrária de ilustres sociólogos) que o impacto do lusitano com o meio pré-existente criou na terra virgem da América uma civilização estacionária por séculos.

.....

E foi nesse desamparo nessa ausência total de planificação, nesse aventureirismo que foram nascendo os povoados e vilas litorâneas, entre elas - parece não restar mais dúvida - aquela que mais tarde viria a ser Itajai. Compreende-se assim porque razão as ‘cidades brasileiras’, isto é, aquelas que foram fundadas por luso-brasileiros, levaram uma grande desvantagem sobre as suas irmãs planificadas, iniciadas e desenvolvidas por europeus de outras procedências.

É por isso que o atual progresso de Itajai pode e deve ser considerado plenamente satisfatório. Ela é, sem dúvida, a ‘cidade brasileira’ mais próspera do litoral catarinense.

.....

Portanto, se olharmos as nossas origens não temos do que nos envergonhar neste século de município. Somos o fruto de um amontoado amorfo de humildes moradores do litoral, sem ‘pedigree’, sem as tradições de cultura dos nossos vizinhos teuto-brasileiros. E, não obstante, hoje podemos nos ombrear com eles, se não em pé de igualdade, mas por uma aproximação tão evidente que nos faz superar os complexos e esposar a tese de Franz Boas, segundo a qual ‘todos os homens, de qualquer raça ou cor, têm as mesmas possibilidades de êxito, se lhes

¹⁸ _____ Op. cit. p. 78.

dermos igualdade de tratamento, de clima e de oportunidades’
 „¹⁹

A esta visão, digamos “científica” de Silveira Júnior, contrapõe-se uma outra, digamos “ufanista”, de parte da elite intelectual, para quem a cidade é uma “encantadora terra” e seu povo tem “um belo coração”.

“Filho de encantadora terra, o itajaiense não podia deixar de ter um belo coração e uma alma de poeta.

Assim é que todos aqueles que tiveram a ventura de nascer sob tão lindo luar, e cujos primeiros vagidos foram ouvidos por natureza tão exuberante e poética, trazem eivada em si, a irresistível tendência ao culto da Estética.

Generoso e pródigo por excelência, ele tem constantemente para o forasteiro que o procura o melhor dos seus sorrisos”²⁰.

Obviamente, tais visões revelam aspectos verdadeiros do caráter do itajaiense e da sua vida social, porém escondem indiscutíveis razões que deram causa ao “amontoado amorfo de humildes” (lamentado por Silveira Júnior) e questionam a compreensão telúrica de Alexandre Konder sobre sua terra e sua gente. Viveu-se sempre numa sociedade estratificada em classes socialmente diferenciadas. As elites, formadas a partir de comerciantes, alguns poucos profissionais liberais e chefes de repartições públicas, eram senhoras do poder econômico e político. Nesse grupo inicial, avultava a presença de comerciantes luso-brasileiros (Liberato, Miranda, Fontes, Marques da Silva/Brandão, Seára, Amaral) e alemães e teuto-brasileiros (Malburg, Asseburg, Konder, Müller, Heusi, Bauer), ligados ao comércio exportador e importador. Numa cidade comercial por excelência, era evidente a emergência em primeiro lugar dos comerciantes, através do destaque social, em razão da diferença econômica e constante participação em associações, clubes, igrejas, escolas, partidos políticos, festas, etc. A participação de imigrantes alemães e seus descendentes no segmento da elite econômica, social e política decorreu, segundo estudos já feitos²¹, do empenho deste grupo na construção de um modo particular de abasileiramento, que o aproximou da cultura brasileira, por meio da participação na vida social da cidade. Fortuna e destaque social foram os ingredientes da ascensão política. Diluir o germanismo pela aceitação dos princípios culturais brasileiros tornou-se para eles a garantia de participação e presença em todos os lugares sociais, fundamentais para a proteção dos direitos e interesses seus.

¹⁹ SILVEIRA JR, Norberto Cândido. Um Século de município. *Itajaí*. 4 abr 1959. p.1.

²⁰ KONDER, Alexandre. Minha terra, minha gente. *Anuário de Itajaí para 1924*, org. Juventino Linhares e Jayme Vieira, Itajaí, 1924. p. 111.

²¹ SEVERINO, José Roberto. *Itajaí: a maquiagem do possível*. Itajaí, UNIVALI, monografia, 1993.

Formavam as elites “um círculo fechado, que pretendiam preservar”²². Elas se viam constituídas por pessoas de caráter e honra, zelosas das tradições e valores de suas famílias, extremamente dedicadas à preservação do nome e do status social. Mantinham-se fechadas, inclusive evitando casamentos fora do seu restrito círculo. Além do que, havia para elas associações e clubes próprios (Sociedade Guarani, Sociedade Estrela d’Oriente, Bloco dos XX), escolas para seus filhos (Escola Alemã, Colégio Paroquial), espaços nos cargos públicos (vereadores, prefeitos, deputados) e o comando dos maiores empreendimentos comerciais da cidade (Companhia Malburg, Asseburg & Cia., Konder & Cia., Liberato & Irmãos, Bauer & Filho). Não se estranha, por conseguinte, que a história social de Itajaí esteja toda ela “fundamentada nas elites”²³. Mantinham assim excluído dos maiores benefícios do usufruto da riqueza econômica e do poder político o conjunto das camadas populares, integradas por pequenos agricultores, pescadores artesanais, trabalhadores do porto e outros trabalhadores urbanos avulsos.

Para o abatimento e o caráter estacionário, evidentemente da parcela pobre da população, existia quem tivesse explicações mais convincentes.

“Um povo abatido pela sua enfermidade, desprezado pela ciência de seu país e esquecido por seus governos via modorrento e resignado na sua indolência, a riqueza florescer em torno do lar do estrangeiro sadio, robusto e forte, instalado na sua vizinhança, quando ele era repudiado e desprezado pela sua capacidade física e moral, pela lentidão e incerteza com que se atirava aos mais mezinhos serviços e pela resignação deplorável com que atravessava uma existência sofrendo as maiores vicissitudes e julgando-se sempre presa de invencível fatalismo.

Que raça, por mais forte e mais disposta, que não sentir-se-ia amesquinhada e subjugada ante tão destruidores flagelos?”²⁴

Após 1930, na economia de Itajaí, inclusive acompanhando o que também ocorria no Brasil, ou seja, um processo global de desenvolvimento urbano-industrial, e por causa do grande crescimento das atividades do porto, ocorreram mudanças que se refletiram em todos os segmentos da vida social, originando um novo modo de vida. Este processo de modernização da sociedade e da economia se apresentou como:

“um profundo e progressivo alargamento da compreensão das alternativas econômicas de maior consumo e aumento do padrão de vida, mas principalmente na medida em que o cidadão começa a visualizar novos valores, novas formas de organização,

²² FAVERI, Marlene e CARDOUZO, Jorge Luis. Bloco dos XX: Uma abordagem histórica. Itajaí, UNIVALI, monografia, 1992, p. 8.

²³ _____. Op. cit. p. 11.

²⁴ ANUÁRIO DE ITAJAÍ para 1924, org. Juventino Linhares e Jayme F. Vieira. Itajaí, 1924. p. 142.

novos tipos de carreiras, novas possibilidades de provimento em prol de uma nova ordem social”²⁵.

A modernização econômica e social foi gestada a partir dos últimos anos de 1930 e se consolidou espetacularmente nas décadas de 1950 e 1960. Uma nova classe média surgiu, constituída de funcionários públicos, empregados de escritórios, de bancos, de lojas e de empresas de serviços, auxiliares de indústrias, vendedores e portuários. Lausimar Laus, descrevendo a cidade portuária daqueles anos 50, retratou com maestria a modernidade que chegara:

“A cidade era o burburinho vivo das grandes metrópoles. Oito ou dez navios estrangeiros no porto faziam a cidade pulsar, no sangue novo e quente dos marinheiros de todos os portos da terra. Era uma cidade internacional, que em pouco tempo apontou crescida e forte, lembrando um porto europeu, organismo sadio, ao lado de suas irmãs do mapa catarinense, como se algo tivesse vindo do misterioso país das fadas e dos gnomos... Os homens ficavam ricos de repente, criavam-se sociedades, inauguraram-se duas estações de rádio, fez-se a mais bela igreja de todo o Estado de Santa Catarina. Começou-se a explorar o cimento de sua magnífica fábrica em Cordeiros, o Instituto Nacional do Pinho apresentava as mais belas receitas e a cidade começava a ser o arsenal das riquezas do Estado e a vedete número um do Brasil em exportação de madeira. Nesse porto, qualquer estivador faz 20, 30, e até 40 mil cruzeiros por mês”²⁶.

Nesse momento histórico de transformações econômicas e sociais, as elites perceberam a crescente proletarização da sociedade itajaiense; “o popular começa a tomar espaços públicos”, mas elas se mantêm fechadas, presas a seus valores. A nova classe média entendeu muito bem que o único caminho para a ascensão social, não sendo ela do círculo exclusivista das elites da cidade, era através da qualificação educacional. Então ela, nos anos 1960, pressionará para a ampliação das oportunidades de educação.

Mas, buscados os traços definitivos do caráter social do itajaiense, com certeza se dará razão a estas afirmações:

“A gente de Itajaí é modesta, excessivamente modesta. Está sempre pronta a aceitar quase humilde, a superioridade do que se faz alhures, a reconhecer, não sem contentamento, os sucessos de outras terras. Dir-se-ia que os itajaienses descrêem de seus valores e como que se apagam para não chamar a atenção para os próprios méritos. No fundo é sabedoria, são os contactos contínuos com outras gentes a obrigar comparações que o isolamento tornaria improvável. De tanto ver e tanto cotejar nasce uma espécie de ciência, que se faz modéstia sem alardes, natural, espontânea. Não ingênua, porém, que o conhecimento de variegadas formas de vida desenvolve também

²⁵ GRACIANI, Maria Stela Santos. O Ensino superior no Brasil: A estrutura de poder na universidade em questão. Petrópolis, Vozes, 1982. p. 18.

²⁶ LAUS, Lausimar. Paralisado o porto madeireiro de Itajaí. Jornal do Povo, 23 ago 1959. p. 1.

agudo senso de realismo e capacidade de discernimento e reação, com sadias malícias”²⁷.

Sem dúvida, senso de realismo, acentuada capacidade de adaptação às novas realidades, sabedoria e “sadia malícia” para discernir com propriedade o que deva ou não ser levado a sério na convivência do dia-a-dia, onde o estar bem com a vida vale mais que o ter muito ou o parecer melhor, são as marcas do caráter social desta gente.

2.3 - Banco INCO, Igreja e Maçonaria: o jogo do poder na cidade política

Uma das questões que tem chamado a atenção de estudiosos da história de Itajaí é a posição que a cidade teve, desde os primórdios da República, de liderança entre as demais cidades do Vale. Esta postura original no cenário catarinense decorre da sua posição geográfica de cidade plantada na embocadura do rio, sede de um porto intimamente ligado a toda a região. “Itajaí passou a ser o ponto de destino de todas as comunidades. Dos trapiches vinham as mercadorias de fora... Mas também por ali chegaram idéias, novidades, o fermento civilizado... A cidade se tornou a sede de uma liderança suave, tal como Blumenau ficou sendo o pujante centro da vida econômica.”²⁸

Além de ser a cidade berço constante de homens públicos que se destacaram nos cenários catarinense e nacional. Desde os primeiros anos do regime republicano, inúmeros itajaienses galgaram posições políticas e administrativas de destaque em Santa Catarina e no Brasil. Lauro Severiano Müller (1863 - 1926) foi Governador do Estado, Senador da República e Ministro de Estado por duas vezes; Adolfo Konder (1884 - 1956) governou Santa Catarina, tendo sido ainda deputado federal e Senador da República; Victor Konder (1886 - 1941) exerceu as funções de Ministro da Viação e Obras Públicas do Governo Washington Luís; Irineu Bornhausen (1896 - 1974) ocupou os cargos de Governador e Senador da República; e, finalmente, Antônio Carlos Konder Reis (1925 -) também esteve à frente do Governo do Estado, além de ter sido deputado federal e Senador da República. Berço das famílias Konder e Bornhausen, acabou por sediar uma família política, “hegemônica em Santa Catarina de 50 e 60”²⁹.

Assim, a posição geográfica, seu porto organicamente vinculado à economia do progressista Vale do Itajaí e a circunstância de ser a terra natal de seguidas lideranças políticas catarinenses, fizeram-na uma cidade política por excelência. Ainda mais: a situação especialíssima de ter sido a sede da matriz do Banco Indústria e Comércio de Santa Catarina S/A - INCO, de 1935 a 1968, quando foi incorporado pelo Banco Brasileiro de Descontos

²⁷ KONDER, Victor Márcio. Itajaí: pórtico do Vale. Anuário de Itajaí 1959. org. Laércio Cunha e Silva e Roberto Mello de Faria, p. 174.

²⁸ KONDER, Victor Márcio. Op. cit. p. 174.

²⁹ LAUS, Sônia Pereira. A UDN em Santa Catarina: 1945 - 1960. Florianópolis, UFSC, dissertação (M), 1985. p. 63.

S/A, de São Paulo, acresceu à cidade mais um instrumento de poder econômico e político, como se verá adiante.

Desde 1945, após a queda da ditadura getulista, a UDN, o PSD e o PTB se transformaram nas três principais forças políticas de Itajaí. Pode-se dizer que cada uma destas agremiações políticas teve um líder a conduzi-las no engenhoso jogo da política itajaiense, onde a UDN (comandada por Irineu Bornhausen) era individualmente o maior partido, mas que perdeu sucessivas eleições municipais (1946, 1950, 1955 e 1965) para o PSD (conduzido por Arno Bauer e Paulo Bauer) e PTB (liderado por Abdon Fóes). A UDN venceu somente o pleito municipal de 1960. Numa cidade de grande número de operários e extremamente politizada, pesava muito contra a agremiação udenista a afirmação de que era um partido de elite, embora as vitórias do PSD/PTB coligados contra a UDN fossem sempre bastante apertadas em número de votos.

Mesmo experimentando seguidos reveses nas eleições municipais, a União Democrática Nacional, sob o comando de Irineu Bornhausen, projetou na política e na administração pública os nomes itajaienses do próprio Irineu e de Antônio Carlos Konder Reis, pertencentes à família política Konder/Bornhausen, que assumira o comando da agremiação em Santa Catarina. Já tal não se deu com os demais partidos políticos da cidade, notadamente o Partido Social Democrático, que mesmo vitorioso em nível municipal, não teve chances de projetar em Santa Catarina nenhum de seus quadros itajaienses, pois que o partido obedecia à férrea direção da família lageana dos Ramos, onde eram buscados os nomes para ocupar os melhores cargos políticos do Estado, quando a situação estadual era pessedista.

Posto que inimigos figadais no “tempo da política”, os chefes políticos itajaienses dos anos 50 e 60 tinham uma maneira própria de ser: passada a “política”, todos passavam “a ser amigos de novo e iam cuidar dos seus negócios, das suas vidas”. E, no dizer do mesmo cronista, “quando, então, entra em jogo o interesse de Itajaí, mesmo que seja tempo de politicagem, desaparecem os partidos, as dissensões e a cidade inteira unida luta, debate-se e consegue o impossível... Assim é nossa cidade...”³⁰

Se a UDN, o PSD e o PTB eram as três principais forças de poder político na cidade, no entanto, três outras instituições exerciam um outro poder que transitava sobre e além dos partidos políticos: o Banco INCO, a Igreja Católica e a Maçonaria. O mais inusitado de toda a situação está em que o poder econômico e político do Banco INCO, o poder moral da Igreja e o poder dos relacionamentos da Maçonaria agiam quase sempre cooperadamente, na direção de objetivos comuns; mesmo quando o INCO negava a compressão econômica e a Igreja afirmava suas seculares incompatibilidades com a Maçonaria. Um exemplo prático desta ação cooperativa se teve na fundação e implantação do ensino superior. As marcas conservadoras e

³⁰ LINS, Eduardo Santos. Um Pouco de “ufanismo”. Itajaí, 21 set 1957. p. 1.

privatistas destas três instituições assinalaram indelevelmente o tipo de instituição universitária criada.

No dizer do professor e escritor gaúcho Manoelito de Ornellas, o Banco INCO e Itajaí formavam uma simbiose; aquele era a vida, o sangue e nervos desta³¹. Isto quer dizer que os interesses, as influências e o dinheiro do banco tinham poder em tudo o que se fazia ou no que se deixava de fazer na cidade. O Banco Indústria e Comércio de Santa Catarina S/A - INCO - foi fundado em Itajaí em 23 de fevereiro de 1935 pelos comerciantes e industriais Irineu Bornhausen e Otto Renaux (de Brusque). Um grupo de industriais, carentes de créditos, ligados ao comércio de madeira, à indústria têxtil, à armação de navios e à navegação, se juntou aos fundadores para dar origem ao “primeiro banco privado” de Santa Catarina. “Os bancos catarinenses foram instituições financeiras de caráter regionalista e o único banco que perde esta característica foi o Banco Indústria e Comércio de Santa Catarina, o INCO, que cruza as fronteiras do Estado.”³² Conforme o estudo do professor Sérgio Schmitt bem demonstrou, o INCO, “em termos de localização, era um banco itajaiense, pois a maioria dos acionistas e os majoritários residiam em Itajaí.” Ele não tinha um dono, mas um grupo econômico restrito, constituído, por exemplo, pelas famílias Renaux, Bornhausen, Lins, Ramos detinha as maiores parcelas do seu capital, o controle acionário e definia sua administração, constituída por “verdadeiras ‘dinastias’ ” familiares, tendo à frente o banqueiro Genésio Miranda Lins. Parece não haver dúvidas que foi Genésio Miranda Lins quem deu ao INCO uma característica que a todos surpreendia: o único banco brasileiro humanizado. “O INCO empresta, hipoteca, cobra juro como todos os bancos. Mas por trás daqueles balcões extensos, em meio daquela multidão que agita as máquinas de escrever, de calcular e registrar pulsa um grande coração humano... Possibilitou o surgimento e a vitória de todas as iniciativas beneméritas de que o povo usa e prestigia.”³³ O diretor-presidente da instituição bancária emprestou a ela a compreensão, segundo a qual o dinheiro do banco devia circular por toda a cidade, fazendo-os indissociáveis. Uma maneira inquestionável de exercitar poder, manso, mas real. “Por isso, quando conheci o grande cidadão catarinense que é Genésio Lins, pude sentir na sua personalidade... a alma da cidade... calma..., generosa e fecunda, ... que estende terra a dentro.”³⁴ O reconhecimento de tudo o que o INCO podia e fazia está muito bem expresso nesta confissão definitiva dos itajaienses que, em 1959, às vésperas da comemoração do primeiro centenário da emancipação do município, editaram o “Anuário de 1959”: “o progresso que vem conhecendo (a cidade) neste último quarto de século, teve no INCO um dos seus artífices e poderoso impulsionador”.

³¹ ORNELLAS, Manoelito de. Uma cidade e um banco. *Itajaí*, 22 fev 1958. p. 9.

³² SCHMITZ, Sérgio. *O Sonho acabou: o caso Inco*. Trabalho apresentado ao concurso de professor titular de história econômica da UFSC. Florianópolis, Ed. do Autor, 1993 (xerox) p. 83.

³³ ORNELLAS, Manoelito de. Op. cit. p. 9.

³⁴ _____. Op. cit. p. 9.

Como se disse, o Banco INCO cooperou com eficácia para que o ensino superior fosse fundado e funcionasse. A maneira como esta cooperação foi exercitada está descrita nesta passagem de uma nota oficial da entidade então mantenedora das faculdades, de 19 de fevereiro de 1968:

“A Sociedade Itajaiense de Ensino Superior tem sede própria, desde julho de 1965, graças... à generosa boa vontade do banqueiro Genésio Miranda Lins, hoje deputado federal, diretor-presidente do INCO, conceituadíssimo estabelecimento de crédito que já financiou outra faculdade de filosofia, a de Lorena-SP. Sua Excelência, que é Presidente de Honra da SIES... incluiu em sua plataforma de candidato, a defesa dos direitos e interesses das faculdades itajaienses, que s. Ex.^a foi o primeiro, espontânea e efusivamente a auxiliar, apoiar e prestigiar.”³⁵

A Igreja Católica, por sua vez, participa da vida social de Itajaí desde a fundação do então Curato do Santíssimo Sacramento. O ato eclesiástico de provisão do primeiro Cura do distrito, de 31 de março de 1824, o espanhol e franciscano Frei Pedro Antônio de Agote, é considerado o documento de fundação da cidade. Desde então, nunca mais deixou de conviver com a presença da Igreja em lugar decisivo de seu mundo social, quer dizer, plasmando a religiosidade do povo e a pondo a serviço da estabilidade social, numa sociedade comprovadamente dividida em classes com interesses e fins diversos. Associada aos outros segmentos do poder local, a Igreja produz o catolicismo oficial³⁶, que sacraliza atos públicos e privados dos membros da comunidade e de onde emana o seu poder moral. A relação entre a Igreja Católica e a sociedade itajaiense, como de resto em todas as outras sociedades locais brasileiras, colocou-a como permeadora de todos os processos sociais. “Tudo deve se organizar com base em princípios cristãos... a Igreja é fonte de todas as tradições políticas e jurídicas, de toda educação, de toda cultura, de toda técnica”³⁷. O padre, via púlpito e confessionário, a educação católica ministrada nos colégios confessionais dirigidos pelas congregações religiosas e as várias associações católicas leigas constituíram as três vertentes pelas quais a influência e o poder da Igreja se esparramaram pela cidade.

De tantos sacerdotes católicos que passaram pela paróquia de Itajaí, investidos das funções de pároco, destacaram-se pelas obras realizadas e influências exercidas os seguintes: Padre João Rodrigues de Almeida (vigário de 1877 e 1894), presidente da Câmara Municipal e deputado provincial; Padre João Batista Petters (vigário de 1896 a 1904), intelectual influente e fundador do jornal “Progresso”; Padre José Foxius (vigário de 1905 a 1917), ativo agente da romanização do catolicismo itajaiense e fundador do Colégio Paroquial; Padre José Locks

³⁵ Autos da Apelação Cível nº 7.167 da Comarca de Itajaí/SC, Apelante: SIES, Apelada: Prefeitura Municipal de Itajaí, 1969, Volume 1º, p. 113. Arquivo Histórico de Itajaí, Dossiê FEPEVI.

³⁶ BENEDETTI, Luiz Roberto. Os Santos nômades e o Deus estabelecido. São Paulo, Edições Paulinas, 1983. p. 71.

³⁷ ARAÚJO, José Carlos Souza. Igreja católica no Brasil: um estudo de mentalidade ideológica. São Paulo, Edições Paulinas, 1986. p. 51.

(vigário de 1938 a 1947), iniciador das obras de construção da nova Matriz, e Monsenhor Vendelino Hobold (vigário de 1947 a 1960 e de 1965 a 1970), responsável pela conclusão da Matriz, fundador do jornal “O Popular”, do programa radiofônico “O Pároco a seus paroquianos” e incansável impulsionador do movimento católico da cidade.

Monsenhor Vendelino Hobold foi com certeza o ministro da Igreja Católica que mais marcas de sua ação deixou na sociedade. Aliás, o majestoso e artístico edifício da Igreja Matriz do Santíssimo Sacramento tornou sua lembrança perene. Porque também exerceu o paróquia durante os anos de 1950 a 1960, em que a cidade implantou o ensino superior, e foi lido agente do poder da Igreja no município, por suas atitudes se conhecerá como este poder era exercido.

O então Padre Vendelino Hobold (cônego em 1954 e monsenhor em 1960) chegou à paróquia do Santíssimo Sacramento em 1944, com 27 anos, para ser coadjutor do vigário Padre José Locks, em plena 2ª Guerra Mundial, quando aquele sacerdote vinha sofrendo violentas campanhas que atingiam a sua dignidade pessoal e sacerdotal, sob a infundada acusação de ser simpatizante nazista³⁸. Naquela circunstância tensa, o jovem padre já deu mostras de uma das facetas do seu caráter: a coragem pessoal, beirando a audácia, Saiu diversas vezes em defesa do pároco injustamente acusado, mesmo correndo o risco de ser ele também acusado de “Quinta Coluna”. O que, naquela ocasião, poderia ter sido tomado como uma temeridade de jovem, verdadeiramente se tornaria a marca principal das suas ações, conforme se pode depreender de um trecho de manifesto de 1954, saído em sua defesa: “Queremos um homem, padre destemido, como nosso vigário, que não tem peias na língua, quando se trata de enfrentar a corrupção e a infâmia”³⁹. Mas junto com esta característica, estavam outras a compor o perfil de um homem do trabalho, inteligente, culto, administrador dinâmico; enfim, uma personalidade forte, um líder.

Quando assumiu a paróquia em fevereiro de 1947, Monsenhor Vendelino Hobold já era grande conhecedor da cidade, onde estava há quatro anos. Como seu antecessor, Padre José Locks, ele entendia que um povo sem religião não é dirigível; daí se podendo avaliar a compreensão que tinha do papel da Igreja junto ao povo religioso, em “uma cidade edificada sobre os alicerces da fé católica”⁴⁰. Tratou logo de pôr em prática um plano pastoral que mais consolidasse junto à população católica e, por extensão, na cidade, o mando da Igreja. O plano se constituiu de ações pastorais como a realização de missões populares, catequese escolar e paroquial (com a ajuda das Irmãzinhas da Imaculada Conceição e dos padres Salesianos), fundação de vários movimentos e associações leigas (JIC, JEC, JOC, Liga Católica Jesus

³⁸ MAYKOT, Sérgio (Pe), org. A Matriz de todos nós. Itajaí, Edição Paróquia do Santíssimo Sacramento, 1985.

³⁹ ITAJAÍ, 18 set 1959 p. 9.

⁴⁰ MAYKOT, Sérgio (Pe), org. A Matriz de todos nós. Itajaí, Edição Paróquia do Santíssimo Sacramento, 1985.

Maria José, Centro Cultural Leão XIII, Cruzada Eucarística) e, com pioneirismo e grande clarividência, a fundação de órgãos católicos de comunicação social, ou seja, o semanário “O Popular” (fundado em 1958), o programa radiofônico diário “O Pároco a seus paroquianos” (na Rádio Difusora) e a publicação de “Coluna Católica” em outros semanários locais.

Como agente pastoral, do vigário se pode dizer que era sacramentalista, isto é, firmemente convicto de que a participação dos fiéis nos sacramentos da Igreja era a essência da vida cristã, no que reforçava a intermediação indispensável do padre entre o terreno e o sobrenatural. Anticomunista ativíssimo e cioso defensor da autoridade paroquial, que via como ampla e abrangente de todos os setores da vida social da cidade. Por isso, suas interferências através do púlpito, do rádio e da imprensa escrita iam além da esfera do estritamente religioso, atingindo também as da política, da administração pública, dos costumes sociais, da educação e até do movimento sindical. Quando seus adversários reclamavam destas interferências, seus defensores retrucavam: “querem um padre que não oponha obstáculos aos malefícios, praticados na sombra, querem um padre, enfim, que deixe a pátria ruir e curvar-se”⁴¹. Ainda vale dizer que era conservador, voltado à manutenção do “status quo” das relações sociais e acreditando que a existência social é mantida através da fiel observância da lei, divina e civil.

Após um decênio de paroquiato, Monsenhor Vendelino Hobold já era avaliado por seus contemporâneos como “uma necessidade para Itajaí”:

“Sacerdote enérgico, combativo e de atitudes francas, o Cônego Vendelino Hobold é uma necessidade. ele tem intervindo com sua indiscutível autoridade moral, sempre que a sua palavra deve ser ouvida. ele tem sabido combater os abusos e os excessos que, não raro, se registram no comportamento social dos seus paroquianos. E por isso tem sido atacado”⁴².

Por fim, cabe constatar e registrar que era indiscutível mesmo sua ascendência sobre o povo, prova definitiva do quanto era estimado, mas também temido. A ponto de alguns políticos matreiros aventarem a possibilidade de o fazer candidato a prefeito do município; idéia pela qual o vigário não se deixou levar, embora vista pelos proponentes como “aquela de maior sabedoria, de maior mérito e de maior habilidade”⁴³.

Não admira, portanto, que, ao se cuidar da fundação de cursos superiores, o conselho, o apoio e a participação dos membros da Igreja Católica fossem desde logo buscados. Tanto que o vigário de então, Padre Bertolino Schlickmann, seu coadjutor, Padre Taheciyl Tavares, o diretor do Colégio Salesiano, Padre Pedro Baron e a diretora do Colégio São José, Irmã Zélia Motter se encontram entre os fundadores da Sociedade Itajaiense de Ensino Superior - SIES. Mesmo Monsenhor Vendelino Hobold, já à época transferido para a paróquia de Penha, foi incluído entre os fundadores do ensino superior.

⁴¹ ITAJAÍ, 18 set 1959 p. 9.

⁴² ITAJAÍ, 1 jun 1957 p. 8.

⁴³ ITAJAÍ, 25 jul 1959 p. 1.

Os ideais maçônicos de filantropia e de assistência e defesa mútua dos membros dessa sociedade secreta⁴⁴ foram oficialmente estabelecidos em Itajaí em 24 de junho de 1911, com a fundação da Loja Simbólica “Acácia Itajaiense”. Os maçons fundadores da loja eram comerciantes, industriais, marítimos, funcionários públicos e profissionais liberais, contando-se entre eles o juiz de direito da Comarca, Dr. Américo da Silveira Nunes; o industrial Alois Fleischmann, diretor da Usina de Açúcar Adelaide, o comerciante e ex-vereador José Felipe Geraldo, o agente do Telégrafo Alexandre Justino régis, o comandante de Marinha Mercante Adolfo Walter da Silva Schiefler⁴⁵. Por laços de família ou ligações profissionais, comerciais e políticas, os pedreiros livres logo estabeleceram uma eficiente rede de relacionamentos, que na prática abrangia todos os setores da vida da cidade, dando-lhes oportunidade de influírem poderosamente em inúmeras questões que diziam respeito à sociedade local. A Maçonaria, por trabalhar sem alardes e sob sigilo e receber veemente combate da Igreja Católica durante séculos, como em outros lugares, era vista com ressalvas por uns e com naturalidade por outros. Todos, no entanto, sempre eram unânimes em proclamar o poder de que dispunha. Em verdade, deixando-se de lado as inverídicas histórias que falavam de uma sociedade diabólica, os maçons construíram seu poder de influência a partir do compromisso de entreatjada, dos relacionamentos que cultivavam e da disposição de participar de todas as iniciativas que tivessem ressonância comunitária. Os maçons sempre foram recrutados entre os membros das classes mais elevadas da sociedade e atraídos pelo liberalismo político e conservadorismo social.

Não surpreende, pois, que entre os fundadores do ensino superior itajaiense se contassem vários maçons e que a Maçonaria desde logo buscasse apoiar e influir nessa iniciativa que se sabia de grande significado social. Mesmo porque os maçons de há muito defendiam a necessidade de mais e melhores esclarecimentos para a formação de lideranças na comunidade⁴⁶. É Rodolfo Bosco, maçom ativíssimo na cidade, quem afirma, em correspondência da época da criação dos cursos superiores: “Itajaí precisa das duas faculdades. Os maçons estão vivamente interessados na efetivação de tão elevado propósito.”⁴⁷

2.4 - A Educação dos itajaienses no começo dos anos 60

Os anos 60 se iniciaram em Santa Catarina com a decisão do governo estadual recém-empossado de adotar um inovador plano de educação, juntando recursos e esforços públicos e privados, que possibilitasse a absorção de cerca de duas centenas de milhares de novos alunos

⁴⁴ VAIL, Carlos H. Los misterios antiguos y la masoneria moderna. Barcelona, Maynadé, 1928. p. 179.

⁴⁵ SILVEIRA JR, Norberto Cândido. Itajaí. São Paulo, Escalibur, 1972. p. 41.

⁴⁶ BARBOSA, José Machado. Entrevista concedida a Edison d’Ávila. Itajaí, jan. 1994. Transcrição depositada no Arquivo Histórico de Itajaí.

⁴⁷ BOSCO, Rodolfo. Carta a Pedro Bosco Neto, 04/2/1965. Autos de Apelação Cível nº 7.167 da Comarca de Itajaí/SC, Vol. 2. p. 106.

nas escolas pré-primárias, primárias e médias⁴⁸. Essa decisão resultara de uma das recomendações do Seminário Sócio-Econômico de Santa Catarina, realizado pela Federação das Indústrias de Santa Catarina, nos anos de 1959 e 1960, as quais serviram de base para o plano de governo de Celso Ramos, empossado Governador do Estado em 31 de janeiro de 1961. O novo governo passou a agir planificadamente no tratamento dos assuntos educacionais e, para tanto, criou o Conselho Estadual de Educação em 1962 e lançou o 1º Plano de Desenvolvimento do Ensino em Santa Catarina. A bem da verdade, as metas educacionais então previstas não foram integralmente implementadas e “nem sempre ocorreu o êxito previsto” quanto àquelas efetivamente postas em prática⁴⁹.

O diagnóstico que os novos órgãos de planejamento e educação levantaram à época sobre a realidade da educação catarinense, nos níveis primário, secundário e superior, como então eram denominados os três patamares do ensino, retratou uma situação de dificuldades nos municípios de Santa Catarina, inclusive em Itajaí. As constatações a que se chegou não foram nada animadoras para um estado que, em outros tempos, ostentara privilegiada posição nacional em termos de escolarização. A escola primária estava organizada em três tipos básicos de estabelecimentos de ensino: Grupos Escolares, Escolas Reunidas e Escolas Isoladas. Os Grupos Escolares se situavam invariavelmente nos centros urbanos; as Escolas Reunidas, nas periferias das cidades; e as Escolas Isoladas, na zona rural. A escola primária era tradicional, camuflava a alta seletividade, apresentava a taxa de reprovação de 40% dos alunos matriculados e atuava sem vinculação com o processo econômico desenvolvido no estado⁵⁰. Os melhores índices de aprovação obtidos pelas escolas primárias da rede privada as diferenciavam marcadamente das da rede pública. No entanto, havia que se levar em conta que os estabelecimentos privados trabalhavam com um alunado de melhores condições econômicas. O ensino médio, compreendendo o ginásial e o secundário, estava majoritariamente em mãos da iniciativa particular confessional, participando a rede pública com poucos estabelecimentos. Entre estes, o grande número era de escolas normais, formadoras do professor primário.

Outra constatação da realidade educacional deste começo de década era o pouco entrosamento entre as instituições que ofertavam o ensino - o Estado, os Municípios e a iniciativa privada - as quais tinham grandes dificuldades de estabelecer áreas e planos conjuntos de ação. Este desentrosamento chegou ao paradoxo de Municípios, que fugiam das responsabilidades quanto ao ensino primário e secundário, aventurarem-se a patrocinar o ensino superior⁵¹.

⁴⁸ SANTOS, Sílvio Coelho dos. Um esquema para a educação em Santa Catarina. Florianópolis, EDEME, 1970. p. 35.

⁴⁹ _____. *Op. cit.* p. 38.

⁵⁰ SANTOS, Sílvio Coelho dos. *Op. cit.* p. 41.

⁵¹ _____. *Op. cit.* p. 44.

Em Itajaí, no começo dos anos 60, a rede pública escolar era constituída de quatro Grupos Escolares estaduais (G.E. Victor Meirelles, no centro da cidade; G.E. Gaspar da Costa Moraes, no bairro Fazenda; G.E. Floriano Peixoto, no bairro da Vila Operária e G.E. Henrique Midon, no bairro da Barra do Rio), dez Escolas Isoladas estaduais e trinta e nove escolas isoladas municipais; além do Curso Normal Regional Álvaro de Carvalho, anexo ao G.E. Victor Meirelles, destinado à formação de regentes do ensino primário. A iniciativa privada mantinha a Escola Normal São José (administrada pelas Irmãs da Imaculada Conceição e compreendendo jardim de infância, grupo escolar, ginásio e curso normal), o Ginásio Salesiano (dirigido pelos padres salesianos de Dom Bosco), a Escola Técnica de Comércio e três escolas primárias. A Campanha Nacional de Educandários Gratuitos (denominação agora mudada para Campanha Nacional de Escolas da Comunidade - CNEC), em 1962 criou na cidade o Ginásio Pedro Antônio Fayal; nesse mesmo ano, o Governo de Santa Catarina criou o Ginásio Industrial Presidente Nereu de Oliveira Ramos. Ainda, na área do ensino informal profissionalizante, para atendimento da clientela feminina, funcionavam a Escola Profissional Madre Paulina e a Escola Profissional Sinhá Konder; esta, criada pelo governo estadual em 1960 e extinta em 1961; aquela, funcionava anexa à Escola Normal S. José⁵². A Escola Brasil, fundada em 1940, mantinha curso prático de comércio e datilografia.

A avaliação do quadro educacional itajaiense nessa época, nos seus aspectos quantitativos e qualitativos, revelava um descompasso entre o desenvolvimento observado nas demais áreas da cidade e a da educação, máxime da educação popular.

“A instrução não progrediu em Itajaí no mesmo ritmo acelerado do avanço em outros setores das atividades locais. Existem muitas crianças sem escola aí afora. Outras só a muito custo conseguiram ingressar, não raro, em estabelecimentos distantes das suas residências. Um sacrifício que poderia e deveria ser evitado se as classes fossem suficientes.”⁵³

A cidade crescera rapidamente e novos bairros surgiram populosos, como os bairros São João e Cordeiros, onde a educação pública se apresentava deficiente em quantidade de vagas e qualidade de ensino, pois ministrada por escolas isoladas estaduais e municipais, “sem conforto, sem higiene, orientadas por um professorado que necessita tanto quanto os alunos de sólida aprendizagem...”⁵⁴

Assim mesmo, para certos setores da educação particular, desatentos dos reclamos da população por mais e melhor educação pública, a realidade se lhes parecia outra. O diretor da Escola Técnica de Comércio, entrevistado no começo do ano de 1958, ao ser perguntado se a seu ver Itajaí estava bem servida de escolas, respondeu: “posso afirmar com toda sinceridade, sem perigo de bairrismo, por ser paulistano: esta bela cidade está abundantemente servida de

⁵² REVISTA DO SUL, Blumenau, fev/1963. p 20-25.

⁵³ O POPULAR, Itajaí, 05 maio 1961 p. 1.

⁵⁴ O POPULAR, Itajaí, 25 nov 1960. p. 1.

escolas, tanto de ensino primário, como secundário”⁵⁵. A afirmação peremptória do diretor e dono de escola desconhecia até a carência da cidade de mais educação secundária, mesmo que privada. Mais educação secundária e, principalmente, o curso científico era um grande anseio também da classe estudantil, conforme se pode verificar neste depoimento do estudante Eugênio Ledoux Pereira, membro da diretoria da UESI - União dos Estudantes Secundários de Itajaí em 1960:

“Só Itajaí é que contava com apenas um Curso Técnico em Contabilidade, único recurso para os que desejam continuar os estudos pós-ginasiais... No IV Congresso Estadual dos Estudantes de Grau Médio de Santa Catarina é que fui ver quão atrás nos achávamos perante as demais cidades catarinenses, no que diz respeito a estabelecimentos para o ensino secundário, principalmente para o segundo grau”⁵⁶.

A nova classe média da cidade, por seus porta-vozes, que eram aqueles que escreviam nos jornais ou se pronunciavam pelas rádios, clamava por mais educação e aquela ofertada acabava sempre sendo a da escola particular. Embora criticassem os governos pela falta de educação pública, seu anseio, sua aprovação e seu trabalho era pela educação privada. Quando, nos anos 60, andou acesa em todo o Brasil o conflito escola pública - escola particular, por conta das discussões provocadas pela tramitação na Câmara Federal da Lei das Diretrizes e Bases da Educação Nacional, os líderes da nova classe média saíram em defesa da iniciativa privada na educação.

“Será que o povo reconhece integralmente os benefícios que tem recebido e ainda recebe das escolas particulares? O povo, em geral, sim, mas, infelizmente, não se dá o mesmo com o governo e com aqueles que procuram conservar o analfabetismo - para poder melhor dominar e explorar o próximo.

O ensino deveria ser gratuito, não há dúvida, pois para isso pagamos pesados impostos, mas uma vez que o governo não quer ou não está em condições de cumprir imperativo dever, deveria olhar pelo menos com mais carinho e gratidão para as escolas particulares. E isto não acontece.”⁵⁷

Não ocorria a esses articulistas questionar porque os governos não queriam ou não estavam em condições de cumprir o imperativo dever constitucional de ofertar educação para o povo. Somente Juventino Linhares, articulista de “O Popular”, por essa época, cobrou a ação governamental em favor da educação popular. Assim descrevia ele:

“Itajaí necessita, para solução imediata do seu problema escolar, de mais três grupos escolares no perímetro urbano... O Governador Celso Ramos, para que nenhuma criança ficasse, na Capital, sem os benefícios da instrução, mandou instalar, às

⁵⁵ ITAJAÍ, 01 fev 1958. p.5.

⁵⁶ _____, 02 abr 1960 p. 4.

⁵⁷ O POPULAR, Itajaí, 19 maio 1961 p. 6.

pressas, escolas de emergência nas salas vagas que pôde encontrar... E nas escolas (de Itajaí) não se falou mais... E elas estão reclamando urgência para que, no ano vindouro, não permaneça a indesejável premência dos dias atuais”⁵⁸

Não houve em toda imprensa itajaiense desse período - constituída por um jornal diário, três semanários e duas emissoras de rádio - qualquer registro de campanhas na cidade em favor da educação pública e gratuita em todos os níveis de ensino. Houve, sim, campanhas em favor da instalação do curso científico no Ginásio Salesiano e pela criação do ensino ginásial gratuito, através da CNEG. Até lideranças comprometidas com a classe operária, como presidentes de sindicatos de trabalhadores, e homens politicamente ligados à esquerda, como Carlos Fernando Priess e Valdevino Vieira Cordeiro, lançaram mão da educação comunitária, oportunizada pela Campanha Nacional de Educandários Gratuitos, para fundar o Ginásio Pedro Antônio Fayal, “empreendimento tão sonhado pelos dirigentes sindicais, ou seja, um ginásio gratuito para os trabalhadores e seus filhos”; e confessavam desencantados: “estamos fazendo, exatamente porque os políticos jamais se interessaram pelo problema.”⁵⁹

Enfim, o curso científico acabou criado no Colégio Salesiano, em 1965, no mesmo ano em que eram instaladas as Faculdades de Filosofia e Direito. Também, na segunda metade da década de 1960, o governo estadual ampliou a rede de ensino primário e criou na cidade os ginásios normais, anexos a grupos escolares existentes que, destinados à formação do professor rural, acabaram se prestando para atender à demanda de ensino médio pela população escolar⁶⁰.

2.5 - O movimento cultural da cidade nos anos 50 e 60: promotores e promoções

Em que pese a variedade de etnias imigrantes que constituíram a população itajaiense, conforme já foi visto no início deste capítulo, a marca cultural prevalecente da cidade ficou sendo a luso-açoriana. Nas festas e tradições populares, no artesanato, na culinária, no linguajar do povo, o que mais se observa são os bois-de-mamão, os ternos-de-reis, a farra do boi, o pão-por-deus, o fandango, as baleiras, as tarrafas, as redes de arrasto, a farinha de mandioca, o caldo de peixe e o linguajar rápido e chiado, típico dos descendentes luso-açorianos. Senão, veja-se como Manoelito de Ornellas, professor de arte e cultura da Universidade Federal do Rio Grande do Sul, descreveu a cidade sob o ponto de vista cultural:

“Itajaí é antes de tudo uma cidade do mundo. No seu porto fluvial - que é um porto de mar, porque o rio ali se aprofunda cumprindo uma destinação - descansam as bandeiras de todas as nações. E a pequena mas dinâmica cidade catarinense fala, então, todas as línguas marítimas, oferece-nos o cromatismo de todos os portos internacionais, bebe uísque puro da Escócia, fuma

⁵⁸ _____, Itajaí, 05 maio 1961. p. 1.

⁵⁹ JORNAL DO POVO, Itajaí, 09 jul 1961 p. 6.

⁶⁰ SANTOS, Sílvia Coelho dos. Op. cit. p. 38.

charutos legítimos de Havana, sorve a melhor cerveja da Alemanha ou da Dinamarca e veste a seda mais cara do Japão”.

Porém, constata o autor, o cosmopolitismo aparente da cidade não apagou sua fisionomia e seu sentimento brasileiro:

“Itajaí conserva, porém, uma qualidade fisionômica e sentimental: é cosmopolita, por seu destino marinho, mas intrinsecamente brasileira nos hábitos, nos costumes, no recato e nas tradições. Viaja pelas rotas do mar e retorna pelos caminhos da terra.”

Nem a forte presença alemã no Vale, nem a proximidade com a germânica Blumenau, observa Ornellas, impediram a construção de uma marca e de uma postura marcadamente portuguesa:

“A pouca distância, por uma estrada empedrada, está Blumenau, onde se respira uma atmosfera da Germânia antiga, onde o jeito do povo, a língua falada nas ruas, os restaurantes, as confeitarias, tudo é alemão. Itajaí, vencendo as influências alienígenas, que lhe chegam nos barcos aventureiros, conserva o cunho e o porte das cidades tradicionalmente lusitanas do Brasil: os barbeiros, os comerciantes, os vendedores, os industriais; os bancários e banqueiros, todos têm o tipo nacional e a língua é o puro vernáculo onde os ss e os rr catarinenses emprestam à fala popular aquela bizarria que é muito mais simpática que a dos cariocas.”

Por fim, o perspicaz professor confirma o que outros estudiosos⁶¹ já haviam detectado também. A cidade luso-açoriana como que desenvolveu uma potencialidade assimiladora e diluidora de culturas estrangeiras:

“Não será estranho, porém, que se encontre num tipo marcadamente brasileiro, um nome italiano ou alemão. Dir-se-á que Itajaí dispõe de um estranho poder assimilador.”⁶²

O movimento cultural itajaiense teve suas bases lançadas já no final do século XIX, com a fundação das Sociedade Guarany e Sociedade Estrela d’Oriente, ambas associações recreativas e dramático-musicais; com a criação do Grêmio 3 de Maio, em 1900, o qual instalou sessões literárias, e com a abertura da Livraria Currin, em 1905, que comercializava novidades literárias, romances populares e livros infantis, nas línguas portuguesa, alemã e francesa e agenciava jornais e revistas⁶³.

No entanto, nos anos 30, as atividades culturais haviam refluído na cidade, num ritmo de altos e baixos que se tornaria comum. Os eventos políticos e as crises econômicas da década com certeza tiveram muito a ver com tal refluxo. Além do que, dispondo tão somente de educação primária praticamente até meados de 1940, Itajaí não oferecia condições de reter na

⁶¹ SEVERINO, José Roberto. *Itajaí: a maquiagem do possível*. Itajaí, UNIVALI, monografia, 1993.

⁶² ORNELLAS, Manoelito de. *Op. cit.* p. 9.

⁶³ Anuário de Itajaí. 1924, p. 40.

cidade aqueles que almejassem melhor aprimoramento intelectual. Muitos itajaienses de então, tendo que ir estudar fora, lá acabavam por ficar, manifestando longe da terra natal seus valores literários e artísticos. Pois, entre os itajaienses que se destacaram no campo cultural fora da cidade, contam-se Lauro Severiano Müller, “o primeiro catarinense a conquistar os lauréis da imortalidade, como membro da Academia Brasileira de Letras”⁶⁴; Victor e Adolfo Konder, brilhantes oradores; Henrique da Silva Fontes, emérito historiador e proficiente educador; Cônego Tomás Fontes, filólogo, mestre admirável do idioma nacional e diretor da “Revista de Cultura”; Reis Neto, “admirável marinheiro da prosa e do verso”⁶⁵; Marcos Konder Reis, festejado poeta da geração de 45; Dide Brandão, pintor e escultor reconhecido nacionalmente; Alexandre Konder, talentoso jornalista e escritor; Arnaldo Brandão, poeta, cronista, contista, romancista e teatrólogo; e Lausimar Laus, autora de contos, crônicas de viagens, romances, ensaios e livros infantis.

Novo incremento das atividades culturais experimentou Itajaí, ao longo dos anos de 1940, com a fundação de novas associações de literatura, de arte e de ciência. Assim, em 1941, foi fundado o Centro Cultural de Itajaí e, no ano seguinte, a Sociedade Musical Garany, que passou a difundir a arte musical, com aulas de música e a manutenção de uma banda. A cidade crescia economicamente, graças ao comércio exportador de madeiras, o Banco INCO passava a apoiar as iniciativas comunitárias também no campo da cultura e lideranças jovens, como Laércio Cunha e Silva, Nereu Corrêa, Silveira Júnior, juntavam-se a intelectuais da velha guarda, dentre eles Marcos Konder, Juventino Linhares, Jayme Fernandes Vieira e Abdon Fôes, para reanimar a ação cultural. A década de 1940 foi particularmente fértil em iniciativas culturais e merecem ainda ser registradas a instalação da Rádio Difusora Itajaí, com a qual a cidade entrou na era da radiofonia e de notável ação cultural nas décadas seguintes de 1950 e 1960; o surgimento do Grupo Teatro do Amador, em 1948, resgatando o tempo colorido e movimentado dos espetáculos teatrais das Sociedades Guarany e Estrela d’Oriente nas primeiras décadas do atual século⁶⁶; e a transferência, pelo Padre Raulino Reitz, do Herbário Barbosa Rodrigues, que fundara no Rio Grande do Sul, para estudo da flora do sul do Brasil.

Mas foi o Centro Cultural quem mais se sobressaiu no rol das entidades de cultura que despontaram naqueles anos. Fundado em 5 de dezembro de 1941 por iniciativa do jornalista pernambucano Ângelo Cibella, diretor da revista “Vida Econômica”, de Recife, e divulgador da filosofia de Krishnamurti, o Centro Cultural logo arregimentou os intelectuais da terra, organizando uma rica e muito freqüentada biblioteca, palestras cívicas e culturais bastante concorridas; patrocinando recitais de música e canto com nomes famosos como Alice Ribeiro, Olga Prager Coelho e Arnaldo Rebelo, e editando livros de Marcos Konder, Ildelfonso

⁶⁴ JUVENAL, Ildelfonso. Os Valores culturais do Itajaí de ontem e de hoje. Itajaí, Edição do Centro Cultural de Itajaí, 1946. p. 9.

⁶⁵ _____, Op. cit. p. 7.

⁶⁶ BRANDÃO, Arnaldo. O Teatro em Itajaí. Jornal do Povo. Itajaí, 03 jun 1962. p. 1.

Juvenal e Araújo Galvão. O Centro Cultural, cujos primeiros presidentes foram Laércio Cunha e Silva e Nereu Corrêa, teve na presidência de honra o intelectual itajaiense mais destacado, Marcos Konder, e o patrocínio financeiro do Banco INCO e da Prefeitura Municipal. Sua atuação se estendeu até meados dos anos 60, quando seu patrimônio e sua biblioteca foram incorporados às nascentes faculdades.

Mesmo com todo este influxo de iniciativas artísticas e literárias, a cidade já se ressentia, no final dos anos 50 e começo dos 60, do arrefecimento de algumas e do desaparecimento de outras. Por isso, em fins de 1959, Juventino Linhares reclamava o restabelecimento das atividades do Centro Cultural e a sua afirmação em bases sólidas, isto é, a construção de sede própria, biblioteca e museu, acrescentando em tom de severa crítica:

“Não se concebe mesmo como possa Itajaí, a quarta cidade em população do Estado, apresentar-se perante os que a visitam, sem a sua biblioteca pública, sem o obrigatório local de reunião dos seus intelectuais.”⁶⁷

Por essa mesma época, o articulista do jornal “Itajaí”, fazia idêntica avaliação do lamentável descompasso observado entre o desenvolvimento cultural e o progresso econômico:

“O desenvolvimento de uma cidade só terá fundamento se o grau de cultura de sua população acompanhar o progresso comercial, industrial, financeiro e social desta mesma cidade... Itajaí está se desenvolvendo numa progressão geométrica de cálculo difícil... Cada dia os capitães do nosso comércio e indústria aparecem com novas e arrojadas iniciativas, visando progresso econômico... Contudo ao que parece, o problema intelectual, e desenvolvimento cultural parece não estar acompanhando o surto comercial...”⁶⁸

Era a constatação de que a cidade se atrasara culturalmente, por conta do atraso do seu desenvolvimento educacional, pela omissão de iniciativas públicas e pelo pouco empenho da classe empresarial. Tanto que o mesmo articulista assim terminou incisivo o seu comentário crítico, dirigindo-se aos “jovens entusiastas da cidade”: “trabalhem, insistam com os elementos representativos do nosso mundo financeiro. Falem com os políticos. Peçam.”

Assim, o movimento cultural nos anos 50 e 60 mostrava-se carente de ações do poder público, que se destinassem a amparar realizações duradouras e de instituições mais atuantes, pois o Centro Cultural definhava e a Sociedade Musical Guarany mal conseguia manter a sua banda de música. Não dispunha o município de biblioteca pública, teatro ou museu. A Papelaria Rangel, a duras penas, cumpria a função de livraria, mantendo parco comércio

⁶⁷ O POPULAR. Itajaí, 06 nov 1959 p. 1.

⁶⁸ ITAJAÍ, 15 ago 1959.

livreiro. Quando, em 1965, Higino Oltramari abriu a Livraria Universitária, a iniciativa lhe pareceu uma teimosia⁶⁹.

Tudo o que se fazia em termos de cultura na cidade, naquele período, era muito pouco e intermitente, quase só com o patrocínio de intelectuais da terra ou pela iniciativa de itajaienses residentes fora. Enquanto Marcos Konder, Jayme Fernandes Vieira, Juventino Linhares, Rodolfo Bosco, Silveira Júnior, Lucy Ferreira, Ester Laus Bayer agiam culturalmente, escrevendo em jornais, mantendo colunas e programas literários, ou promovendo conferências e espetáculos de teatro, Antônio Augusto Nóbrega Fontes, Dide e Arnaldo Brandão oportunizavam, de quando em vez, exposições de arte, espetáculos de folclore e novidades literárias, trazidos de outros lugares.

Não resta dúvida que os intelectuais de maior proeminência e atuação no meio cultural itajaiense da época foram Marcos Konder (1882 - 1962) e Norberto Cândido da Silveira Júnior (1917 - 1992). Marcos Konder, o mais douto dos Konder, desde que proferiu a histórica conferência sobre as origens de Itajaí em 1920, depois editada com o título de “A Pequena Pátria”, aliás, o carinhoso epíteto adotado pela cidade, transformou-se na alma da intelectualidade, escrevendo proficuamente, editando seus livros, proferindo conferências e patroneando variadas iniciativas de cultura. Silveira Júnior, por sua vez, foi o mais atuante e versátil intelectual dos anos 50 e 60. Escrevia nos jornais, apresentava programas de rádio, promovia cursos e conferências e participava com prazer de tudo o que dissesse respeito à cultura. Toda a sua proveitosa atuação no campo cultural está explicada nestas suas palavras: “Não posso admitir a vida sem música, sem literatura, sem poesia, sem artes plásticas.”⁷⁰ Natural de Guaramirim, chegou a Itajaí em 1939, vindo de Florianópolis, onde fora balconista, jornalista e funcionário público. Um autêntico e perfeito “self made man”, no dizer de Nereu Corrêa, “fez parte da equipe de jovens talentosos que Genésio Lins constituiu no Banco INCO”⁷¹, de que foi secretário-geral. No INCO, foi o intermediador do patrocínio do banco a instituições, promoções e idéias tendentes a desenvolver cultural e educacionalmente a cidade, inclusive, a de se fundar os cursos superiores, que adotou entusiasmado.

A Silveira Júnior coube também a primazia de utilizar veículos de comunicação de massa para a difusão cultural. Seus programas literários ou de cultura geral, na Rádio Difusora, movimentavam a cidade, conforme o testemunho que lhe prestou o professor José Medeiros Vieira:

“Entre os bons serviços que, no setor cultural, você tem prestado a Itajaí, poderia você envaidecer-se especialmente deste - o programa ‘Seis Pontos Valem um Conto’ ... Aos amigos da Literatura e da Cultura em geral, deu você precioso estímulo ... Sem temer incidir em exagero, ousou afirmar que você despertou

⁶⁹ JORNAL PÁGINA 3. Balneário Camboriú, 11 dez 1993 p. 9.

⁷⁰ ITAJAÍ, 08 fev 1958.

⁷¹ REVISTA DA ACADEMIA CATARINENSE DE LETRAS, 1990/91 (10) p. 191.

uma mentalidade nova na comunidade itajaiense - interesse pela Cultura e pela Literatura em particular... A mentalidade da sociedade local era uma antes de 'Seis Pontos Valem um Conto'. E é outra ao depois do seu lançamento. (Baste que se compare o desinteresse de alguns e a timidez de quase todos inicialmente com o contagiante entusiasmo geral depois de vitorioso o "Seis Pontos Valem um Conto")⁷²

Ainda há que se referenciar o advento, nos anos 60, do mais influente veículo de comunicação de massa: a televisão. A cidade, que já dispunha de jornais, três cinemas e duas estações de rádio (Rádio Difusora e a Rádio Clube, fundada em 1958) e que vivera, nos últimos anos de 50, uma revolução no rádio, fazendo brilhar artistas de valor no broadcasting itajaiense⁷³, em 1961 captou pela primeira vez as imagens e o som da TV Tupi, do Rio de Janeiro, graças aos esforços do professor e técnico em eletrônica Nereu Roberto de Souza Schiefler. A definitiva instalação da TV, no entanto, somente veio a acontecer com a operação da estação retransmissora do morro do Gravatá, em 1965. Ingressava, pois, a cidade no grupo de comunidades fascinadas pela tela luminosa da televisão e sujeitas às inevitáveis transformações sociais, econômicas e culturais que ela ocasiona.

⁷² O POPULAR, Itajaí, 04 dez 1959.

⁷³ ITAJAÍ, 03 out 1959.

CAPÍTULO III

FUNDAÇÃO DO ENSINO SUPERIOR EM ITAJAÍ: PÚBLICO E PRIVADO - CUMPLICIDADES E DESAVENÇAS

3 - FUNDAÇÃO DO ENSINO SUPERIOR EM ITAJAÍ: PÚBLICO E PRIVADO - CUMPLICIDADES E DESAVENÇAS

3.1 - “Itajaí precisa de uma faculdade” - primórdios do movimento pró-ensino superior

O Brasil dos anos 60 viveu com intensidade a idéia de que o progresso e o bem-estar social deveriam chegar também ao interior do país, aos milhões de brasileiros que aí viviam e trabalhavam. Cronistas da época eram praticamente unânimes em reafirmar a necessidade de interiorizar com rapidez os benefícios do progresso e resgatar séculos de marginalização do interior por parte dos centros maiores, das capitais. Por todo país, abundavam análises como esta:

“A centralização administrativa do Brasil desgastou demasiadamente as populações interiores, levando para o centro das operações políticas o maior punhado... Onde existe o maior espírito de brasilidade, não há dúvida, é nas sociedades do interior, porque a terra lhes dá o que há de mais sentido... o verdadeiro calor da vida nacional... Está na época da interiorização das coisas no Brasil. A mudança da capital do Brasil para o interior vai proporcionar às populações do ‘hinterland’ um revigoramento.”¹

Não resta dúvida de que a construção de Brasília e a conseqüente transferência da capital brasileira para o oeste foi o gesto simbólico de início da nova era, que se pretendia de esperança e otimismo para os brasileiros do interior. Toda a propaganda oficial e os meios de comunicação trabalhavam incessantemente essa idéia, convencendo largas parcelas da população. Intelectuais e homens públicos se articularam para fazer crer que a interiorização era a redenção do Brasil. O poeta Cassiano Ricardo cantava, na “Toada para se ir a Brasília”, “a esperança mora a oeste”², enquanto o escritor Raimundo de Magalhães Júnior confirmava, em artigo da revista *Manchete*, “seria esse realmente o caminho que levaria a civilização ao interior abandonado, distribuindo melhor o nosso progresso”³. Por fim, o Presidente Juscelino Kubitschek discursava enfático: “se a necessidade de interiorização existe, então mãos à obra”⁴. Esta pregação ganhou audiência Brasil afora e fez acordar inúmeras cidades brasileiras que não tinham a ventura de serem consideradas grandes centros urbanos, nem eram capitais.

¹ BIDIGARAY, Walson Simões. *Itajaí menina. Itajaí 100 anos*. Itajaí, 1960. p. 33.

² MANCHETE. Rio de Janeiro, 21 abr 1960. ed. hist., p. 48.

³ MAGALHÃES JR., Raimundo. O maior milagre do Brasil. *Manchete*. Rio de Janeiro, 21 abr 1960. ed. hist., p. 76.

⁴ MANCHETE. Rio de Janeiro, 21 abr 1960, ed. hist. p. 43.

Quando se fala dessas cidades brasileiras, na verdade se está falando da nova classe média aí formada e que se acordou para a busca de ascensão social, via de regra pensando em melhores oportunidades educacionais. Mesmo porque era crença muito difundida e geralmente aceita naqueles anos da década de 1960, que a educação, em particular o ensino superior, constituía-se

“... em um mecanismo de ascensão social, contribuindo pois para a mobilidade social, e para a redução das desigualdades sociais. Assim é que, através da democratização de oportunidades sociais ou permitindo-se o acesso da totalidade dos membros de uma sociedade em instituições de nível superior, se tornariam mais reduzidas as desigualdades sociais.”⁵

Em Santa Catarina, como a Capital não conseguia polarizar os interesses das cidades do interior quanto às aspirações destas por ensino superior regionalizado, criaram-se as condições propícias para que as cidades-pólo das diversas microrregiões, muitas delas economicamente mais pujantes do que Florianópolis, buscassem soluções locais e autônomas para criar suas faculdades. Itajaí, cidade sede da microrregião da foz do rio Itajaí-açu, também se viu envolvida na mesma discussão, já nos últimos anos de 1950. Professores, líderes políticos e empresariais, mas em especial lideranças estudantis da UESI - União dos Estudantes Secundários de Itajaí, passaram a difundir a idéia de que se deveria criar uma faculdade, como forma de elevar o nível cultural e social da cidade. Em agosto de 1959, artigo do “Jornal do Povo”, informando a fundação do “Clube Juventude Unida”, dá a primeira notícia sobre o movimento pela criação do ensino superior na cidade e de quem o encabeçava: “futuramente teremos em nossa cidade uma Faculdade de Ciências Econômicas, conforme iniciativa da União dos Estudantes Secundários de Itajaí”⁶. E como o clube de jovens se propunha entre outras coisas a criar para os estudantes e público em geral uma biblioteca pública, o artigo indagava questionador: “amigos leitores, vocês não acham que uma biblioteca pertence ao complemento de uma faculdade?”

A União dos Estudantes Secundários de Itajaí-UESI fora fundada em 14 de abril de 1957 por estudantes do curso de contabilidade da Escola Técnica de Comércio com o objetivo de congregar os estudantes dos cursos secundários⁷. Mas este ideal primeiro de simples conagração da classe estudantil, logo foi acrescido de outros de caráter reivindicatório - políticos e sociais. Assim, no relatório das atividades da gestão 1962/1963, constata-se a UESI envolvida com problemas estudantis como as taxas escolares, a meia entrada para estudantes nos cinemas da cidade, bolsas de estudo para alunos carentes e cantina estudantil, bem como com aqueles que diziam respeito ao palpitante momento político nacional, ou seja, a preservação do regime democrático, a luta contra a carestia, a solidariedade a trabalhadores

⁵ RICKEN, Ignácio. Planejamento do ensino superior: sua aplicação ao sistema da IES fundacionais de Santa Catarina. Dissertação (M), UFSC, Florianópolis, 1981. p. 41.

⁶ JORNAL DO POVO. Itajaí, 9 ago 1959. p.5.

⁷ ENTREVISTA de Gilson Omar Amaral ao autor. Itajaí, Arquivo Histórico, 18 jul 1993.

em greve por melhores salários e repúdio ao aumento de subsídios dos deputados. Igual preocupação tinha a entidade com as questões culturais e educacionais, promovendo ou participando de festival de arte e cultura, seminário de alfabetização de adultos, campanha pela criação da biblioteca do estudante⁸.

À semelhança da classe estudantil brasileira da época, os estudantes secundaristas de Itajaí provinham em maior número das camadas médias da população urbana, entendidas conforme explicação de Maria Stela Santos Graciani⁹, como aquelas parcelas da população que não detêm capital e que realizam serviços não manuais em grande parte, ou por conta própria ou vendendo seu trabalho para terceiros. Foi deste setor da população, arregimentado e sob o patrocínio da UESI que se organizou o movimento estudantil da cidade, o qual desencadeou pressões - como se fazia em nível nacional e estadual - pela ampliação do sistema universitário brasileiro. O movimento estudantil catarinense, desde o III Congresso da UCE - União Catarinense de Estudantes, em maio de 1956, vinha discutindo a democratização da universidade e a interiorização do ensino superior no Estado; discussão que teve continuidade no V Congresso em maio de 1961 e no I Congresso Extraordinário, em setembro de 1962¹⁰. A associação local de estudantes, já nos seus primeiros anos de atividade, consolidou uma consciência política e social, participando dessas discussões e criando expectativas de democratização dos cursos universitários e de acesso para todas as camadas sociais ao ensino superior. Desse modo, a UESI, nos anos de 1959 e 1960, trouxe à discussão pública a proposta da criação de uma faculdade, fazendo-a acontecer com mais intensidade entre estudantes e professores da Escola Técnica de Comércio de Itajaí. O diretor da escola, Moacyr Társia Mourisco, deu este testemunho daquele primeiro arranque pela criação do ensino superior:

“A fundação desta faculdade estava sendo programada por mim. Inclusive eu já tinha tido conversações com a Prefeitura Municipal sobre a doação de dois lotes de terra, atrás da Igreja Matriz do Santíssimo Sacramento e de propriedade da Prefeitura; onde seria a construção da sede da faculdade e posta em funcionamento. Quanto a esta iniciativa, houve prós e contras. Venceram os contrários e a iniciativa morreu por ali.”¹¹

O diretor da escola não identificou quem eram os contrários, nem de que argumentos se valeram para fazer morrer no nascedouro a iniciativa. Eles se contavam em bom número entre professores, políticos e empresários, que consideravam fracas as possibilidades de criação de uma faculdade, com a argumentação de que a cidade precisava antes aumentar a oferta de empregos para atrair estudantes. Ou que os cursos secundários existentes - técnico em

⁸ UNIÃO DOS ESTUDANTES SECUNDÁRIOS DE ITAJAÍ/UESI. Relatório das atividades gestão 1962/63. Itajaí, 1963, p. 8.

⁹ GRACIANI, Maria Stela Santos. Op. cit. p. 55.

¹⁰ RIEDER, Margareth e SANTOS, Patricia. O movimento estudantil catarinense e os anos pré-golpe de 64. In: _____, Santa Catarina em perspectiva: os anos do golpe. Petrópolis, Vozes, 1989. p. 98-9.

¹¹ ENTREVISTA de Moacyr Társia Mourisco ao autor. Itajaí, Arquivo Histórico, 24 jul 1993.

contabilidade e normal - não estimulavam por si só o interesse por um curso superior. Deste pensamento, posto que se confessando partidário da criação de uma faculdade, fazia parte o professor Waldemiro Kreuzsch, do corpo docente da Escola Técnica de Comércio:

“Cogitou-se há bem pouco tempo, na fundação, em Itajaí, de uma Faculdade de Ciências Econômicas e que, de acordo com o modo de pensar de muitos dos nossos prezados conterrâneos, serviria para atrair para Itajaí grande parte da população estudantil de Santa Catarina. Colocando-se os pauzinhos nos devidos lugares, vê-se que é, na verdade o real, porém, acredito que poucos têm pensado no campo funcional de Itajaí para abrigar tão elevado número de estudantes. Sabemos que na grande maioria dos estudantes universitários o fazem concomitantemente com o trabalho. Daí, vemos a crescer a necessidade de maior horizonte servicial para se complementar com a vida estudantil. Eis aí, o nosso parecer a respeito, Itajaí, crescer industrialmente para criar mais escritórios, mais serviço, e depois aumentar proporcionalmente a sua população estudiosa. Bem verdade, que há fracas possibilidades de funcionar aqui, uma faculdade e esta, devido dois cursos secundários existentes, deveria ser CIÊNCIAS ECONÔMICAS, já que se trata de uma continuidade normal do Curso Técnico de Contabilidade. Falo apenas no Curso Técnico, porque o outro ensino secundário que possuímos é o Normal Secundário, cuja continuação seria Filosofia, no entanto iria atender apenas, segundo vemos, a estudantes femininos e que, não pretendem abraçar o ramo comercial ou industrial. Portanto, somos pela criação de uma faculdade de Ciências Econômicas e ampliação da indústria em nossa cidade, atendendo aos interesses de todos os catarinenses e em particular de nós itajaienses.”¹²

Se esta primeira iniciativa da União dos Estudantes Secundários pela criação do ensino superior na cidade morrera por ali, em meio ao cipoal de argumentos contrários, não morrera todavia a disposição das lideranças estudantis de alavancar esta idéia. Aguardariam tão somente outra oportunidade e outros entusiastas.

A oportunidade viria com a eleição da nova diretoria para o biênio 1963/1964. Em julho de 1964, a UESI lançou o MANIFESTO AOS HOMENS DE VALOR DE ITAJAÍ, concitando-os a dotar a cidade de um curso superior, e, em 23 de julho de 1964, iniciou a campanha ITAJAÍ PRECISA DE UMA FACULDADE, através do programa “A Voz do Estudante”, que mantinha na Rádio Difusora, às terças, quintas e sábados, no horário das 18h 15min. Essa nova investida dos secundaristas agora encontrou eco junto aos professores do Ginásio Industrial Presidente Nereu de Oliveira Ramos, dirigido pelo advogado e professor José Medeiros Vieira, que respondeu ao apelo através de uma correspondência, que era também uma carta de intenções políticas e ideológicas. Datada de 24 de julho de 1964, sexta-feira, e dirigida ao estudante Antônio Carlos Silva, presidente da UESI, a missiva se iniciava assim:

¹² KREUSCH, Waldemiro. Qual será o nosso futuro? *O Guarani Itajaí* (1): 9, abr/jun 1960.

“Ilmo Sr.

Antônio Carlos Silva

Atenciosas saudações!

Com o nosso mais franco apoio à campanha de V.Sa. ontem iniciada, através do simpático programa ‘A VOZ DO ESTUDANTE’, ao microfone da ‘Difusora’, pró fundação de um curso superior aqui em Itajaí, vimos trazer-lhe as seguintes informações, para as quais rogamos a gentileza de sua atenção.”¹³

Medeiros Vieira, então, historiava a sua iniciativa de fundação, em 15 de agosto de 1949, da associação educacional “SOCIEDADE PROFESSOR FLÁVIO FERRARI”, a qual tencionara criar um curso técnico de contabilidade e que “desde a inauguração, vinha idealizando uma FACULDADE DE FILOSOFIA.” Também relatava contactos que tivera com o deputado estadual e ex-secretário da Educação e Cultura de Santa Catarina, Dr. Osni de Medeiros Régis, com a irmã Dorotéia Baixo, secretária do Colégio São José, e com o presidente do Centro Cultural de Itajaí, Remaclo Fischer, todos aplaudindo e se prontificando a cooperar com a iniciativa de se criar um curso superior em Itajaí, completando: “presentemente, estamos elaborando os regimentos internos, respectivamente para a FACULDADE DE FILOSOFIA, CIÊNCIAS E LETRAS e para a FACULDADE DE DIREITO.” A seguir, prevenido e atento ao clima político nacional, pós-março de 1964, repressivo e anticomunista, o missivista considerou importante deixar claro que “nossa associação educacional tem sua DECLARAÇÃO DE PRINCÍPIOS alicerçada sobre as diretrizes do HUMANISMO CRISTÃO. Não se interessa em absoluto por política partidária. É frontalmente contra qualquer sectarismo. Repudia todas as ideologias anticristãs, vale dizer - antidemocráticas.” Ciente de que empreitaria uma empresa particular de ensino e que, portanto, geriria rendas, procurou o Dr. Medeiros Vieira separar a futura escola da mal afamada “indústria do ensino”, “que transforma tantos estabelecimentos em ‘máquinas caça-níqueis’ ou ‘mercados-negros’ ...” Por fim, terminou a correspondência com um compromisso.

“Se DEUS quiser, no próximo ano letivo de 1965, estarão em funcionamento a FACULDADE DE FILOSOFIA, CIÊNCIAS E LETRAS e a FACULDADE DE DIREITO. Contamos, como não podia deixar de ser, com a colaboração de V. Sa. e de seus dignos colegas da UESI. Consideramos tal colaboração como imprescindível. Renovando finalmente nossas congratulações a V. Sa. pela oportuníssima campanha encetada em prol do funcionamento de um CURSO SUPERIOR aqui em Itajaí, Curso Superior esse que, se DEUS quiser, há de ser o embrião da futura “UNIVERSIDADE DO VALE DO ITAJAÍ”, subscrevemo-nos com protestos de elevada consideração e do mais distinto apreço.

José Medeiros Vieira.”

¹³ CADERNOS DAS FACULDADES. Itajaí, UNIVALI, 1 (1), 1992, p. 39.

Nesta luta pela democratização do ensino superior, os estudantes buscavam a criação de um curso superior na cidade, sem se ater à questão de ser ele público ou privado, que esta pareceu não ser uma questão essencial naquela ocasião - o essencial era se ter uma faculdade. Por isso, a declaração determinada do professor Medeiros Vieira, comprometendo-se de forma ousada a pôr em funcionamento duas faculdades já no ano letivo de 1965, alegrou sobremaneira dezenas de jovens que ainda tinham pretensões de cursar o ensino universitário permanecendo em Itajaí. No entanto, a empreitada pareceu a muitos de grandes dificuldades para ser levada a bom termo. O próprio presidente da UESI, em depoimento de anos depois, confessava que “nossos apelos ecoavam em muitos corações que, infelizmente, permaneciam acomodados, estáticos, indiferentes, como a não querer arranjar ‘problemas’...”¹⁴ Tinha início, portanto, uma caminhada em que seria preciso combater os negativistas de toda ordem, a resistência de setores políticos e educacionais da Capital e as naturais dificuldades de fazer acontecer um empreendimento inédito na cidade. Restava, todavia, aos empreendedores a convicção de que a interiorização do ensino superior em Santa Catarina era um processo irreversível, pois, no dizer do professor Celestino Sachet, “num Estado como Santa Catarina, carente de grande núcleos populacionais que polarizem para si as oportunidades de instrução superior, justificava-se, com maiores razões, a difusão desta instrução pelos núcleos populacionais de média proporção.”¹⁵ O passo seguinte seria a fundação dos cursos superiores, de que se incumbiria então a SIES - Sociedade Itajaiense de Ensino Superior.

3.2 - Fundação e fundadores do ensino superior: SIES - Sociedade Itajaiense de Ensino Superior - mantenedora privada

A decisão do professor José Medeiros Vieira de fundar as faculdades, ao contrário do que possa parecer, não lhe surgiu de momentâneo entusiasmo pela campanha da UESI; nem tampouco, de intenção sopitada desde 1950, quando fundara a “Sociedade Professor Flávio Ferrari”. Mesmo porque essa associação educacional, de acordo com seus estatutos, tinha por finalidade existencial manter e dirigir, possivelmente, um curso técnico de contabilidade, cursos de educação supletiva, cursos profissionais, técnicos e práticos em geral e cursos preparatórios para exames de admissão ou vestibulares¹⁶. A idéia de fundação de um curso superior na cidade já lhe fora aventada antes por seus colegas professores do Ginásio Industrial Presidente Nereu de Oliveira Ramos, muitos deles desejosos de cursar uma escola superior. O depoimento do professor Thayeciyl Tavares (agora laicizado) neste sentido é esclarecedor:

“A idéia surgiu entre nós, professores. Talvez, bem no início, não tenha sido idéia do Doutor José Medeiros. Mas ele sendo diretor foi logo envolvido nesta idéia. Nós fizemos a

¹⁴ SILVA, Antônio Carlos. Mentira ou verdade. *Jornal do Povo*. Itajaí, 25 jan 1969, p. 4.

¹⁵ SACHET, Celestino. Ensino superior e desenvolvimento regional. In: _____ Ensaio sobre sociologia e desenvolvimento em Santa Catarina. Florianópolis, EDEME/UEDESC, 1971. p. 74.

¹⁶ CADERNOS DAS FACULDADES. Itajaí, UNIVALI, 1 (1), 1992, p. 20.

primeira reunião. Não me lembro bem a data, deve ser em 62, que foi memorável. Estavam presentes dezesseis pessoas. E foi então pensado criar a Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras; e foi pensado criar também a SIES; era a sociedade mantenedora.”¹⁷

A confirmação destes fatos se pode tirar ainda da própria correspondência de Medeiros Vieira ao presidente da UESI, antes referida, na passagem em que diz:

“Em 1962, principalmente, com alguns antigos companheiros da associação educacional e com novos elementos (estes principalmente do Ginásio Industrial Presidente Nereu de Oliveira Ramos) consolidamos a iniciativa, em cuja plena consecução estamos vivamente empenhados.”

Compreende-se. A idéia, após a reunião aludida pelo professor Tavares, foi levada pelos professores ao diretor, que queriam à frente da iniciativa. Mas ela, por falta de outros estímulos, foi deixada em estado de hibernação até a campanha estudantil “ITAJAÍ PRECISA DE UMA FACULDADE” em 1964. Homem de temperamento ardente e impetuoso, dado a arroubos no falar e no agir, Medeiros Vieira agora empolgou-se com a “oportuniíssima campanha encetada em prol do funcionamento de um CURSO SUPERIOR aqui em Itajaí”; na qual anteviu o respaldo comunitário de que necessitava para o empreendimento. Foi o estímulo que lhe faltava para pôr mãos à obra. Além do que, afinado com a situação pessedista do Estado, ele participara do seminário sócio-econômico que traçou os rumos do governo Celso Ramos, o qual se comprometera com um projeto educacional mais democratizado e desenvolvimentista para Santa Catarina, acenando inclusive com a interiorização do ensino universitário.

Já que o estilo é o homem e lhe marca indelevelmente a obra, se faz pertinente traçar os relevos mais significativos da biografia de José Medeiros Vieira, para melhor compreender os fatos de que foi o protagonista principal. Nascido em Florianópolis em 30 de julho de 1921, primogênito de uma prole de dezesseis filhos e filho de professor, ele se graduou em Ciências Jurídicas e Sociais pela Faculdade de Direito de Santa Catarina. Iniciou-se no mundo do trabalho pelo magistério aos dezesseis anos. Duas experiências de vida marcaram sua biografia: a rigidez e o civismo do ensino militar, de que foi professor no Forte Marechal Moura e no 14º B.C., e o gosto pela fundação de associações de cultura e educação. Conheceu a atividade política como acadêmico de Direito e ingressou na política partidária na qualidade de presidente da União da Juventude Democrática, de 1945 a 1947, segmento jovem da UDN. Extremado udenista, dirigiu no mesmo período de tempo o jornal do partido, “Diário da Tarde”, quando se fez “temido pelo brilho da pena e conhecimento da língua” e foi o primeiro jornalista brasileiro a quebrar a censura da ditadura Vargas, comparecendo a júri por crime de imprensa e sendo absolvido¹⁸.

¹⁷ ENTREVISTA de Thayeciyl Tavares ao autor. Itajaí, Arquivo Histórico, 17 jul 1991.

¹⁸ VIEIRA, José Medeiros. Curriculum Vitae. Itajaí, Arquivo Histórico, s.d.

A convite do banqueiro Genésio Miranda Lins, diretor-presidente da Sociedade Ginásio Itajaí, em 1949 se transferiu para Itajaí para ser o diretor-técnico do ginásio. Pesaram na decisão de o convidar a militância udenista e a fama de professor entusiasta. Realmente, nos dois anos em que dirigiu o Ginásio Itajaí, o professor Medeiros Vieira se notabilizou pela incansável operosidade. Mas a impetuosidade e o modo altercador do seu agir ocasionaram-lhe grave incidente com a presidência da escola e a demissão. Este fato determinou a mudança de opção partidária; filiou-se ao Partido Social Democrático - PSD. A par das atividades de professor, ele constituiu movimentada banca de advogado e redatoriu diversos jornais semanários da cidade. Em 1960, participou e colaborou com o “Seminário Sócio-econômico do Estado de Santa Catarina”, promovido pela FIESC, em Florianópolis, que praticamente formulou o programa de governo do candidato Celso Ramos e apontou os rumos da interiorização do desenvolvimento catarinense. Medeiros Vieira era ideologicamente conservador, anticomunista e privatista. Alguns títulos de discursos, conferências e artigos seus confirmam aquele perfil: “Instituições militares e militarismo - tradição, patriotismo e democracia” (1966); “Ordem e Progresso” (1946); “Segurança Nacional” (1968); “O Estudante e o marxismo-leninismo” (1960); “Liberdade educacional, escola pública e escola particular” (1960); “A Educação é a nossa única salvação política” (1967).

O perfil do homem fadado a dirigir o processo de fundação do ensino superior pode ser assim completado: dono de notável cultura humanística e católico convicto, politicamente confiável como anticomunista e privatista, com trânsito livre junto ao governo pessedista do Estado e suficientemente articulado (via Igreja Católica, Maçonaria e Capitania dos Portos, onde era muito bem considerado) para refazer as relações rompidas desde 1950 com o segmento udenista, dotado de suficientes doses de quixotismo, ousadia para avançar limites burocráticos, questionar acomodações e privilégios de grupos incrustados na administração pública e sempre pronto a dizer o que fosse preciso, quando desafiado; por fim, suficientemente atilado para tirar partido das situações que se lhe apresentavam vantajosas. Medeiros Vieira foi a opção mais viável para aquele momento de vencer desafios, arrostar resistências e suplantar negativismos. Não tivesse ele aceito o desafio, em Itajaí, naquelas circunstâncias, a fundação do ensino superior demoraria ainda muito tempo.

O passo seguinte, a partir de julho de 1964, de montagem da SIES - Sociedade Itajaiense de Ensino Superior e a conseqüente fundação das Faculdades de Filosofia, Ciências e Letras e Faculdade de Ciências Jurídicas e Sociais, foi a demonstração cabal daquele senso de oportunidade e da rede de influências montada pelo diretor. Assim, fez remontar o “animus fundandi” à quase esquecida “Sociedade Professor Flávio Ferrari”, de quem perfilhou a SIES. Depois, ele retroagiu a data da fundação das faculdades ao ano de 1962, para resgatar o movimento dos professores do Ginásio Industrial, e a fixou no dia 5 de novembro, para comemorar uma efeméride - tão ao seu gosto - o dia da Cultura, nascimento de Ruy Barbosa. Somente este procedimento pode explicar a inclusão, num documento datado de 1962 - os

Estatutos da SIES - de fatos e pessoas que surgiram após julho de 1964. Como foi o caso da inclusão entre os fundadores da SIES de Antônio Carlos Silva, referido como “antigo presidente da UESI e líder da campanha popular ‘pró-faculdade em Itajaí’ ”¹⁹. Por outro lado, entre os fundadores da Sociedade Itajaiense de Ensino Superior, contavam-se representantes de instituições representativas e de influência na cidade: Celso Pereira da Silva, diretor do Grupo Votorantim e da Companhia Catarinense de Cimento Portland; Wilfredo Eugênio Gurrin, advogado; Paulo Bauer, empresário e ex-prefeito; Abílio Ramos, armador; Hermano Marinho Pereira, fiscal da Fazenda estadual; Nestor César de Carvalho, funcionário da Caixa Econômica Federal e professor; Isolde Luzie Frieda Blaese, professora da pré-escola da comunidade evangélica luterana; Remaclo Fischer, rotariano, gerente de banco e presidente do Centro Cultural de Itajaí; Ondina Pieri Cordeiro, tesoureira do ginásio Industrial; Ary Mascarenhas Passos, professor e Inspetor Federal de Ensino; Arnaldo José de Oliveira Filho, professor; Hélio Rosa, promotor público e professor; Juarez de Queirós Campos, médico e diretor do Hospital e Maternidade Marieta Konder Bornhausen; Padre Thayeciyl Tavares, coadjutor da paróquia e professor; Rodolfo Bosco, professor, maçom e líder espírita; Rodolfo Renaux Bauer, diretor do Banco INCO; Alfredo Pinheiro, economista e professor; Norberto Cândido da Silveira Júnior, jornalista e secretário da diretoria do Banco INCO; Aída Cordeiro Wolff, secretária do Banco INCO; Adalberto Sagaz, professor; Antônio de Souza Cunha Júnior, ex-diretor do Ginásio Itajaí; Jaime Fernandes Vieira, jornalista; Félix Praun, professor e capitão reformado do Exército; David do Amaral Camargo, juiz de direito; Osmundo Vieira Dutra, juiz de direito; Carlos Cazuma Nosse, juiz substituto; João Gualberto Furtado, promotor público; Antônio Cesar Pereira Viana, juiz presidente da Junta de Conciliação e Trabalho; Francisco Rangel, decano dos advogados de Itajaí; Padre Bertolino Schlickmann, vigário da paróquia; Laudelino José de Novaes, inspetor regional estadual de educação; Padre Pedro Baron, diretor do Ginásio Salesiano; irmã Zélia Motter, diretora do Colégio São José; Reverendo Abel Furtado, pastor presbiteriano; Antônio Carlos Silva, ex-presidente da UESI; Padre Gilberto Luiz Gonzaga, vigário de Navegantes; Monsenhor Vendelino Hobbold, vigário de Penha; Marino Câmara Rosa, professor; Alfredo Corrêa da Silva, professor; Abdon Fôes, jornalista, diretor do “Jornal do Povo”; Ari Fernandes de Souza, presidente do Rotary Clube; Gil Nascimento, presidente do Lions Clube; Gilmar Graff, presidente do Lions Clube; José Luiz Collares, economista e funcionário do Banco INCO; João Vilar Etrusco, engenheiro da Sociedade Construtora Triângulo; Manoel Nunes, presidente da Câmara Júnior; Nilton Russi, jornalista, diretor da sucursal de “A Nação”; Olindor Camargo, diretor da Rádio Difusora Itajaí; Osni Wilson Jacobsen, radialista da Rádio Clube de Itajaí, e Rui Maia, funcionário do Banco INCO, sócio fundador do Centro Cultural de Itajaí²⁰.

¹⁹ CADERNOS DAS FACULDADES. Itajaí, UNIVALI, 1 (1), 1992, p. 14.

²⁰ _____. Op. cit. p. 14.

Presidida pelo Dr. José Medeiros Vieira, a SIES nascia buscando o respaldo das mais importantes instituições da cidade e comprometendo, como diretores seus, personalidades representativas da sociedade - um jeito engenhoso de vencer resistências e abrir portas. Fato digno de menção é que o estatuto da SIES e sua diretoria só ficaram conhecidos em setembro de 1964, quando também foram registrados em cartório. É mais um indicativo seguro a corroborar a tese da retroação da data da fundação e que o estatuto só foi redigido após a campanha da UESI.

O figurino legal escolhido para a nova associação educacional fora o de pessoa jurídica de direito privado. Por isso a constituição sob a forma de “associação”, que visava a atender ao disposto na Lei nº 4.024, de 20 de dezembro de 1961 - das Diretrizes e Bases da Educação Nacional - cujo artigo 85, ao tratar dos estabelecimentos isolados de ensino superior, estatua: “Os estabelecimentos isolados serão constituídos sob a forma de autarquias, de fundações ou associações”. Se a vontade fosse outra, que não a de ter a iniciativa privada à frente dos destinos do ensino superior, buscar-se-ia o figurino legal da autarquia ou da fundação pública. Não foi esta, todavia, a escolha dos fundadores, porque para se criar um estabelecimento público, seria necessário a ação ou do governo federal ou do Estado de Santa Catarina, hipótese descartada naquelas circunstâncias; enquanto a opção posterior pela municipalização significou tão somente um arranjo, como se verá.

A hipótese da criação, pelo governo da União, de escolas superiores federais no interior catarinense era absolutamente improvável, pois faltava a Santa Catarina representatividade e força política para exigir tal benefício. A duras penas, conseguiu-se, há dois anos, a instalação da Universidade Federal em Florianópolis. E também porque o governo central não se motivaria a criar às suas expensas ensino superior numa cidade em que as carências de ensino primário e secundário estavam à vista de todos. Quanto ao governo estadual, este se ocupava na ocasião de criar a Universidade para o Desenvolvimento do Estado de Santa Catarina - UDESC, que na proposta de regionalização do ensino de 3º grau, não contemplava a cidade de Itajaí. Ficaram assim prejudicadas as possibilidades de criação pelos governos federal e estadual de ensino superior público; muito mais afastadas pela costumeira alegação da crônica falta de verba. Esta compreensão, tinham-na bem clara os fundadores da SIES, com testemunhou Silveira Júnior em artigo na imprensa:

“Quando o poder público tem como justificativa a falta de verba, ainda se entende tanta má vontade, mas quando a iniciativa privada pretende dar a uma cidade mais do que centenária duas faculdades, sem nada pedir ao governo, todos os entraves que se colocam no seu caminho são antipatrióticos, antipáticos e injustos.”²¹

²¹ SILVEIRA JR., Norberto Cândido. Coragem, José. *A Nação*. Itajaí, 03 abr 1965, p. 8.

Se malsinavam os governos por tanta má vontade na oferta de ensino público, as elites políticas, econômicas e culturais da cidade, que compunham os quadros fundadores da SIES, tinham arraigadas convicções privatistas, nas quais viam o penhor seguro da completa democracia. Em 1967, a convite do presidente da SIES, o empresário e advogado Florisvaldo Diniz proferiu, no Ginásio Industrial Presidente Nereu de Oliveira Ramos,

“um panegírico cujo tema central se prendia a fato de se praticando a chamada ‘iniciativa privada’ tão característica do regime democrático, haver-se criado a SIES e as faculdades, de propriedade desta, as quais entidades de direito particular, estavam a suprir em matéria de interiorização da instrução universitária, aquilo que os poderes públicos não haviam realizado.”²²

A ação da livre empresa na área da educação era tida como garantia de liberdade, exercício democrático de cidadania e forma correta de atender aos reclamos da população por mais instrução. Por isso a adotaram na fundação do ensino superior de Itajaí os seus fundadores. Não estranha, pois, que os entraves governamentais de qualquer ordem ao livre curso deste empreendimento privado fossem vistos como atos de violência, de antipatriotismo e de injustiça.

3.3 - Oficialização das faculdades - Autarquia Municipal: poder público como mantenedor

A autarquia é um organismo de administração descentralizada do serviço público, cujo surgimento buscava a eficácia daquele serviço, pela eliminação de entraves e dificuldades de natureza burocrática. O decreto-lei federal nº 200, de 25 de fevereiro de 1967, conceitua, no artigo 5º, inciso I, a autarquia como “serviço autônomo, criado por lei, com personalidade jurídica, patrimônio e receita próprios, para executar atividades típicas da administração pública que requeiram, para o seu melhor funcionamento, gestão administrativa e financeira descentralizada.” Os estudiosos de direito e administração, Homero Santos e Clóvis Zobaran Monteiro, ensinam que o conceito de autarquia importa “ipso facto” na compreensão de pessoa de direito público e que “autarquia e regime de direito privado são uma contradição “in terminis.”²³

Embora determinados a organizar e implantar as faculdades como escolas privadas de ensino superior, os dirigentes da SIES bem cedo mudaram de opinião. Seus argumentos de que o livre curso da iniciativa particular garantia a liberdade e o exercício pleno da cidadania, logo foram esquecidos por eles, deve-se crer, em razão de algum interesse forte ou necessidade

²² SANTA CATARINA. TRIBUNAL DE JUSTIÇA. Autos de Apelação Cível nº7.167 da Comarca de Itajaí. Itajaí, 1969, v. 1, p. 97.

²³ SENNA, Homero & MONTEIRO, Clóvis Zobaran. Fundações no direito e na administração. Rio de Janeiro, Fundação Getúlio Vargas, 1970, p. 26-7.

premente. Pois que, cinco dias após registrar em cartório a SIES e suas escolas como entidades de direito privado, seus diretores firmavam com o Município de Itajaí, em 21 de setembro de 1964, convênio para oficializar como estabelecimentos municipais de ensino superior a Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras e a Faculdade de Ciências Jurídicas e Sociais.

O esclarecimento para tão brusca mudança de direção e em tão curto espaço de tempo tem sido tentado com muitas explicações. Sydney Schead dos Santos, em considerações sobre aquele contexto histórico, explica que “o órgão competente para autorizar o funcionamento das instituições de ensino particulares era o Conselho Federal de Educação, sediado no Rio de Janeiro, portanto, muito distante e de difícil acesso. O jeito foi abandonar o caminho da iniciativa privada e se associar ao Município.”²⁴ Mas se a dificuldade estava na distância e inacessibilidade do Conselho Federal de Educação, esta poderia ter sido sanada, aceitando-se o oferecimento do Senador Konder Reis para intermediar o encaminhamento dos processos junto ao CFE, o qual, em reunião com a SIES, prontificou-se: “eu os levarei para o Rio.”²⁵

A disponibilidade do Senador Konder Reis não foi aproveitada certamente porque o obstáculo à manutenção da iniciativa privada não estava na distância e inacessibilidade do CFE, mas no temor de não se poder cumprir suas exigências quanto à criação de instituições de ensino superior. O Conselho Federal de Educação exigia prova de capacidade financeira da mantenedora, instalações próprias ou à disposição das faculdades com equipamentos adequados, ou seja, biblioteca e laboratórios especializados, e corpo docente com comprovada competência técnica, demonstrada pela posse do diploma de curso superior e prova de especialização. Então os diretores da SIES encontraram a saída da municipalização: um subterfúgio legal, que não significou opção consciente e decidida pelo ensino público. Mas a entidade, naquele momento, não deixou transparecer este fato. Fez crer, ao contrário, tratar-se de ato espontâneo do poder público a criação das faculdades municipais:

“O Governo Municipal de Itajaí, por seu titular, o Senhor Prefeito Eduardo Solon Cabral Canziani, dando o devido valor à iniciativa e antevendo logo o alcance da região fez causa comum imediatamente com a ‘SOCIEDADE ITAJAIENSE DE ENSINO SUPERIOR’, ou, melhor, participou, desde o começo, da referida iniciativa, dando-lhe valioso, prestigioso e decisivo apoio, devendo, por este motivo, por justiça, ser OFICIALMENTE considerado fundador de ambos os estabelecimentos de ensino superior, os primeiros na espécie, no interior de Santa Catarina. Sua excelência o SENHOR PREFEITO MUNICIPAL EDUARDO SOLON CABRAL CANZIANI, pela Lei 599, de 22.9.64, unanimemente aprovada pela CÂMARA MUNICIPAL, oficializou as FACULDADES,

²⁴ SANTOS, Sydney Schead dos. O ensino superior de Itajaí no contexto histórico: algumas considerações. *Cadernos das Faculdades*. Itajaí, 1 (1), 1992, p. 28.

²⁵ SANTA CATARINA. TRIBUNAL DE JUSTIÇA. Autos de Apelação Cível, nº 7.167 da Comarca de Itajaí. Itajaí, 1969, v. 2, p. 181.

que na realidade, de direito e de fato, são ESTABELECIMENTOS MUNICIPAIS DE ENSINO SUPERIOR. Por força da citada Lei nº 599 e em virtude do convênio entre o GOVERNO MUNICIPAL e a 'Sociedade, que não tem finalidades comerciais e cujos bens, pelo que dispõe seu Estatuto, passarão ao patrimônio municipal na hipótese de sua dissolução. A fundação das referidas FACULDADES perfez a melhor homenagem que o Município de Itajaí e seu Prefeito poderiam prestar à memória do imortal LAURO MÜLLER no preciso ano do seu centenário. Obtida a autorização do EGRÉGIO CONSELHO ESTADUAL DE EDUCAÇÃO, as novéis FACULDADES, se DEUS quiser, iniciarão suas atividades letivas em março de 1965 próximo."²⁶

A lei municipal nº 599, de 22 de setembro de 1964, originou-se de projeto do poder executivo. O prefeito, mesmo sensibilizado pelo sonho itajaiense por ensino superior, antes consultou setores intelectuais envolvidos na proposta sobre sua conveniência e acerto²⁷. Temia por certo as conseqüências de um ato para o qual o poder público não se houvera adrede preparado. A idéia da oficialização das faculdades inclusive lhe chegara de última hora e havia urgência em a pôr em prática, para não se perder o prazo junto ao Conselho Estadual de Educação, permitindo o início das atividades letivas em 1965, conforme solene promessa dos dirigentes da SIES. Na Câmara Municipal, a discussão e aprovação do projeto de lei também transcorreu em regime de urgência. No mesmo dia 21 de setembro, foram realizadas duas sessões consecutivas, que contaram com a presença de José Medeiros Vieira, Hélio Rosa e Nestor Cesar de Carvalho, diretores da SIES. Os vereadores igualmente empolgados com a possibilidade de criar o ensino superior na cidade, não recusaram avaliar uma proposta em que a municipalização das faculdades se fazia "apenas 'pro-forma', para facilitar o seu reconhecimento."²⁸ Estava claro que o entendimento dos vereadores era não comprometer o poder público Municipal com o financiamento da educação superior, tanto que o vereador Américo Meinicke, acrescentou no testemunho: "Não constituindo essa formalização em despesas da Prefeitura, a Câmara Municipal recebeu a sugestão, aprovando nesse sentido a lei e um convênio entre a Prefeitura e a SIES."²⁹ O texto da lei, muito sucinto, no artigo 1º, oficializou como estabelecimentos municipais de ensino superior, as faculdades de Filosofia e Direito, organizadas pela Sociedade Itajaiense de Ensino Superior, vinculando-as à Diretoria de Educação, Cultura e Assistência Social no artigo 2º. O artigo 3º garantiu a autonomia da SIES na direção administrativa e técnica das faculdades, enquanto o artigo 4º comprometia a Prefeitura Municipal a requerer junto ao Conselho Estadual de Educação a necessária

²⁶ A NAÇÃO. Itajaí, 15 out 1964, p. 6.

²⁷ A NAÇÃO. Itajaí, 23 set 1964, p. 1.

²⁸ SANTA CATARINA. TRIBUNAL DE JUSTIÇA. Autos de Apelação Cível nº 7.167 da Comarca de Itajaí. Itajaí, 1969, V.1., p. 135.

²⁹ SANTA CATARINA. TRIBUNAL DE JUSTIÇA. Autos de Apelação Cível nº 7.167 da Comarca de Itajaí. Itajaí, 1969, V.1., p. 135.

autorização para funcionamento das novas escolas superiores, para funcionamento a partir de 1965³⁰.

A pressa e a cumplicidade havidas na feitura da Lei nº 599/64 fizeram com que seu texto saísse incorreto, em desacordo com o artigo 85 da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, impositiva quanto à configuração jurídica de autarquia para os estabelecimentos isolados de ensino superior públicos. Disto só se deram conta o Município e a SIES depois, obrigando-se o prefeito a editar o decreto nº 48-A, de 22 de setembro de 1964 e instituir a autarquia, “com função técnica desmembrada da administração municipal e tutelada por esta, que lhe proporcionará também recursos patrimoniais próprios e vida autônoma.”³¹ Mesmo esse decreto acabou não corrigindo os erros legais cometidos no processo de oficialização das faculdades. A criação da autarquia não se pode fazer por decreto. Foi preciso então uma série de leis, votadas pelo Legislativo Municipal em abril e maio de 1965, para que as determinações legais fossem, afinal, cumpridas. Cada uma das faculdades se constituiu em autarquia; a faculdade de Direito, pela Lei nº 626, de 26 de abril de 1965 e a faculdade de Filosofia, pela Lei nº 628, de 4 de maio de 1965. Aquilo que antes se cometera à SIES, ou seja, a direção administrativa e técnica das escolas superiores, inclusive o descompromisso do poder público municipal na sua manutenção, teve que ser revisto por exigência da legislação federal. Foram criados fundos de manutenção de cada um dos cursos, compostos de cinco por cento da cota parte atribuída ao Município pelo Estado de Santa Catarina, por força do artigo 20 da Constituição Federal. Enfim, o poder público se comprometeu em proporcionar recursos financeiros e patrimoniais, mas confiante em que a nada se obrigaria, em razão do convênio de administração firmado com a SIES. As autarquias, de fato dirigidas pela entidade privada, constituíram-se, portanto, em contradição “in terminis”.

A nota pública da SIES sobre o processo de oficialização das faculdades a nada disto se refere e, propositadamente obscura quanto às razões do aparecimento do poder público como criador do ensino superior, permite inferir que a intenção fora a troca de foro para o julgamento dos processos de autorização das faculdades. Não mais seria o Conselho Federal de Educação e sim, o Conselho Estadual de Educação, de que se esperava mais acesso e menos dificuldades. Afinal, “o senhor Governador Celso Ramos, quando candidato, não prometera, em sua pregação eleitoral, dotar o interior do estado de ensino superior?”, indagava incisivo o presidente da SIES, para completar a seguir sem rodeios: “tudo, afinal, depende de uma coisa só: da boa vontade do Conselho Estadual de Educação, vale dizer, do Governo do Estado!”.

Fora encontrada a saída legal para se escapar da exigência do Conselho Federal de Educação, “tão grande que desencorajava as melhores iniciativas de caráter privado, visando à

³⁰ CADERNOS DAS FACULDADES. Itajaí, UNIVALI, 1 (1), 1992, p. 24.

³¹ _____, p. 26.

criação de instituições de ensino superior.”³² A SIES tinha se proposto a pôr em funcionamento as escolas superiores de Filosofia e Direito, mas sabia serem insuficientes os recursos materiais e de pessoal de que dispunha para tanto. Temeu acontecer-lhe o que sucedera com a Faculdade de Ciências Econômicas e Contábeis de Lages, criada naquela cidade pela Associação Catarinense de Cultura, em julho de 1959, cujo funcionamento fora negado, perdendo os alunos dois anos já cursados³³. Buscou com a municipalização beneficiar-se, como entidade privada, de prerrogativas concedidas ao poder público no encaminhamento de processos de criação de escolas oficiais. Esperava contar com a influência e, mais ainda, com a pressão política da comunidade, mais eficaz sobre o governo estadual, do que sobre o governo da União. Para convencer o Executivo e Legislativo municipais a endossarem sua proposta, a SIES jogou com a influência das personalidades que compunham sua diretoria e com a indiscutível aspiração dos estudantes de Itajaí por ensino superior. Assim, premido por essas duas forças de pressão, o poder público do município dobrou-se, institucionalizando uma cumplicidade com a SIES que muito mais cedo do que se esperava, redundaria em causa de séria crise.

3.4 - Prefeitura Municipal versus SIES: o conflito entre o público e o privado

A requerimento do prefeito Municipal de Itajaí, em 30 de setembro de 1964, dava entrada no Conselho Estadual de Educação, em Florianópolis, o processo conjunto, solicitando autorização de funcionamento para as faculdades de Filosofia, Ciências e Letras e Ciências Jurídicas e Sociais do Vale do Itajaí. A entrega dos volumes do processo na secretaria-executiva coube ao presidente da SIES, José Medeiros Vieira, e ao conselheiro da mesma sociedade, Remaclo Fischer. A partir desse ato, meramente administrativo, mas que teve para a Prefeitura Municipal e Sociedade Itajaiense de Ensino Superior o significado quase solene de cumprimento cívico de uma missão, começava, no entanto, o desvelamento da confusa parceria acordada entre o poder público e a entidade privada. Disto, a Prefeitura, a SIES e a própria opinião pública itajaiense tardaram a se dar conta.

As provas dos primeiros exames vestibulares se realizaram nos primeiros dias do mês de abril de 1965, já antes da necessária manifestação aprovatória do Conselho Estadual, pois que este, ainda em 1964, solicitara à entidade mantenedora, quer dizer, à Prefeitura Municipal, o atendimento de exigências legais apontadas em vários itens da análise. Contava somente a faculdade de Direito com autorização de funcionamento condicional, quando em maio de 1965 o professor Dr. Alcides Abreu proferiu a aula magna inaugural dos cursos de filosofia e ciências jurídicas. O palestrante da aula magna fora escolhido pelas razões que o professor Medeiros Vieira bem expressou no telegrama convite:

³² SANTOS, Sydney Schead dos. *Op. cit.* p. 27.

³³ BORDIGNON, Genuíno. Estabelecimentos isolados de ensino superior: um estudo das fundações educacionais de Santa Catarina. Rio de Janeiro, Fundação Getúlio Vargas, 1978, p. 4.

“Vossência é talvez o maior teórico atual situacionismo estadual e desenvolvimentismo, cujos alicerces logicamente só podem ser a educação e a cultura. Tenho assim certeza moral de que Vossência sintoniza sinceramente com estes ideais educacionais e culturais máximos população Vale Itajaí: Faculdades Filosofia e Direito desta cidade.”³⁴

Nestas palavras estão implícitas as expectativas da SIES de que a vinculação política de seu presidente com a situação estadual e a consonância da criação das faculdades com os ideais governamentais de regionalização do ensino superior catarinense preponderassem sobre a análise técnica que o Conselho estava realizando. Os fatos posteriores viriam a demonstrar bem o contrário.

Enquanto isto, alheios à crise que germinava, alunos, professores e setores da comunidade viam como promissor o futuro das faculdades. Logo surgiu o patrocínio econômico-financeiro da classe empresarial, capitaneado pelo Banco INCO, Associação Comercial e Industrial e Sindicato do Comércio Atacadista de Madeiras, para a compra de sede própria das novas escolas superiores; efetivada em 1º de julho de 1965.

Mas um ano após o início festivo das atividades letivas, em março de 1966, a imprensa da cidade noticiou os primeiros sinais de emergência da crise institucional das faculdades. Deste episódio inicial, do seu significado e da compreensão equivocada que dele tiveram parcelas importantes da opinião pública - a par da literariedade e peculiar conteúdo político-ideológico - vale o registro parcial da correspondência que ao presidente da SIES encaminhou o jornalista Silveira Júnior:

“Itajaí, 24 de março de 1966.

Meu Caro José:

Acabo de ler, com repugnância e náusea, o artigo escrito contra você. Aquilo é matéria fornecida por gente das FACULDADES. Mais uma vez, os pigmeus de Lilliput pretendem imobilizar o gigante que a sábia fantasia de Swift immortalizou.

.....

Desde o princípio, meu Caro Medeiros, eu notava que você era um lutador solitário, brandindo sua alma contra tudo e contra todos...

Vejo agora que um aluno da sua FACULDADE lhe lança em rosto que você dá aulas para ‘comer dinheiro’ E sobretudo, que você está ‘destruindo as FACULDADES’

.....

³⁴ SANTA CATARINA. TRIBUNAL DE JUSTIÇA. Autos de Apelação Cível nº7.167 da Comarca de Itajaí. Itajaí, 1969, V.2, p. 110.

Sou testemunha de que você tinha uma banca de advocacia que precisava de hora marcada para atendimento da clientela. E hoje, onde estão os seus clientes? Você os substituiu pelos alunos do Colégio Industrial e das FACULDADES. E o que dizem de você? Que é um 'dinheirista', um incompetente, que precisa ser afastado do Magistério, porque a política assim o exige. Querem que Salomé - vestida de deputado ou mesmo de vereador - leve a sua cabeça em uma bandeja e a entregue cruenta e desfigurada, a um Herodes de arrabalde...

.....

A Revolução - que todos nós louvamos - fez com que os inimigos da ordem se escondessem. Eles já estão saindo dos seus velhacutos para agredir aqueles que sempre contrariaram. E você é figura de proa entre os que mais combateram e combatem o comunismo.

.....

De par com estes, temos também os políticos faltos de liderança, os moços sem talento e o mar dos indiferentes.

.....

Peço, com sinceridade, que jogue no lixo o "jornal" que quer mais uma vez destruir o seu trabalho. Aquilo não merece resposta.

.....

Mas se quiser lutar, não estará sozinho. Esta Revolução não foi feita para a politicalha do pior quilate, e os subversivos continuam 'dando cartas'. E saiba que poderá contar comigo. Repito que você não está só... Confio em Deus, que você vencerá mais esta batalha.

Cordialmente.

Silveira Júnior.³⁵

O teor desta carta, embora escrita por incondicional partidário da forma "sui generis" de gerência dos cursos superiores, permite, todavia, conhecer a substância das críticas iniciadas por alunos e docentes. As críticas, como se vê, estavam centradas na modalidade de ensino pago, na confusa administração financeira e na morosidade da SIES em regularizar o funcionamento das faculdades junto ao Conselho Estadual de Educação. Alguns desses questionamento eram também os óbices principais, cujo esclarecimento seguidos pareceres daquele órgão colegiado reclamavam da mantenedora, desde a primeira análise dos processos de autorização. Eram, por conseguinte, procedentes. Estava claro que a SIES, incumbida pela Prefeitura Municipal da questão, do mesmo modo que o jornalista Silveira Júnior, via naquelas críticas a ação de subversivos ou a malquerença de adversários políticos locais. Nessa ocasião,

³⁵ CADERNOS DAS FACULDADES. Itajaí, UNIVALI, 2 (3), 1993, p. 11.

Medeiros Vieira já se atritara com o prefeito e o presidente da Câmara Municipal, todos expessedistas como ele, e tinha a oposição acirrada dos vereadores Luiz Antônio Cechinel (ARENA) e Delfim de Pádua Peixoto Filho (MDB).

Se, de um lado, pôde desqualificar por algum tempo as críticas, à força de caracterizá-las como coisas de esquerdistas e de políticos ressentidos, de outro, o presidente da SIES não pôde conter mais o descontentamento dos alunos das primeiras turmas que em 1968, já às portas da formatura, não tinham o funcionamento de seus cursos autorizado. Os processos, nesses quatro anos, subiam ao Conselho Estadual de Educação e desciam à origem, continuamente, sem que a SIES atendesse à essência das reclamações, demorando-se em até um ano e dois meses para atender às diligências.

“Em vez de agir para corrigir os erros apontados, preferiu atuar de modo estranho, recorrendo a expedientes de várias espécies e abandonando o trâmite normal e legal, única via capaz de obter o deferimento justo e rápido para a autorização de funcionamento...”³⁶

Tanta postergação em atender com exatidão às solicitações do Conselho Estadual de Educação não revelaram apenas a incapacidade da SIES de administrar as escolas superiores, como muitos passaram a crer, senão que esta entidade privada, desde logo, muito bem compreendeu que as questões levantadas sob suspeição pelo Conselho apontavam para o ponto fulcral da cumplicidade do poder público com a iniciativa particular, quer dizer, o indefensável convênio firmado em 21 de setembro de 1964. O convênio salvaguardava em caráter expresse a condição da SIES de proprietária das faculdades, que as administraria “como faculdades particulares, que de fato são”, esclarecendo ainda mais: “o convênio é firmado apenas em decorrência de ficção jurídica, da configuração ‘pro-forma’ das faculdades como estabelecimentos municipais de ensino superior e como autarquias municipais de educação e cultura”³⁷ Por causa dos termos contraditórios, guardou-se dele sigilo, tanto que seu registro em cartório somente se providenciou em 8 de janeiro de 1968, em meio à crise reinante entre a entidade privada e o Governo Municipal.

Ora, esclarecê-lo seria revelar toda a astúcia e desfazer a impropriedade legal engendrada pela SIES para ter suas escolas superiores autorizadas como se públicas fossem. Por isso, as obscuridades reclamadas pelo Conselho Estadual de Educação apontavam para a indefinida organicidade jurídica das faculdades, assim exposta:

³⁶ SANTA CATARINA. CONSELHO ESTADUAL DE EDUCAÇÃO. Parecer nº 83/67, Florianópolis, 19 jul 1967.

³⁷ SANTA CATARINA. TRIBUNAL DE JUSTIÇA. Autos de Apelação Cível nº 7.167 da Comarca de Itajaí. Itajaí, 1969, Vol. 1, p. 20.

“Como está, sob esse hibridismo jurídico, em que tal responsabilidade se biparte entre uma pessoa de direito público e outra de direito privado, fica o impasse.”³⁸

“Resta um ponto bastante obscuro: o convênio entre a Prefeitura Municipal de Itajaí e a Sociedade Itajaiense de Ensino Superior... Não há em toda a documentação constante do processo qualquer cópia do aludido convênio. Em se tratando de convênio entre entidades de direito público e privado, acreditamos que cópia do mesmo com a competente homologação dos órgãos responsáveis deveria integrar o processo.”³⁹

Quanto à capacidade financeira, o questionamento era o seguinte e incisivo:

“Voltamos, outra vez, a falar num ponto obscuro no processo, o controle financeiro da entidade, em face do convênio com a Sociedade Itajaiense de Ensino Superior... Acreditamos que o Município de Itajaí, através de seus poderes constituídos, bem como de suas classes empresariais, possua recursos financeiros suficientes para manter (as faculdades). Contudo, dentro das condições do processo, se afigura muito problemática e disponibilidade desses recursos, por parte da autarquia.”⁴⁰

A crise se instalou séria e definitiva no começo de 1968. O confronto entre alunos e professores e a direção da SIES provocou tumultos e intranquilizou a comunidade. O poder público municipal, nominalmente o mantenedor, enfim resolveu intervir, não sem antes buscar o quanto pôde a contemporização:

“Inúteis foram as reuniões por nós promovidas; embalde as solicitações formuladas, os apelos, os pedidos de colaboração dirigidos ao diretor das Faculdades, o qual se constituía um pernicioso e gravíssimo entrave.”⁴¹

Sob pressão dos alunos e de segmentos respeitáveis da opinião pública - Câmara de Vereadores e imprensa - que lhe exigiam providências, já que entendiam ser as faculdades Municipais e não propriedade privada, como sustentava o presidente da SIES, o Município rompeu afinal com a cumplicidade de quatro anos, consentida no convênio. A Câmara de Vereadores aprovou o projeto encaminhado pelo Executivo municipal, de que resultou a Lei nº 857, de 29 de março de 1968. Com ela, ficou denunciado o convênio de setembro de 1964 e constituída “comissão especial”, para promover e efetivar medidas necessárias à regularização, funcionamento, reconhecimento, administração e direção das Faculdades de Filosofia e Direito. Em paralelo, a administração municipal requereu a busca e apreensão judicial dos arquivos e registros documentais concernentes às faculdades, para resguardar os direitos dos estudantes. Por fim, para propor a anulação do malfadado convênio, a Prefeitura Municipal voltou a Juízo,

³⁸ SANTA CATARINA. CONSELHO ESTADUAL DE EDUCAÇÃO. Parecer nº 40/65, Florianópolis, 23 mar 1965.

³⁹ SANTA CATARINA. CONSELHO ESTADUAL DE EDUCAÇÃO. Parecer nº 83/67. Florianópolis, 1967.

⁴⁰ SANTA CATARINA. CONSELHO ESTADUAL DE EDUCAÇÃO. Parecer nº 83/67. Florianópolis, 1967.

⁴¹ CADERNOS DAS FACULDADES. Itajaí, UNIVALI, 2 (3), 1993. p. 20.

aforando ação declaratória em 22 de julho de 1968. A ação declaratória, contestada com veemência pela SIES, transformou-se num volumoso e ruidoso processo. Afinal, veio a se findar em 17 de dezembro de 1970, em julgamento do Tribunal de Justiça do Estado de Santa Catarina, quando confirmou a sentença do juiz de primeira instância, que reconhecera como autarquias municipais as faculdades, embora fundadas pela Sociedade Itajaiense de Ensino Superior, mas incorporadas ao patrimônio do Município sob a forma de oficialização.

CAPÍTULO IV

REGIME FUNDACIONAL: PRÁTICA DE ENSINO PRIVADO COM REPRESENTAÇÃO DE ENSINO PÚBLICO

4 - REGIME FUNDACIONAL: PRÁTICA DE ENSINO PRIVADO COM REPRESENTAÇÃO DE ENSINO PÚBLICO

4.1 - Regime autárquico transitório: resistências à manutenção das faculdades públicas e gratuitas

Em manifesto divulgado após a intervenção nas faculdades, o prefeito Carlos de Paula Seára explicou desta maneira “ao povo de Itajaí” as atitudes tomadas naquele episódio:

“Cabe-nos dar-vos uma satisfação, no que diz respeito às medidas por nós tomadas, relativas às Faculdades de Direito e de Filosofia de nossa cidade. Pertence ao povo saber os atos e fatos que determinaram a ação do Poder Público. E, precisamente por isto, tão somente por isto, é que aqui estou, usando os microfones amigos de nossas emissoras, para dar uma satisfação do que foi feito para solucionar o impasse criado entre diretores daqueles estabelecimentos de Ensino Superior, alunos e autoridades de nossa terra, o qual vinha trazendo inquietação ao seio da família itajaiense. Ao tomar sobre o ombro a grande responsabilidade de solucionar este magno problema, ou seja - a legalização de nossas Faculdades, outra coisa não tive em mente, senão resguardar os interesses culturais de Itajaí.”¹

As palavras do prefeito confirmam que foi tão somente para solucionar o impasse criado pela não legalização das faculdades em tempo hábil, por parte da SIES, impasse intranquilizador, que o poder público municipal assumiu para si a grande responsabilidade do problema das faculdades. O problema agora pesava sobre os ombros do Município, embora não fosse esta sua vontade. Com certeza, tivessem sido outras as circunstâncias, o “problema” não teria sido avocado pela Prefeitura e Câmara de Vereadores, mesmo persistindo a esdrúxula situação de escolas superiores municipais, administradas como propriedades de instituição privada. Aquela impropriedade legal não intranquilizava o poder público, desinteressado do sustento das faculdades, perfilhadas por ele quatro anos atrás. Mas, naquela proclamação, o prefeito afirmou aos estudantes: “as faculdades são vossas, inteiramente vossas”; isto fez supor, públicas, fechando ainda a fala com o compromisso de legalizar e...

“Reabri-las o mais rápido possível, sem as escorchantes anuidades, e num ambiente onde o estudante se sinta feliz, onde possa fortificar mais e mais seu ideal, avivado pela mais cintilante chama que jamais se extinguirá.”

Restava saber, se tantas e tão explícitas declarações, de que se caminhava afinal para implantar ensino superior público e gratuito, eram de fato procedentes ou seriam arroubos

¹ A NAÇÃO, Itajaí, 02 abr 1968.

oratórios dum momento particularmente tenso e inusitado para a autoridade municipal. Os fatos posteriores vieram comprovar esta última hipótese, aliás, a hipótese mais plausível, visto que a Prefeitura Municipal nunca se importara com o financiamento das escolas superiores. Embora fossem elas estabelecimentos municipais, durante os anos de administração da SIES - 1965 a 1968 - “professores e funcionários, bem como seu diretor, não recebiam qualquer verba da prefeitura”²; pois “a SIES se mantinha com as taxas e mensalidades pagas pelos alunos.”³ Referindo-se àquele período, em especial ao ano de 1967, o responsável pelo setor financeiro da Sociedade Itajaiense de Ensino Superior, discriminou assim a receita e as despesas com os cursos superiores:

“As faculdades tinham mais ou menos 160 alunos, sendo que 137 pagavam a importância de Ncr\$ 30,00 (trinta cruzeiros novos) mensais, o que perfaz um total de Ncr\$ 4.110,00, e os 23 alunos restantes tinham bolsas-de-estudo doadas pela própria entidade mantenedora... As despesas de manutenção das faculdades assim se constituíam: folha de pagamento da Faculdade de Direito: Ncr\$ 1.600,00; folha de pagamento do pessoal administrativo das duas Faculdades: Ncr\$ 1.200,00; folha de pagamento da Faculdade de Filosofia: Ncr\$ 1.200,00; despesas de luz, água, prestações de livros, etc. Ncr\$ 4.500,00; déficit mensal de Ncr\$ 390,00 (trezentos e noventa cruzeiros novos).”⁴

Após o ato intervencionista de 29 de março de 1968, o Executivo Municipal teve que rever a controversa situação jurídica das faculdades, revogando leis e decretos ambíguos. Nova legislação instituiu a “Autarquia Municipal de Educação e Cultura da Cidade de Itajaí - AMECCI”, corporificada na Lei nº 892, de 25 de outubro de 1968, com a finalidade de congregar, organizar e manter os estabelecimentos municipais de ensino superior⁵. Os recursos necessários à manutenção seriam consignados anualmente no orçamento do Município. Além dos recursos alocados na lei orçamentária, deveriam constituir meios financeiros da autarquia as taxas e emolumentos escolares ou rendas de serviços prestados, bem como rendas provenientes de convênios, doações e operações de créditos eventuais.

No dia a dia da AMECCI, a administração dos cursos superiores mostrou-se logo problemática, pois o Município passou a resistir ao cumprimento do dever de sustentar financeiramente as faculdades; enquanto os alunos, entendendo muito bem que elas eram públicas, sustentavam o pagamento das mensalidades. Entendeu a administração municipal que poderia gerir os cursos de Filosofia e Direito sem ser o único responsável por sua manutenção. Considerou que os alunos e a comunidade universitária não alcançariam o entendimento,

² SANTA CATARINA. TRIBUNAL DE JUSTIÇA. Autos de Apelação Cível nº 7.167 da Comarca de Itajaí. Itajaí, 1969, Vol. 1, p. 138. Declarações do vereador Acyr Silva.

³ _____, p. 135. Declarações do vereador Américo Meinicke.

⁴ ESPÍNDOLA, Luiz Fernando. Minha nota. Jornal do Povo. Itajaí, 25 mai 1968, p. 6.

⁵ CADERNOS DAS FACULDADES. Itajaí, UNIVALI, 2 (3), 1993, p. 24-25.

segundo o qual, sendo o ensino superior gerido pelo município, o financiamento seria exclusivamente público. Enganou-se. Testemunha conspícua daquele período, o funcionário José Pedro Hoffmann confirmou:

“Era um problema seriíssimo. A secretaria não dispunha de material de espécie alguma, e o pouco que conseguia era junto à Prefeitura Municipal de Itajaí. Naquele tempo, tudo era direto com o Prefeito. Eu chegava bem humilde, esperava a vez de ser atendido: - Senhor Prefeito, é possível arrumar umas folhas de papel almaço para as provas dos alunos das Faculdades? - O quê? Já não basta à Prefeitura pagar salário dos professores, ainda querem que eu providencie material para alunos que não pagam as mensalidades? Mas acabava cedendo. Por último, ele deixou de atender.”⁶

Apesar de toda contrariedade do prefeito, nada havia de insólito em que o poder público financiasse salários e outras despesas dos seus estabelecimentos de ensino. Por isso, surpreenderam-se diretores, professores e alunos com as crescentes dificuldades apostas pelo governo municipal ao cumprimento das obrigações a que ele claramente se impusera, por conta da Lei nº 892, de 25 de outubro de 1968. Na esteira das dificuldades criadas, a edição do estatuto da AMECCI, a ser baixado por decreto do executivo, foi retardada. Com isto, ficaram dificultadas a administração e as finanças da autarquia, pois não se podia, por exemplo, criar cargos e funções necessários ao seu funcionamento, nem se dispunha de condições para o suprimento das dotações orçamentárias que cabiam a ela. A situação séria criada punha em risco os destinos do ensino superior público e levou o diretor-geral da autarquia, Lauro Mussi, a apelar à comunidade para que colaborasse com eficiência no sustento das faculdades; bem como ao Governo do Estado pediu uma ajuda substancial⁷. Mesmo os diretores das Faculdades de Filosofia e Direito, Moacyr Tarsia Morisco e Florivaldo Diniz, deram prazo para que o estatuto fosse sancionado, sob pena de renunciarem a seus cargos⁸.

Sem assumir que tencionava, o quanto antes, tirar dos ombros o incômodo fardo da manutenção das faculdades, o governo do Município, em primeiro lugar, julgou possível agregar as escolas superiores itajaienses à universidade regional, com sede em Blumenau. O prefeito compareceu, em 5 de outubro de 1968, ao I Encontro Intermunicipal pró-Ensino Superior no Vale do Itajaí e firmou com outros prefeitos municipais e vereadores a “Carta de Ibirama”, entre cujas decisões estava a criação de uma universidade no Vale do Itajaí. Mas esta possibilidade, tão logo se tornou pública, levantou grande celeuma, tendo o prefeito desmentido tal intenção e demitido os diretores das faculdades, porque eles, pela imprensa, haviam-no censurado por assinar o documento de Ibirama⁹. Malogrou, assim, o primeiro intento, ante à reação adversa. O Município avaliara mal os reais custos do ensino superior,

⁶ CADERNOS DAS FACULDADES. Itajaí, UNIVALI, 1 (2), 1992. p. 44-45.

⁷ JORNAL DO POVO, Itajaí, 1 abr 1969.

⁸ JORNAL DO POVO, Itajaí 30 out 1968.

⁹ CADERNOS DAS FACULDADES. Itajaí, UNIVALI, 2, (3), 1993. p. 45.

aos quais para fazer frente agora alegava falta de recursos financeiros. Por isto, passou a buscar meios de se liberar destes encargos, inclusive tentando formar uma opinião contrária àquelas despesas:

“A Prefeitura Municipal vinha pagando a operários encarregados de alguns setores de trabalho um adicional de Ncr\$ 20,00. Agora o Sr. Lito Seára “cortou” o adicional e, interpelado por alguns prejudicados, informou que o corte foi feito para ajudar a pagar as despesas das Faculdades...”¹⁰

Mais uma vez a crise se instalava, por conta da resistência e dificuldades do governo municipal em bancar o ensino superior. No aprofundamento da crise, o diretor-geral da autarquia solicitou demissão em caráter irrevogável e o fato mereceu o seguinte comentário da imprensa:

“Afirma-se que o Dr. Mussi descontentou-se por falta do apoio do próprio Prefeito do Município, deixando-o por demais sobrecarregado de responsabilidades, limitando-se em dar a ajuda constante do orçamento... Por outro lado, as Faculdades são deficitárias, além de cada aluno pagar 35 cruzeiros novos por mês. Uma pena o que estamos assistindo...”¹¹

A demissão de Lauro Mussi, ferrenho defensor dos direitos do Município na gerência dos cursos superiores como procurador jurídico da Prefeitura e seu advogado na rumorosa pendência judicial com a SIES; do mesmo modo que as anteriores exonerações de Moacyr Társia Morisco e Florisvaldo Diniz, enfraquecia o grupo de partidários da manutenção pública do ensino superior. Mussi foi substituído pelo advogado e professor Francisco Rangel, outro simpatizante da proposta publicista. O novo diretor-geral da AMMECCI pôs todo empenho na busca de solução para o impasse vivido. Era preciso com urgência liberar o Município dos encargos incômodos, sem descartar a participação governamental. A segunda solução aventada então foi a integração dos cursos de Filosofia e Direito à UDESC - Universidade para o Desenvolvimento do Estado de Santa Catarina¹². Uma comissão de diretores professores e acadêmicos, com o prefeito, chegou a ser formada para uma audiência com o governador Ivo Silveira. No entanto, não logrou êxito, visto que também o governo estadual resistia em arcar com as despesas financeiras dessa integração. Cabe registrar ainda, que nessa época já se disseminava entre os administradores da educação pública brasileira o entendimento de que o ensino universitário público e gratuito para todos deveria ser eliminado. Este, inclusive, era o entendimento do então Reitor da UDESC, Celestino Sachet, repetindo o pensamento do Ministro da Educação e Cultura Jarbas Passarinho, para quem “a gratuidade indiscriminada do ensino é, antes de tudo, profundamente antidemocrática.”¹³

¹⁰ O LIBERAL, Itajaí, 15 jun 1968.

¹¹ JORNAL DO POVO, Itajaí, 19 abr 1969.

¹² A NAÇÃO, Itajaí, 14 jun 1969.

¹³ SACHET, Celestino. Ensino Superior e desenvolvimento regional. In: Ensaio sobre sociologia e desenvolvimento em Santa Catarina. Florianópolis, EDEME/UDESC, 1971.

O repentino falecimento do professor Francisco Rangel levou à direção geral da AMECCI o professor Mário Juarez de Oliveira, antes diretor da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras. Com sua assunção ao cargo, chegava à administração do ensino superior de Itajaí o grupo maçônico e privatista, responsável pelo fim do desprestigiado regime autárquico e pela introdução do modelo fundacional de ensino superior, público de direito, mas privado de fato. Afinal encontrara a Municipalidade a solução pela qual tanto ansiava: somente os alunos arcariam com o ônus do financiamento das faculdades. A inovadora proposta, contudo, só seria implantada pela nova administração municipal do prefeito Júlio César, empossada no ano de 1970.

4.2 - Desobrigação do poder público com o financiamento do ensino superior regionalizado

Desde os primeiros embates pela fundação das faculdades em Itajaí, se pôde sentir o alheamento e detectar a oposição de setores governamentais à criação de cursos superiores no interior de Santa Catarina:

“Com efeito, não se encontrando ecos nas esferas federal e estadual, tentou-se e com grande proveito, organizar por conta do Município as cobiçadas instituições de ensino superior”¹⁴

A postura contrária à interiorização do ensino superior tinha como argumento a falta de condições técnicas necessárias nas cidades interessadas, assim entendidas como instalações apropriadas, bibliotecas e laboratórios, e professores habilitados. Mas, em última análise, a vontade de centralizar em Florianópolis o ensino universitário era o que ocasionava a oposição dos chamados “círculos da Capital”, dentre os quais eram contados a direção da Universidade Federal de Santa Catarina e alguns conselheiros do Conselho Estadual de Educação, o que levou o presidente da SIES - Sociedade Itajaíense de Ensino Superior a este desafio:

“ ‘Data vênia’, já é tempo de os cidadãos do mundo da Cultura e da Educação da CAPITAL DO ESTADO compartilharem seu pontificado intelectual e magisterial com seus confrades do Interior... A era dos ‘medalhões’, dos ‘canastrões’ já passou... ‘primeiro e único’ só mesmo o ‘Momo’... faz-se mister, porém, um ‘BASTA’ ao ‘carnaval’ do cabotismo e da demagogia’ ”¹⁵

Outro fator subjacente que pesava sobremaneira neste posicionamento contrário era a resistência em despender recursos públicos com as novas escolas universitárias que viessem a ser fundadas noutras regiões catarinenses. Diversas foram, na ocasião, as manifestações de autoridades educacionais, negando de pronto qualquer possibilidade de ajuda financeira oficial ao ensino universitário do interior. O reitor do Instituto Estadual de Educação e membro do

¹⁴ A NAÇÃO, Itajaí, 23 mar 1965.

¹⁵ CADERNOS DAS FACULDADES, Itajaí, UNIVALI, 1 (2), 1992. p. 64.

Conselho Estadual de Educação, Orlando Ferreira de Mello, fora categórico em suas declarações à imprensa, a propósito de financiamento público: “o governo jamais permitirá o funcionamento da faculdade, às suas próprias expensas”. E completou nada otimista: “depois de completamente alfabetizado o país, então poderão ser abertas as faculdades”¹⁶.

Nas manifestações contrárias ao que consideravam um direito imposterável, os promotores da interiorização julgavam ver manobra dos que insistiam na centralização e negavam partilhar os recursos públicos:

“Alegam, em certos círculos da Capital, que estamos a fazer COAÇÃO! Coação?... Coação sim, mas a que existe é contra nós!... Coação partida de quem teme que sua verba astronômica (para “despesas” com pessoal) venha a ser partilhada com o interior do Estado...”¹⁷.

Emocionalismos à parte, a continuidade de uma política centralizadora se tornara insustentável, porque em Santa Catarina era histórica a falta de integração entre as regiões do estado e a Capital. Além disso, o meio mais eficaz para deselitizar o ensino superior é instalá-lo o mais próximo possível do futuro alunado. Quanto às ressalvas apostas às condições de espaço físico, equipamentos e pessoal, consideradas precárias em muitos dos estabelecimentos nascentes, era preciso também ponderar com os exemplos dos cursos universitários de Florianópolis que, no seu início, “bem ou mal, eram conduzidos pelo escasso pessoal especializado existente.”¹⁸ Por conseguinte, não fazia sentido manter-se postura tão refratária à interiorização, pelo menos por razões assim insubsistentes.

A partir de 1968, no entanto, circunstâncias nacionais e a realidade catarinense emergente levaram a mudanças deste posicionamento anti-regionalização. Nesse ano, o “movimento dos excedentes” pressionara o governo federal, com numerosas manifestações públicas de estudantes e professores universitários, a expandir o número de vagas no sistema de ensino superior. As campanhas dos excedentes reclamavam o direito à matrícula, inclusive através de inúmeros mandados de segurança, deferidos pelas autoridades judiciais. Sentindo-se pressionado pelas levas de estudantes que não conseguiam ingressar no terceiro grau e constatando a carência de recursos federais para aumentar o número de vagas na universidade de acordo com a demanda, o governo da União optou por adotar uma série de providências, “destinadas a conseguir a rápida expansão do número de vagas do sistema de ensino superior brasileiro.”¹⁹ Estas medidas emergenciais se consubstanciaram numa maior abertura ao autofinanciamento do ensino superior pelos interessados e num abrandamento das exigências do Conselho Federal de Educação nos pedidos de autorização para a criação de novas

¹⁶ A NAÇÃO, Itajaí, 29 mar 1965.

¹⁷ A NAÇÃO, Itajaí, 23 mar 1965.

¹⁸ SACHET, Celestino. Op. cit. 73.

¹⁹ VAHL, Teodoro Rogério. A privatização do ensino superior no Brasil: causas e conseqüências. Florianópolis, UFSC/Lunardelli, 1987. p. 86.

faculdades²⁰. Não resta dúvida, essas providências tiveram nítido caráter político, a visar o fim do conturbado clima de manifestações estudantis, desobrigar o governo de mais investir em educação superior e favorecer a privatização. Estava deflagrado “sob o olhar benevolente do Estado”²¹, o processo de expansão do ensino universitário brasileiro, sem ônus para os cofres governamentais e aberto sem dispêndio público um canal para as camadas médias da população, tão pressurosas por ascensão social.

Mais, ainda, o governo Garrastazu Médici, 1969-1973, inaugura-se sob o binômio segurança e desenvolvimento. Ora, o desenvolvimento requeria recursos humanos qualificados, enquanto a segurança supunha valores adequadamente inculcados. Um e outra só podiam ser bem atendidos pela educação. Estava visto, pois, que a educação superior haveria de merecer atenção especial no programa de ação do governo. Aí, de modo incisivo se especificava: “no ensino superior: expansão de cerca de 80% no total de matrículas, elevando-se de 320.000, em 1969, para 580.000, em 1973, com 260.000 matrículas.”²² Já no caso de Santa Catarina, o número de matriculados no terceiro grau colocava o Estado em desvantagem, tanto em relação aos outros estados sulinos, quanto ao país. No início da década de 1970, a relação aluno matriculado no ensino superior por 1.000 habitantes era, no Brasil, 4,2; em Santa Catarina, 2,3²³. Eram assim convencidas as autoridades estaduais de que deveriam estimular a criação de novos cursos superiores, como meio de combater a desocupação e subocupação de recursos humanos, cujo custo social se fazia pesado para o Estado. Voltaram-se os responsáveis pelo planejamento governamental a programar o papel a ser desenvolvido pelo governo catarinense no processo de expansão do ensino universitário, convencidos de que a interiorização era irreversível e necessária.

De fato, em 1968, passaram a participar das discussões sobre a regionalização consciente do ensino superior em Santa Catarina órgãos estaduais como a UDESC, Secretaria de Educação e Conselho Estadual de Educação. Assim aconteceu em Criciúma, no seminário promovido pela Câmara Júnior da cidade; em Ibirama, na reunião dos municípios do Vale do Itajaí e em Balneário Camboriú, num encontro regional programado pelos responsáveis pelo ensino superior não federal. Mas foi no I Colóquio sobre Regionalização do Ensino Superior que o governo estadual assumiu a direção do processo em andamento. O colóquio, acontecido em Florianópolis, nos dias 30 de novembro e 1º de dezembro de 1968, teve o patrocínio da UDESC e dele participaram a UDESC, Fundação Joinvilense de Ensino, Fundação Universitária de Blumenau, Fundação Educacional de Lages, Fundação Universitária do Oeste Catarinense, Fundação Educacional do Sul de Santa Catarina, Fundação Universitária de

²⁰ _____ . Op. cit. p. 104.

²¹ _____ . Op. cit. p.89.

²² BRASIL. PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA. Metas e bases para a ação do governo. Brasília, 1970. p. 58.

²³ SACHET, Celestino. Op. cit. p. 71.

Criciúma, Autarquia Municipal de Educação e Cultura da Cidade de Itajaí, Fundação Educacional do Alto Vale do Itajaí. Os participantes, em documento final, considerando que:

“a regionalização e expansão do ensino superior em todas as áreas do estado é processo irrefreável, necessário ao desenvolvimento pleno de Santa Catarina e portanto, válido em todas as suas nuances; este processo de regionalização deve caminhar harmonicamente para que seja realizado em toda sua amplitude.”

resolveram “instituir a Comissão de Estudos para o Desenvolvimento do Ensino Superior em Santa Catarina (CEDESC), integrada por todas as entidades desta área de ensino.”²⁴

Logo a seguir, o governo do Estado, através do Plano Estadual de Educação, determinava a criação de um grupo de trabalho destinado a formular a política de ensino superior de Santa Catarina. O referido grupo de trabalho, em outubro de 1970, entregou ao Conselho Estadual de Educação um anteprojeto a ser discutido e aprovado. O documento, entre outras proposições, sugeriu a divisão do Estado nas seguintes regiões geoeeducacionais: Grande Florianópolis, Norte/Nordeste, Litoral Sul, Bacia do Itajaí, Planalto de Lages, Bacia do Rio do Peixe e Oeste, nas quais uma única entidade universitária deveria ser implantada, “mantida pela comunidade com a participação integrada do poder público da região”; acrescentando peremptório, “nenhum estabelecimento de ensino superior será autorizado a funcionar, se não ficar comprovada a solidez financeira da entidade mantenedora, independente de possíveis suplementações do poder público estadual ou federal.”²⁵ A estratégia montada por aquelas autoridades educacionais apontou com clareza para a implementação de uma política oficial que desobrigava o poder público estadual e federal de financiamento do ensino superior regionalizado em Santa Catarina, sem contudo abrir mão do gerenciamento do processo de expansão. Não admira que também os Municípios, instituidores de cursos universitários, fizessem o mesmo, utilizando-se do expediente legal das fundações educacionais, financiadas apenas por mensalidades escolares.

4.3 - Opção pelo regime fundacional: autores e razões

A necessidade de assessorar tecnicamente os diretores na montagem dos processos de reconhecimento das faculdades pelo Conselho Federal de Educação e a decisão de desobrigar, o quanto antes, o Município do compromisso incômodo de manter o ensino superior de Itajaí tinham levado o prefeito Carlos de Paula Seára a contratar o professor Guilherme Guimbala, como inspetor colaborador, em meados de 1969. O professor Guimbala era ex-inspetor federal de ensino superior e fora professor das Faculdades de Filosofia, Ciências e Letras de Paranaguá-PR e Ciências Econômicas de Joinville. Nos últimos tempos, vinha prestando

²⁴ SACHET, Celestino. Op. cit. p. 76.

²⁵ _____ . Op. cit. p. 80.

serviços de assessoria técnica educacional às novas faculdades do interior catarinense, carentes de experiência no lidar com a intrincada burocracia do MEC e do Conselho Federal de Educação. Foi ele quem idealizou a transformação da desacreditada Autarquia Municipal de Educação e Cultura em Fundação²⁶.

A AMECCI se tornara desprestigiada pela prática administrativa do Governo Municipal que a equiparou às demais repartições públicas, sem autonomia financeira, porque incapaz de gerar receita própria suficiente para sua manutenção. Daí a busca de um remédio administrativo, qual seja, a fundação, capaz de resolver aquele problema. Aliás, vivia-se, nesse período, no Brasil, a “era das fundações”, apresentadas pelos agentes do governo como “solução para a problemática universitária”, conforme declarações do Ministro Tarso Dutra a um jornal carioca em junho de 1968²⁷. Em Santa Catarina, até o ano de 1970, todo o sistema de ensino superior municipalizado já tinha adotado o regime fundacional. Faltava só o itajaiense.

Cabe ressaltar, quando destas primeiras iniciativas, a inexistência de doutrina jurídica uniforme sobre o conceito de fundação, para aquelas instituídas pelo poder público. A diversidade de doutrinas foi responsável por encaminhamentos confusos sobre a personalidade jurídica das fundações criadas pelos governos, ora de direito público, ora de direito privado. Indubitavelmente, o poder público lançou mão dessa nova entidade porque pretendia exercer atividades de ensino de modo mais empresarial ou mercantil, sem os entraves legais da hierarquizada e anacrônica autarquia. Buscavam-se os favores da privatismo, quando isto era benéfico, afastando-o, quando gerasse ônus²⁸.

Em 31 de janeiro de 1970, assumiu o governo do Município o prefeito Júlio César. Sua eleição levava ao poder a dita “ala renovadora” da ARENA local, facção majoritariamente udenista e aliada incondicional das políticas governamentais pós-1964. Passaram a ter voz na política e administração municipal líderes privatistas como Irineu Bornhausen, Genésio Miranda Lins e Antônio Carlos Konder Reis. Reforçando este alinhamento às diretrizes do Ministério da Educação e Cultura, de eliminação da gratuidade no ensino superior, tinha-se agora na direção do Município e da AMECCI maçons entusiastas da livre empresa, inclusive na educação: o prefeito e o diretor-geral da autarquia. Os pedreiros livres, tidos e havidos como liberais, sempre defenderam com ardor a iniciativa privada. Em 1967, por exemplo, no Ginásio Industrial Presidente Nereu de Oliveira Ramos, o grão-mestre Nivaldo Detoie presidiu, como convidado especial, a conferência em que outro maçom e empresário defendeu a prática da iniciativa privada no campo do ensino superior da cidade²⁹. Não havia, por conseguinte,

²⁶ A NAÇÃO, Itajaí, 14 nov 1970.

²⁷ SENNA, Homero & MONTEIRO, Clóvis Zobaran. Fundações no direito e na administração. Rio de Janeiro, Fundação Getúlio Vargas, 1970. p. 172.

²⁸ _____, Op. cit. p. 53.

²⁹ SANTA CATARINA. TRIBUNAL DE JUSTIÇA. Autos da Apelação Cível nº 7.167 da Comarca de Itajaí, 1969, vol. 1. p. 97.

nenhuma identidade ideológica dos novos administradores municipais e da AMECCI com a defesa do ensino universitário público e gratuito. Assim mesmo, o processo de transformação da autarquia em fundação gerou polêmica³⁰. O grupo contrário tinha dúvidas e queria “saber se a fundação é uma entidade de direito público ou privado.” Temia-se a reprivatização das faculdades, inaceitável por causa dos episódios desgastantes da fase SIES. Em vista disso, os promotores da transformação se adiantaram em esclarecer que a fundação seria uma entidade de direito público.

Duas justificativas foram apresentadas pelo professor Guilherme Guimbala à modificação pretendida: o exemplo norte-americano, pois “os Estados Unidos desconhecem o sistema de autarquia” e o fato de que a fundação é “um sistema melhor e mais atualizado para a manutenção de escolas superiores”, devido a uma série de vantagens assim enumeradas por ele:

“A lei de incentivos fiscais permite que as empresas façam doação às fundações, descontando-a no imposto de renda; evita o problema do acúmulo de cargo; viabilidade do recebimento de verbas do exterior.”³¹

O prefeito Júlio César, por seu turno, prevendo as restrições dos vereadores, justificou, na mensagem enviada à Câmara Municipal, como única solução para o reconhecimento federal das faculdades, a transformação da autarquia em fundação. Escreveu ele no documento que encaminhava o projeto de lei:

“Estamos ultimando o processo de reconhecimento das faculdades e, para dar entrada do mesmo no Ministério da Educação e Cultura, tivemos necessidade de alterar substancialmente o quadro de professores daquelas escolas, porque a grande maioria deles não possui a habilitação para o magistério superior. Por isso, temos necessidade de contratar professores que já lecionam em escolas superiores federais e estaduais, e estes não poderiam aceitar o nosso convite porque sendo a entidade mantenedora das faculdades uma autarquia, configurava-se a acumulação de cargos vedada pela Constituição. Assim, sendo, a única solução será a transformação da Autarquia em Fundação.”³²

De novo o Legislativo municipal teve que apreciar o projeto encaminhado pelo Executivo em regime de urgência, com dispensa dos prazos regimentais, pedido pelo prefeito, “visto ter-se necessidade de encaminhar o processo para o MEC com a maior brevidade.” Escarmentados pela péssima experiência de 1964, quando a Câmara Municipal teve que aprovar às pressas o projeto de oficialização das faculdades, juridicamente questionável, alguns vereadores reagiram, capitaneados pelo vereador Heluiz Antônio de Moraes Gonzaga (ARENA). A maioria governista, no entanto, fez valer a urgência solicitada pelo Executivo. O

³⁰ A NAÇÃO, Itajaí, 14 nov 1970.

³¹ A NAÇÃO, Itajaí, 14 nov 1970.

³² ITAJAÍ. CÂMARA MUNICIPAL. Ofício 10 nov 1970.

projeto de lei acabou aprovado, com uma emenda do vereador Airton de Souza (MDB) ao parágrafo 2º do artigo 1º, estabelecendo que o estatuto da nova fundação fosse apreciado pela Câmara de Vereadores³³. A aprovação se fizera inevitável, pois o prefeito dispunha de ampla maioria entre os edis e porque o reconhecimento federal das faculdades se fazia uma necessidade legal e aspiração primeira da comunidade universitária. Posta como foi, essencial ao processo de reconhecimento, a criação da fundação dificilmente seria obstada pelos legisladores do Município.

Aprovado o projeto, no dia seguinte, 11 de novembro de 1970, ele foi sancionado pelo prefeito Municipal, transformando-se na Lei nº 1.047, que instituiu a Fundação de Ensino do Pólo Geo-educacional do Vale do Itajaí - FEPEVI. À FEPEVI, pessoa jurídica de direito público, coube a administração e manutenção do ensino superior de Itajaí, com autonomia didática, administrativa, financeira e disciplinar, e administrada por um conselho deliberativo, composto de quinze membros, um presidente, um diretor-geral e um secretário-geral, responsáveis pela direção executiva.³⁴ Concluiu-se, enfim, o processo pelo qual o Município repassava à comunidade universitária, em geral, e aos estudantes, em particular, a responsabilidade das escolas superiores que criara. Pois se era procedente a alegação de se evitar a acumulação de cargos, sem dúvida, a manutenção das faculdades fora a razão maior para a sua transformação em Fundação tão diligentemente buscada pelo poder público municipal. A animar a caminhada da FEPEVI, agora às suas próprias custas, o Município doou-lhe através da Lei nº 1.058, de 3 de dezembro de 1970 o prédio da biblioteca Central de Itajaí, bem como móveis e acervo bibliográfico³⁵.

A primeira presidência da FEPEVI coube, por nomeação do prefeito Júlio Cesar, ao ex-deputado Genésio Miranda Lins. Ele foi nomeado pelo decreto nº 587, de 21 de janeiro de 1971, para um mandato de dois anos, consoante estabelecia o estatuto, aprovado pelo decreto nº 585, de 11 de janeiro de 1971. O presidente Genésio Miranda Lins, no ato de posse, em 25 de janeiro, prometeu “empenhar-se ao máximo para que Itajaí tenha realmente ofilizadas suas duas faculdades dentro do menor espaço de tempo, ensejando aos estudantes mais confiança e estímulo para prosseguir prestigiando a FEPEVI.”³⁶ Afinal, de agora para frente, da contribuição dos acadêmicos dependia acima de tudo a sustentação financeira da Fundação, sabia-o muito bem o ex-banqueiro e presidente. A respeitabilidade política e comunitária, aliada à sua comprovada competência empresarial, fez da escolha de Genésio Miranda Lins a mais adequada à instituição que haveria de lidar com as leis de mercado para bem sobreviver.

³³ ITAJAÍ. CÂMARA MUNICIPAL. Ata da 2ª Reunião Ordinária, 10 nov 1970.

³⁴ JORNAL DO POVO, Itajaí, 05 dez 1970.

³⁵ . Itajaí, 24 dez 1970.

³⁶ A NAÇÃO, Itajaí, 27 jan 1971.

4.4 - Implicações do modelo fundacional na caracterização do ensino superior da FEPEVI

Em seu estudo, “O processo de criação de uma universidade no Brasil: o caso UNIVALI - Universidade do Vale do Itajaí”³⁷, José Roberto Reis faz a seguinte afirmação:

“Adequando sua realidade, a AMECCI, transformou-se em fundação, dando origem à Fundação de Ensino do Pólo Geoeducacional do Vale do Itajaí - FEPEVI, criada pela Lei Municipal nº 1047, de 11.11.1970. Sem dúvida, este fora o marco de relevância para o ensino superior itajaiense, de tal forma, que no ano seguinte foram reconhecidos os cursos das faculdades existentes, cuja consolidação possibilitou a criação de diversas outras.”

A afirmação é verdadeira, se considerados apenas os ganhos com a expansão de cursos. Neste sentido, a introdução do regime fundacional foi um “marco de relevância” na história do ensino superior da cidade, pois ao oportunizar-lhe vivenciar uma fórmula de sustentação financeira, centrada no autofinanciamento por parte dos alunos, possibilitou aumentar a oferta. Esta fórmula, porém, condicionou também a FEPEVI a ofertar continuamente novos cursos, equilibrando cursos deficitários com outros de superávit, sempre na conquista de mercados novos. Desta maneira, a expansão se tornou um marco positivo para a instituição e uma sina: expandir sempre sem muito cuidado com a qualidade.

Por isso, o objetivo básico de uma fundação universitária como a FEPEVI se resumia a ensinar, não poucas vezes com precariedade. Nunca sobravam recursos para a pesquisa, os quais deveriam ser buscados em outras fontes financiadoras, nem sempre ao alcance de instituições com poucos meios e pouca experiência. Quanto à extensão, ela “se limitava à ministração de cursos, treinamentos e, mais raramente, à prestação de serviços técnicos.”³⁸ Embora a situação ideal fosse o atendimento igualitário ao ensino, à pesquisa e à extensão, a realidade financeira obrigou a aceitação do “pragmatismo do possível”, no dizer, entre reflexivo e crítico, de Genoíno Bordignon:

“Diante da constatação dessas realidades, qual nossa posição? Reduzir nossos ideais ao pragmatismo do possível, ou manter a direção do irrealizável, até o presente, mas sempre desejável? São as instituições de ensino superior que estão aquém, ou o ideal proposto é que está além da realidade possível? Ou será, finalmente, que o ideal é o que está sendo vislumbrado?”³⁹

³⁷ REIS, José Roberto. O Processo de criação de uma universidade no Brasil: o caso UNIVALI - Universidade do Vale do Itajaí. Florianópolis, dissertação (M) UFSC, 1990. p. 57.

³⁸ BORDIGNON, Genuíno. Estabelecimentos isolados de ensino superior: um estudo das fundações educacionais de Santa Catarina. Rio de Janeiro, Fundação Getúlio Vargas, 1978. p. 104.

³⁹ _____. Op. cit. p. 104.

Não resta dúvida de que a opção pelo ensino pago, agindo a FEPEVI qual fosse empresa educacional privada, na busca necessária de ganhos financeiros, condicionou-a a só ensinar. Os custos eram menores: turmas numerosas, salários baixos e equipamentos exíguos. Nessas condições, a extensão se reduziu ao repasse de saber já existente e a pesquisa científica se fez mera utopia pedagógica.

O figurino legal adotado, a partir da Lei nº 1.047, de 11 de novembro de 1970, para a mantenedora do ensino superior de Itajaí, se bem analisado, na prática, constituiu-se numa contrafação do verdadeiro ideal de fundação, que:

“se fundamenta na filosofia de participação de pessoas e entidades, na consecução de um objetivo social que se transcendem, implica em colocar à disposição de finalidades sociais eleitas, patrimônio e bens particulares.”⁴⁰

Ora, no caso da FEPEVI, nada disso aconteceu, pois a participação de pessoas e entidades comunitárias na sua manutenção sempre foi inexpressiva. Inclusive, aquelas expectativas suscitadas ao criá-la, quanto à contribuição financeira de empresas e o recebimento de verbas do exterior, pouco ou nada significaram de concreto. Sua sobrevivência, assim, ficou dependente das mensalidades escolares. Então, um paradoxo se evidenciou, a mantenedora passou a ser mantida pelas faculdades, prestadoras do serviço cobrado⁴¹.

Outra observação pertinente ao processo administrativo vivenciado, ilustrativa da distorção da filosofia fundacional, foi a sempre forte ingerência do Governo Municipal na direção da entidade. O direito legal outorgado ao prefeito de nomear o presidente da FEPEVI dava-lhe um poder que excedia à minguada contribuição do poder público ao ensino superior. Periodicamente, a cada renovação do mandato de seu dirigente máximo, ficava ela à mercê do jogo político Municipal e obstaculizada a administração comunitária da fundação.

Entre as implicações deste modelo fundacional nas características da educação superior ofertada, vale considerar a qualidade do ensino. No dizer do professor Hélio Pontes,

“A qualidade de ensino é influenciada basicamente pela orientação didática (tempo dedicado pelo professor à instituição e execução de currículos ajustados às finalidades do curso) e dedicação que o aluno dá ao seu trabalho escolar.”⁴²

A manutenção da FEPEVI passou a depender exclusivamente da cobrança de taxas escolares, as quais influíam na qualidade do ensino. As condições financeiras do alunado determinavam o valor das taxas cobradas, pois a instituição se via obrigada a obedecer a regras mercadológicas. Trabalhando com clientela residual, isto é, remanescente do ingresso não

⁴⁰ BORDIGNON, Genuíno. Op. cit. p. 112.

⁴¹ FEPEVI. Relatório 1973/1974. Itajaí, 1975.

⁴² PONTES, Hélio. Problemas e perspectivas das escolas particulares isoladas de ensino superior. Educação, Brasília, 6, (24): abr/set 1977.

conseguido em universidades públicas e alunos de pouco poder aquisitivo, a fundação nunca pôde estabelecer anuidades altas.

“Em razão disso, dois pontos de equilíbrio não podiam ser rompidos, sob pena de ‘quebrar’ financeiramente a instituição: 1) um padrão de qualidade não podia superar as possibilidades financeiras; 2) a definição das taxas não podia superar a capacidade de pagar do estudante. Se esta capacidade de pagar do aluno limita o valor das taxas, isto significa que a clientela condiciona, ela própria, a qualidade do ensino das escolas que frequenta.”⁴³

Debatia-se a FEPEVI, pelo visto, entre duas realidades impossíveis de serem conciliadas: a cobrança de estudantes, professores e comunidade por melhor qualidade de ensino e a pressão estudantil para que não fossem elevadas as anuidades. O fim desta contradição somente seria possível com a superação do financiamento exclusivo pelos alunos, alocando-se recursos públicos para a instituição. Quer dizer, assumindo o poder público participar da manutenção do ensino superior. Mas isto seria retornar à questão inicial da história das faculdades de Itajaí: ensino público ou ensino privado.

⁴³ PONTES, Hélio. *Op. cit.* p. 91.

CONCLUSÃO

Este trabalho, que teve como intenção estudar a proposta dos fundadores e dirigentes do ensino superior de Itajaí, no período 1962/1970, principalmente a conflitiva relação entre a entidade privada fundadora e o poder público municipal, em que pese as suas limitações, engendrou explicações importantes para a compreensão do tema estudado.

Ficou demonstrado que a interiorização do ensino superior nos anos 60, onde se inseriu a fundação das faculdades itajaienses, decorreu também do clima nacional vivido com intensidade no final de 1950 com vistas a levar o progresso para o interior do país, “onde existe o maior espírito de brasilidade”, cujo gesto simbólico maior foi a construção de Brasília. Pode-se dizer que o “hinterland” (palavra emblemática de uso corrente à época) quis compartilhar igualmente com as capitais as vantagens do bem-estar e da ascensão social.

Como o governo estadual, eleito em 1960, tardava em cumprir a promessa que fizera em campanha de levar ao interior de Santa Catarina os cursos superiores ansiados, despontaram nas cidades com maior expressão econômica iniciativas a cargo de particulares, que buscaram atender àquele anseio. Foi o caso de Itajaí, cujo progresso econômico avultava, gerando nova classe média, desejosa de ascender socialmente, malgrado as precárias condições culturais da cidade, o que tornava a iniciativa de fundar a educação superior uma empresa assaz temerária.

A fundação das faculdades de Filosofia e Direito foi, pois, um gesto ousado da iniciativa privada, quer dizer da SIES, que, no entanto, buscou o poder público Municipal como suporte, aparentemente para publicizar a educação de terceiro grau, mas em verdade como instrumento dos seus interesses privatistas. Iniciou-se daí em diante uma cumplicidade entre o público e o privado, em que o município fazia de conta que os cursos superiores eram privados e a SIES, por sua vez, fazia de conta que eles eram municipais. Posta às claras a esdrúxula situação vivida, em 1968 desmantelou-se o jogo de cumplicidades, já que as faculdades passaram à exclusiva alçada do governo local, não obstante as limitadas condições econômico-financeiras deste.

A administração municipal resistiu o quanto pôde em se assumir como mantenedora das faculdades que oficialmente criara. Buscou por todos os modos compartilhar tal responsabilidade com os Municípios da região e até com o Governo do Estado. Já então vivia-se a década de 70 em que os governos introjetaram idéias de refazer o ensino superior brasileiro segundo modelos advindos dos Estados Unidos. Eram os tempos de vigência dos acordos MEC-USAID, incentivadores da privatização do ensino e da criação de uma mentalidade empresarial dentro das escolas superiores.

Por isso, a edição da Lei nº 1.047, de 11 de novembro de 1970, que instituiu a FEPEVI - Fundação de Ensino do Pólo Geo-educacional do Vale do Itajaí como mantenedora das faculdades existentes, significou a “refundação” do ensino superior, na medida em que a introdução do modelo fundacional, ou seja, ensino público pago, diferia do ensino privado originalmente intentado pela SIES e do ensino público gratuito. Vale notar que esta medida “salvadora” se encaixou ajustadamente ao discurso dos governos pós-64, segundo o qual a gratuidade para todos da educação universitária era providência “antidemocrática”. A intenção de se privatizar, tanto quanto se podia, o ensino superior público, dando-lhe corte empresarial e introduzindo-o nas leis de mercado, estava manifesta. Disto foi um emblema a nomeação do reconhecido empresário e banqueiro Genésio Miranda Lins para primeiro presidente da FEPEVI.

O regime fundacional, se de um lado criou meios materiais de expansão para o ensino superior, de outro, descuidou da qualidade deste ensino; refreou a expansão do ensino superior público e gratuito e gerou novo público estudantil, demais preocupado com a sobrevivência pessoal e menos politizado, tão ao gosto dos governos militares.

Aos que agora vivem a UNIVERSIDADE DO VALE DO ITAJAÍ, criada em 1991, cabe recuperar as oportunidades perdidas, buscar a participação do Estado no financiamento das atividades de ensino e pesquisa e construir com isto um ensino mais democratizado e qualitativamente aprimorado.

Nem tudo se quis ou se pôde estudar nesta dissertação. Muitas outras e relevantes questões ficarão para um estudo mais aprofundado. Dentre elas, sociedade e economia itajaienses nos anos 50 e 60; as relações entre o público e o privado na realidade local; o papel das elites na construção da mentalidade; as ingerências da imprensa; a ação do movimento estudantil e tudo aquilo que se passou na FEPEVI após 1970.

São questões a conduzir futuras pesquisas, na continuidade deste trabalho, para quem tiver suficiente engenho e arte.

FONTES

Em Florianópolis:

a. Conselho Estadual de Educação:

1. Atas das reuniões do Conselho Estadual de Educação, período 1965/1970.
2. Resoluções do CEE, período 1965/1978.

b. Tribunal de Justiça do Estado de Santa Catarina/Arquivo Histórico:

Autos de Apelação Cível nº 7.167 da Comarca de Itajaí. Apelante: SIES - Sociedade itajaiense de Ensino Superior. Apelada: Prefeitura Municipal de Itajaí, 1969.

Em Itajaí:

a. Arquivo Histórico de Itajaí:

1. Fundo Câmara Municipal de Itajaí:
Série Correspondências, período 1964/1970;
Série Atas de Reuniões da Câmara Municipal, período 1964/1970.
2. Fundo Prefeitura Municipal de Itajaí:
Série Gabinete do Prefeito, Subsérie: Correspondências recebidas e expedidas, período 1964/1970; Subsérie: Relatórios do Prefeito Municipal, período 1964/1970.
Série Leis e Projetos de Lei, período 1964/1970.
3. Dossiê FEPEVI/UNIVALI, coleção de diversos documentos sobre a instituição mantenedora do ensino superior em Itajaí.
4. Coleção do Jornal ITAJAÍ, de Itajaí-SC, período 1958/1960.
5. Coleção do JORNAL DO POVO, de Itajaí-SC, período de 1935/1989.
6. Coleção do Jornal A NAÇÃO, Edição de Itajaí-SC, período 1962/1978.
7. Coleção do Jornal O POPULAR, de Itajaí-SC, período 1959/1961.

8. Acervo iconográfico, coleção de fotografias, período 1962/1970.
 9. Coleção de ANUÁRIOS DE ITAJAÍ, 1924, 1959-1960.
 10. Coleção de CADERNOS DAS FACULDADES Itajaí, UNIVALI, 1992-1993.
- b. Centro de Documentação Histórica e Memória Social da UNIVALI:
- . Correspondências expedidas e recebidas;
 - Atas e Relatórios da FEPEVI/UNIVALI;
 - . Coleção de Fotografias;
 - . Resoluções da instituição mantenedora.

BIBLIOGRAFIA

- ABREU, Alcides. Ainda é tempo. In: Universidade do Estado de S. Catarina. Idealização e construção da história: UDESC 1965-1990. Florianópolis, 1990.
- ADORNO, Sérgio. Educação e Patrimonialismo. In: Cadernos CEDES 25. O Público e o privado na educação brasileira contemporânea. São Paulo. CEDES/Papirus, 1991.
- ANDRADE, Arnaldo Rosa, de. Planejamento estratégico na fundação educacional do sul de S. Catarina: possibilidade e limitações. Florianópolis, dissertação (M) UFSC, 1987.
- ARANHA, Maria Lúcia de A. História da educação. São Paulo, Moderna, 1989.
- ARAÚJO, José Carlos Souza. Igreja católica no Brasil: um estudo de mentalidade ideológica. São Paulo, Edições Paulinas, 1986.
- BAHIA, Eliane Maria. Perfil de José Arthur Boiteux: um construtor da cultura catarinense. Florianópolis, dissertação (M), UFSC, 1994.
- BALDIN, Nelma. A Intendência da Marinha de Santa Catarina e a questão cisplatina. Florianópolis, FCC, 1980.
- BENEDETTI, Luiz Roberto. Os Santos nômades e o Deus estabelecido. São Paulo, Edições Paulinas, 1983.
- BIDIGARAY, Walson Simões. Itajaí menina. Itajaí 100 anos. Itajaí, 1960.
- BORDIGNON, Genuíno. Estabelecimentos isolados de ensino superior: um estudo das fundações educacionais de SC. Rio de Janeiro, Fundação Getúlio Vargas, 1978.
- BRAGA, Ronald. Ensino superior no país e na região: escolas isoladas. In: O ensino superior isolado particular: alguns aspectos de sua problemática. Brasília, MEC/DAU, 1978.
- BRANDÃO, Arnaldo. O Teatro em Itajaí. Jornal do Povo. Itajaí, 03 jan 1962.
- BRASIL. MEC. CFE. Normas para autorização e reconhecimento de cursos superiores. Brasília, CFE, 1978.
- BRASIL. MEC. DAU. O ensino superior isolado particular: alguns aspectos de sua problemática. Rio de Janeiro, Fundação IBGE, 1969.
- BRASIL. PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA. Metas e bases para a ação do governo. Brasília, 1970.
- BRASIL. SANTA CATARINA. ACAFE. Potencial do sistema fundacional de ensino superior de Santa Catarina. Florianópolis, 1979.
- BRASIL. SANTA CATARINA. CEE. Normas para autorização de cursos superiores e indicação de professores. Florianópolis, 1978.
- BRASIL. SANTA CATARINA. SEE. Análise da situação das fundações educacionais de SC. Florianópolis, CES, 1980.
- CARDOSO, Ciro Flamarion. Uma Introdução à história. São Paulo, Brasiliense, 1981.

- CARR, E. H. Que é história. São Paulo, Paz e Terra, 1989.
- CHARTIER, Roger. A História cultural, entre práticas e representações. Lisboa, DIFEL, 1990.
- CUNHA, Idaulo José. Evolução econômico-industrial de Santa Catarina. Florianópolis, FCC, 1982.
- CUNHA, Luiz Antônio. A Universidade temporã: o ensino superior da colônia à Era de Vargas. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 1980.
- D'ÁVILA, Edison. Pequena história de Itajaí. Itajaí, Prefeitura Municipal/Fundação Genésio Miranda Lins, 1982.
- DELLA GIUSTINA, Osvaldo. Região Sul: um plano integrado para o desenvolvimento do ensino. Tubarão, Fundação Educacional do Sul de S. Catarina, 1968.
- DEMO, Pedro. Universidade e comunidade na região de Joinville. In: Educação Brasileira, Brasília, 6 (12) 1964.
- DIAS, Maria de Lourdes Pereira. O Ensino superior no Brasil face à situação sócio-econômica e à abertura política nacional. Florianópolis, dissertação (M) UFSC, 1984.
- DUBY, Georges. Poder privado e poder público. In: História da vida privada, 2: Da Europa Feudal à Renascença. São Paulo, Companhia das Letras, 1990.
- ESPÍNDOLA, Luiz Fernando. Minha volta. Jornal do Povo. Itajaí, 25 maio 1968.
- FÁVERI, Marlene e CARDOUZO, Jorge Luís. Bloco dos XX: uma abordagem histórica. Itajaí, UNIVALI, monografia, 1992.
- FÁVERO, Maria de Lourdes de S. A universidade brasileira em busca de sua identidade. Petrópolis, Vozes, 1977.
- _____. Universidade e poder: análise crítica, fundamentos históricos, 1930-45. Rio de Janeiro, Achiamé, 1980.
- _____. Da Universidade "modernizada" à universidade disciplinada: Atcon, Meira Mattos. São Paulo, Cortez Editora, 1991.
- FEPEVI. Proposta de regionalização da UNIVALI. In: Série "A caminho da Universidade", Itajaí, Caderno 6, nov. 1987.
- _____. Assim é a FEPEVI. Itajaí, 1984.
- _____. Relatório 1973/1974. Itajaí, 1975.
- _____. Relatório 1975/1976. Itajaí, 1977.
- _____. Relatório da Gestão 1977/1983. Itajaí, 1983.
- _____. Relatório Quadrienal 1977/1983. Itajaí, 1983.
- FERNANDES, Florestan. Universidade brasileira: reforma ou revolução? São Paulo, Alfa-Ômega, 1975.

- FIORI, Neide de Almeida. Aspectos da evolução do ensino público: Ensino público e política de assimilação cultural no Estado de Santa Catarina nos períodos imperial e republicano. Florianópolis, Secretaria da Educação, 1975.
- FLÔRES, Maria Bernardete Ramos. História demográfica de Itajaí: Uma população em transição - 1866/1930. Florianópolis, UFSC, dissertação (M), 1979.
- FONSECA, Samuel. Panorama psicossocial de Santa Catarina, a educação: nível universitário. Florianópolis, Imprensa Oficial, 1970.
- FONTES, Henrique da Silva. Primórdios e primícias da Faculdade Catarinense de Filosofia. Florianópolis, Ed. do Autor, 1959.
- _____. A Faculdade de Direito de S. Catarina e seus primeiros tempos. Rio. Separata Revista de Cultura, 1957 (264).
- _____. Pensamentos, palavras e obras: Primeiro caderno da Faculdade de Filosofia. Florianópolis, ed. Autor, 1960.
- _____. Pensamentos, palavras e obras: Segundo caderno da Cidade Universitária. Florianópolis, ed. Autor, 1962.
- Fundação Universidade Regional de Blumenau, Marco da integração comunitária do Vale do Itajaí. Blumenau, s/d.
- GRACIANI, Maria Stella Santos. O Ensino superior no Brasil: A estrutura de poder na universidade em questão. Petrópolis, Vozes, 1982.
- GUESSER, Lauro. O Fenômeno das perdas acadêmicas nos cursos de graduação da UFSC, no Período 1977/1982: Reflexões da reforma universitária na UFSC. Florianópolis, dissertação (M) UFSC, 1985.
- HABERMAS, Jürgen. Mudança estrutural da esfera pública. Rio de Janeiro, Tempo Brasileiro, 1984.
- JUVENAL, Ildelfonso. Os valores culturais de Itajaí de ontem e de hoje. Itajaí, Ed. Centro Cultural de Itajaí, 1946.
- KONDER, Alexandre. Minha terra, minha gente. Anuário de Itajaí para 1924. Org. Juventino Linhares e Jayme Vieira. Itajaí, 1924.
- KREUSCH, Waldemiro. Qual será o nosso futuro? O Guarani. Itajaí, (1): 9, abr/jun 1960.
- LAGO, Paulo Fernando de Araújo. Santa Catarina: dimensões e perspectivas. Florianópolis, UFSC, 1978.
- LAUS, Lausimar. Paralisado o porto madeireiro de Itajaí. Jornal do Povo, 23 ago 1959.
- LAUS, Sônia Pereira. A UDN em Santa Catarina. Florianópolis, UFSC, dissertação (M), 1985.
- LEVI, Giovanni. Sobre a micro-história. In: A Escrita da história: novas perspectivas. São Paulo, UNESP, 1992.

- LIMA, Adelino de Figueiredo. Nos bastidores do mistério: Episódios dramáticos da história das sociedades secretas nas lutas pela liberdade e pela independência política dos povos. Rio de Janeiro, Editora Aurora, 1953.
- LIMA, João David Ferreira. UFSC: sonho e realidade. Florianópolis, UFSC, 1980.
- LINS, Eduardo Santos. Um pouco de “ufanismo” Itajaí, 21 set 1957.
- LINS, Zenilda Nunes. O caminho da UDESC. In: Universidade do Estado de Santa Catarina. Idealização e construção da história: UDESC 1965-1990. Florianópolis, UDESC, 1990.
- MAGALHÃES JR, Raimundo. O maior milagre do Brasil. Manchete. Rio de Janeiro, 21 abr 1960.
- MANCHETE. Rio de Janeiro, 21 abr. 1960.
- MARQUEZINI, Nair Creuza. A Fundação Universidade Regional de Blumenau - FURB: face ao mercado de trabalho. Florianópolis, dissertação (M) UFSC, 1986.
- MARTINS, Carlos Benedito. O público e o privado na educação na educação superior brasileira nos anos 60. In: Cadernos CEDES 25. O público e o privado na educação superior contemporânea. São Paulo, CEDES/Papirus, 1991.
- MAYKOT, Sérgio (Pe.) org. A matriz de todos nós. Itajaí. Edição Paróquia do Santíssimo Sacramento, 1985.
- MELO, Osvaldo Ferreira de. UDESC - 25 anos de uma estratégia. In: Universidade do Estado de S. Catarina. Idealização e construção da história: UDESC 1965-1990. Florianópolis, 1990.
- MOREIRA, Sônia Miriam. T. Casas comerciais de Itajaí: As atividades pioneiras no setor de exportação e importação (1900 - 1930). Florianópolis, mimeo, 1990.
- ORNELLAS, Manoelito de. Uma cidade e um banco. Itajaí, 22 fev 1958.
- PIAZZA, Walter F. Org. Dicionário político catarinense. Florianópolis. Assembléia Legislativa de Santa Catarina, 1985.
- PONTES, Hélio. Problemas e perspectivas das escolas particulares isoladas de ensino superior. In: Educação, Brasília, 6, (24), abr/set. 1977.
- RAMOS, Celso. Nos 25 anos da UDESC. In: Universidade do Estado de S. Catarina. Idealização e construção da história: UDESC 1965-1990. Florianópolis, UDESC, 1990.
- REIS, José Roberto. O Processo de criação de uma universidade no Brasil: o caso UNIVALI - Universidade do Vale do Itajaí. Florianópolis, dissertação (M) UFSC, 1990.
- REVISTA DA ACADEMIA CATARINENSE DE LETRAS, 1990/91 (10).1
- REVISTA DO SUL. Blumenau, fev. 1963.
- RIBEIRO, Darcy. A universidade necessária. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1969.
- RICKEN, Ignácio. Planejamento do ensino superior: sua aplicação ao sistema da IES fundacionais de Santa Catarina. Florianópolis, dissertação (M) UFSC, 1981.

- RIEDER, Margareth e SANTOS, Patrícia. O movimento estudantil catarinense e os anos pré-golpe de 64. In: Santa Catarina em perspectiva: os anos do golpe. Petrópolis, Vozes, 1989.
- SACHET, Celestino (coord.) I Colóquio sobre regionalização do ensino superior - CRES. (Documento Base). Florianópolis, FESC/UDESC, 1968.
- _____. II Colóquio sobre Regionalização do Ensino Superior - CRES. (Documento Base). Florianópolis, FESC/UDESC, 1970.
- _____. Ensino Superior e desenvolvimento regional. In: Ensaio sobre sociologia e desenvolvimento em Santa Catarina. Florianópolis, EDEME/UDESC, 1971.
- SALVADOR, Nilce Terezinha Massignan. UDESC/FURB: um estudo sobre dimensões organizacionais. Florianópolis, dissertação (M) UFSC, 1990.
- SANTA CATARINA. Constituição do estado de Santa Catarina. Florianópolis. Imprensa Oficial, 1935.
- _____. Constituição do Estado de 1947. Imprensa Oficial, 1956.
- SANTA CATARINA. TRIBUNAL DE JUSTIÇA. Autos de Apelação Cível nº 7.167 da Comarca de Itajaí. Itajaí, 1969.
- SANTOS, Sílvio Coelho dos. Um esquema para a educação em Santa Catarina. Florianópolis, EDEME, 1970.
- SANTOS, Sydney Schead dos. O ensino superior de Itajaí no contexto histórico: algumas considerações. Cadernos das Faculdades. 1 (1), 1992.
- SCHMITZ, Sérgio. O sonho acabou: o caso Inco. Trabalho apresentado ao concurso de professor titular de história econômica da UFSC. Florianópolis: Ed. do autor, 1993 (xerox).
- _____. Planejamento estadual: a experiência catarinense com o plano de metas do governo: PLAMEG. Florianópolis, ed. UFSC, FESC/UDESC, 1985.
- SCHWARTZMAN, Simon. org. Universidades e instituições científicas no Rio de Janeiro. Brasília, CNPq, 1982.
- SENNA, Homero & MONTEIRO, Clóvis Zobaram. Fundações no direito e na administração. Rio de Janeiro, Fundação Getúlio Vargas, 1970.
- SEVERINO, José Roberto. Itajaí: a maquiagem do possível. Itajaí, UNIVALI, monografia, 1993.
- SILVA, Antônio Carlos. Mentira ou verdade. Jornal do Povo. Itajaí, 25 jan 1969.
- SILVA, José Ferreira da. Itajaí: A Fundação e o fundador. Blumenau em Cadernos. Blumenau, 8 (9/10), jul. 1967.
- SILVA, Narbal. Políticas de recursos humanos e a satisfação de docentes numa Instituição Superior: o caso da FUNDESTE. Florianópolis, dissertação (M) UFSC, 1990.
- SILVEIRA JR, Norberto Cândido. Coragem, José. A Nação. Itajaí, 03 abr 1965.
- SILVEIRA JR, Norberto Cândido. Itajaí. São Paulo, Escalibur, 1972.

- SILVEIRA JR, Norberto Cândido. Um século de município. Itajaí. 04 abr 1959.
- TAFNER, José. A FURB e os custos do ensino. Blumenau, FURB, 1979.
- TEIXEIRA, Anísio S. Educação no Brasil. São Paulo. Nacional, 1976.
- TOBIAS, José Antonio. História da educação brasileira. São Paulo, Juriscredi, s.d.
- TRAMONTIN, Raulino. Política de regionalização: distritos geoeeducacionais. In: Educação. Brasília, 7 (28): out/dez, 1978.
- UDESC e o ensino superior em Santa Catarina. Florianópolis, EDEME, 1974.
- UDESC. ESAG. Memórias. Florianópolis, 1984.
- UDESC: a experiência de Santa Catarina. Rio de Janeiro, Laudes, 1971.
- UNIVALI. Estatuto da Universidade do Vale do Itajaí. Itajaí, 1988.
- _____. Regimento Geral da Universidade do Vale do Itajaí. Itajaí, s.d.
- _____. Carta-Consulta e Projeto UNIVALI. Itajaí, 1986.
- _____. Processo de Reconhecimento: fase de acompanhamento. Itajaí, v. 1, 1987.
- _____. Itajaí, v. 2, 1987.
- _____. Itajaí, v. 3, 1987.
- _____. Itajaí, v. 4, 1988.
- _____. Itajaí, v. 5, 1988.
- _____. Itajaí, v. 6, 1988.
- _____. Itajaí, v. 7, 1988.
- _____. Itajaí, v. 8, 1988.
- _____. Itajaí, v. 9, 1988.
- _____. Processo de Reconhecimento. Relatório Final da Comissão de Acompanhamento para transformação, pela via do Reconhecimento das Faculdades Integradas do Litoral Catarinense - FILCAT - na Universidade do Vale do Itajaí. Itajaí, 1989.
- _____. Catálogo 1992/1993 - Itajaí, 1992.
- _____. Cadernos das Faculdades. Projeto "Memória". subsídios para a história do ensino superior em Itajaí. Itajaí, (1), 1992.
- VAHL, Teodoro Rogério. A privatização do ensino superior no Brasil: causas e conseqüências. Florianópolis, UFSC; Lunardelli, 1980.
- VAIL, Carlos. Los misterios antiguos y la masoneria moderna. Barcelona, Maynadé, 1928.

VIANNA, Francisco C. Democracia e movimento operário: algumas questões para a história do período 1945-64. Revista Cultural Contemporânea. Rio de Janeiro, 1 (1) out. 1978.

VIANNA, Hélio. História do Brasil. São Paulo, melhoramentos, 1980.

VIEIRA, Amazile de Holanda. Instituto Polytechnico no contexto sociocultural de Florianópolis. Florianópolis, A & P, 1986.

VILLELA, Edison. A FILCAT e a futura UNIVALI. Itajaí, FEPEVI, 1987.

WIGGERS, Júlio, Fundação da UDESC. In: Universidade do Estado de Santa Catarina. Idealização e construção da história. UDESC 1965-1990. Florianópolis, UDESC, 1990.